

Programa de Pós-graduação em Ensino de História – ProfHistória

Mestrado em Ensino de História

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

ENSINO DE HISTÓRIA, HISTÓRIA LOCAL E EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL: GUIMARÂNIA A PARTIR DA CAPELA E DA FESTA
DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

JULIANA MAGDA SANTOS

2026 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



Programa de Pós-graduação em Ensino de História – ProfHistória
Mestrado em Ensino de História
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

ENSINO DE HISTÓRIA, HISTÓRIA LOCAL E EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL: GUIMARÂNIA A PARTIR DA CAPELA E DA FESTA
DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do
Instituto de História - Curso Mestrado Profissional em
Ensino de História – ProfHISTÓRIA da Universidade
Federal de Uberlândia – Campus Santa Mônica, como
requisito parcial para obtenção do título de Mestre em
Ensino de História.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes
Espaços da Memória

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Amaral Luz
Coorientador: Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu

JULIANA MAGDA SANTOS

2026 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S237e
2026

Santos, Juliana Magda, 1981-
Ensino de História, história local e educação patrimonial [recurso eletrônico] : Guimarães a partir da capela e da festa de Nossa Senhora do Rosário/ Juliana Magda Santos. - 2026.

Orientador: Guilherme Amaral Luz.

Coorientador: Jean Luiz Neves Abreu.

Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Ensino de História (PROFHISTORIA).

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.5555>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. História - Estudo e ensino. I. Luz, Guilherme Amaral, 1974-, (Orient.). II. Abreu, Jean Luiz Neves, 1973-, (Coorient.). III. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Ensino de História (PROFHISTORIA). IV. Título.

CDU: 930:37

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, 2º piso, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4395 - profhistoria@inhis.ufu.br


ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ensino de História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional, 43, PPGEH				
Data:	Quinze de julho de dois mil e vinte e seis	Hora de início:	14h00	Hora de encerramento:	16h30
Matrícula do Discente:	12412HRN011				
Nome do Discente:	Juliana Magda Santos				
Título do Trabalho:	Ensino de História, História Local e Educação Patrimonial: Guimarães a partir da Capela e da Festa de Nossa Senhora do Rosário				
Área de concentração:	Ensino de História				
Linha de pesquisa:	Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Saberes históricos em espaços de memória: acervos e lugares de memória				

Reuniu-se, por meio de webconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ensino de História, assim composta: Professores Doutores: Iara Toscano Correia - INHIS/UFU; Ismar da Silva Costa - UFCAT e Jean Luiz Neves Abreu - INHIS/UFU, coorientador da candidata.

Iniciando os trabalhos, o presidente da mesa, Dr. Jean Luiz Neves Abreu, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir, o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após o cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Jean Luiz Neves Abreu, Presidente**, em 15/07/2026, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Iara Toscano Correia, Professor(a) do Magistério Superior**, em 15/07/2026, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ismar da Silva Costa, Usuário Externo**, em 15/07/2026, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **7451528** e o código CRC **F5C03C48**.

Referência: Processo nº 23117.043793/2026-97

SEI nº 7451528

Agradecimentos

A Deus, arquiteto de todas as coisas, pela dádiva da vida, pela saúde e pela força espiritual que me sustentou nos momentos de exaustão e incerteza. A Sua presença foi o alicerce que me permitiu perseverar e concluir esta caminhada com fé e serenidade.

Aos meus filhos, Gustavo Santos Souza e Mateus Santos Souza, além do meu sobrinho Lorenzo Santos Cottini (que orava todas às noites para que eu pudesse concluir este trabalho), razão maior da minha vida e da minha busca por um futuro melhor. Obrigada pela pureza dos abraços que renovavam minhas energias e por compreenderem, mesmo na simplicidade da juventude, os momentos em que o tempo que era de vocês precisou ser dedicado aos livros e à escrita. Este trabalho também é de vocês e para vocês.

À minha mãe, Maria Aparecida dos Santos, *in memoriam*, que sempre me apoiou em tudo e cujo amor e ensinamentos continuam a guiar meus passos. Embora não esteja presente fisicamente para celebrar esta conquista, sinto sua luz e sua força em cada linha deste trabalho. Esta vitória também é o fruto de tudo o que ela plantou em mim.

Ao meu pai Amaro Eustáquio e às minhas irmãs Cristhina Ellen Santos, Cristhiane Ellen Santos, Fernanda Aparecida dos Santos, pelo apoio incondicional, pelo incentivo nos dias mais difíceis e por segurarem a barra de tantas ausências cotidianas. O amor e a renúncia de vocês tornaram este sonho possível.

Ao meu companheiro, Alexandre Andrade da Silva, que esteve sempre ao meu lado em cada etapa desta jornada. Minha profunda gratidão pela paciência inabalável, pelo incentivo nos momentos de cansaço e por segurar a barra de tantas ausências cotidianas. Seu amor, cumplicidade e compreensão foram o combustível necessário para que eu não desbravasse esse caminho em solidão, mas com a certeza de ter um porto seguro.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Guilherme Amaral Luz, juntamente com o coorientador: Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu pela condução brilhante, generosa e paciente desta pesquisa. Mais do que guiar os caminhos metodológicos e conceituais deste texto e do Produto Educacional, sua sensibilidade pedagógica e sua confiança no meu potencial foram fundamentais para que eu me reconhecesse como pesquisadora. Minha eterna gratidão pelos ensinamentos e pela parceria.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação e, em especial, aos membros das bancas de qualificação e defesa. Suas leituras atentas, críticas construtivas e provocações



epistemológicas foram essenciais para amadurecer este trabalho, refinando meu olhar sobre o ofício de ensinar História.

Aos colegas de Mestrado, companheiros de jornada que a academia me presenteou e de maneira especial à colega Ketlen Ferreira Costa, que se tornou uma grande amiga. Obrigada pelas ricas discussões em sala de aula, pelas angústias compartilhadas e pelos momentos de descontração nos corredores. A caminhada tornou-se mais leve e significativa através da partilha e do acolhimento mútua de cada um de vocês.

A todos que, direta ou indiretamente, torceram por mim, estenderam a mão ou simplesmente compreenderam a importância desta busca: o meu muito obrigada.



À educação pública e a todos os educadores e estudantes que habitam o chão da escola; que acreditam na sala de aula de História não como um espaço de mera repetição do passado, mas como um laboratório vivo de investigação, criticidade e resistência, transformando o saber em ferramenta de liberdade, cidadania e emancipação social.



Resumo

Esta dissertação, desenvolvida no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória – UFU), na linha de pesquisa Saberes Históricos em Diferentes Espaços da Memória, propõe refletir sobre o ensino de História a partir da valorização da história local e da educação patrimonial. A cidade de Guimarães, em Minas Gerais, constitui o campo de investigação. O estudo centra-se na Capela de Nossa Senhora do Rosário - único bem imóvel oficialmente tombado no município - e na Festa de Nossa Senhora do Rosário, compreendendo-as como referências fundamentais para a preservação da memória coletiva, da identidade cultural e das manifestações tradicionais locais, dentre estas o Moçambique. Nesse contexto, a pesquisa busca evidenciar como patrimônio material e imaterial se articulam na construção das experiências históricas e culturais da comunidade guimaranense. O produto educacional resultante deste trabalho consiste em um Guia Didático, concebido como instrumento metodológico capaz de aproximar os estudantes de seu contexto histórico e cultural, promovendo aprendizagens mais significativas. Este trabalho visa enriquecer e inspirar a prática docente ao integrar fontes históricas plurais - orais, iconográficas, documentais e imateriais - que evocam o passado municipal e o conecta às dimensões regional e nacional. Busca-se, assim, contribuir com uma metodologia que reforce a importância da história local na formação cidadã, promovendo uma educação histórica inclusiva que favoreça o desenvolvimento do pensamento crítico, da identidade, do sentimento de pertencimento e da valorização das tradições culturais e religiosas dos estudantes em relação ao seu município.

Palavras-Chaves: Ensino de História, Saberes e Práticas no Espaço Escolar, História Local, Educação Patrimonial, Capela do Rosário, Festa de Nossa Senhora do Rosário, Guimarães.



Abstract

This dissertation, developed within the Professional Master's Program in History Teaching (ProfHistória – UFU), under the research line *Historical Knowledge in Different Spaces of Memory*, proposes to reflect on History teaching based on the appreciation of local history and heritage education. The city of Guimarães, in Minas Gerais, constitutes the field of investigation. The study focuses on the Chapel of Nossa Senhora do Rosário — the only officially protected historic building in the municipality — and the Feast of Nossa Senhora do Rosário, understanding them as fundamental references for the preservation of collective memory, cultural identity, and traditional local manifestations, such as the *Moçambique* dance. In this context, the research seeks to demonstrate how material and immaterial heritage intertwine in the construction of the historical and cultural experiences of the Guimaranense community. The resulting educational product of this work consists of a Didactic Guide, conceived as a methodological instrument capable of bringing students closer to their historical and cultural context, promoting more meaningful learning. This work aims to enrich and inspire teaching practices by integrating plural historical sources — oral, iconographic, documentary, and immaterial — that evoke the municipal past and connect it to regional and national dimensions. Thus, it seeks to contribute to a methodology that reinforces the importance of local history in citizenship formation, promoting an inclusive historical education that fosters the development of critical thinking, identity, a sense of belonging, and the appreciation of the students' cultural and religious traditions in relation to their municipality.

Keywords: History Teaching. Knowledge and Practices in the School Space. Local History. Heritage Education. Rosário Chapel. Feast of Nossa Senhora do Rosário. Guimarães.



SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1- O Ensino de História, História Local e Educação Patrimonial	13
1.1– Ensino de História.....	13
1.2 - História Local	23
1.3 – Educação Patrimonial	29
Capítulo 2 – Guimarães e o Tombamento da Capela de Nossa Senhora do Rosário	34
2.1 – Conhecendo Guimarães.....	34
2.2 – O Tombamento da Capela de Nossa Senhora do Rosário	47
Capítulo 3 – Cultura Popular, Religiosidade e a Festa de Nossa Senhora do Rosário....	<u>62</u>
3.1 – Cultura Popular e Religiosidade	62
3.2 – A Festa de Nossa Senhora do Rosário	66
Capítulo 4 – O Guia Didático	92
Considerações Finais	118
Referências Bibliográficas.....	120



Introdução

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória – UFU), programa ofertado em rede nacional, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Essa pós-graduação fundamenta-se em uma sólida concepção teórica aliada à dimensão prática, na qual os discentes devem desenvolver uma atividade propositiva (o produto educacional) voltada à Educação Básica. Como pré-requisito, exige-se que os ingressantes atuem como docentes na área, o que potencializa a articulação entre a teoria historiográfica e a práxis pedagógica.

O interesse por essa linha de pesquisa está diretamente conectado à minha trajetória acadêmica e profissional iniciada há 20 anos. Sou natural de Guimarães-MG, município onde resido e exerço a docência. Em 2005, elaborei a monografia intitulada Festa de Nossa Senhora do Rosário - Guimarães (1998–2003) como requisito parcial para a conclusão da licenciatura em História. Desde então, permaneceu o desejo de aprofundar o registro e continuar com o trabalho de valorização das tradições culturais do município.

No início da carreira, minha prática pedagógica era tradicional, centrada na reprodução de conteúdo no quadro, questionários e transcrições do livro didático. Com o passar do tempo, impulsionada pelas transformações tecnológicas e por formações continuadas, fui resignificando meu planejamento e as metodologias.

Atualmente, incorporo recursos audiovisuais e diferentes linguagens nas aulas, buscando problematizar os conteúdos. Ao entrarem em contato com imagens e narrativas, os estudantes ampliam sua compreensão por meio de debates e reflexões coletivas. Desse modo, o ingresso no ProfHistória possibilitou não apenas retomar aquela temática de pesquisa de duas décadas atrás, mas convertê-la em um instrumento de intervenção real, superando o ensino pautado na memorização mecânica - a chamada “decoreba” - além de estimular o pensamento crítico e o sentimento de pertencimento a partir da realidade do município.

Dessa forma, a história local consolida-se como um relevante campo de investigação e de ensino ao aproximar o conhecimento acadêmico das experiências comunitárias. Nessa perspectiva, investigar a trajetória de Guimarães a partir da Capela e da Festa de Nossa Senhora do Rosário permite compreender os processos sociais e



culturais que constituíram o município. Historicamente, tais celebrações e templos possuem grande peso na história social brasileira, dada sua ligação com as irmandades religiosas e com as populações afrodescendentes nos períodos colonial e imperial. O estudo desse legado viabiliza a análise de práticas de religiosidade, sociabilidades e identidades, expressas sobretudo no Moçambique.

Este trabalho justifica-se, portanto, pela escassez de estudos sobre a historiografia de Guimarães e pela necessidade de fortalecer o uso de fontes culturais em sala de aula. Ao investigar a historicidade desses espaços, entendidos como marcos simbólicos intergeracionais, o estudo estimula o reconhecimento do próprio território pela população, formando cidadãos mais conscientes de seu papel histórico.

No âmbito teórico, a pesquisa ancora-se na história cultural e na história local, mobilizando conceitos como o de “lugares de memória” para compreender como os espaços tornam-se referências identitárias coletivas.

Para a consecução desta dissertação, adotou-se uma abordagem qualitativa fundamentada na historiografia contemporânea. O levantamento de dados envolveu a pesquisa documental, que analisou registros administrativos municipais, documentos e fotografias disponíveis na Casa da Cultura Anita Guimarães, além de dados do sítio eletrônico da Prefeitura, combinada à revisão bibliográfica especializada. Complementarmente, recorreu-se à história oral por meio de depoimentos de moradores e guardiões das festividades locais. Parte dessas narrativas orais foi coletada em 2003 e registrada por escrito¹; tais fontes são compreendidas aqui como construções subjetivas de memória, que permitem acessar percepções, conflitos e significados atribuídos à festa ao longo do tempo, cruzando a história viva da comunidade com os dados oficiais.

Estruturalmente, seguindo a linha de pesquisa “Saberes Históricos em Diferentes Espaços da Memória”, o trabalho organiza-se em quatro capítulos interligados que culminam na elaboração e aplicação de um Guia Didático.

O Capítulo 1 analisa os eixos teóricos que sustentam a pesquisa: o ensino de História, a história local e a educação patrimonial. Discute-se como o território próximo constitui um espaço de coesão social e como a educação patrimonial evidencia que a

¹ SANTOS, Juliana Magda. Festa de Nossa Senhora do Rosário – Guimarães (1998-2003). Trabalho desenvolvido na disciplina de Monografia, no curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNIPAM, sob orientação da Professora Eunice Aparecida Caixeta. Patos de Minas, dezembro 2004.



História ultrapassa os muros escolares, permitindo que os estudantes reconheçam e valorizem sua própria singularidade cultural.

O Capítulo 2 aborda a formação histórica e cultural de Guimarães e o processo de tombamento da Capela de Nossa Senhora do Rosário. Examina-se como a consolidação urbana e os laços comunitários do município se estruturaram no entorno desse templo legalmente protegido, que se tornou um marco fundamental para a preservação da memória local.

O Capítulo 3 dedica-se à análise da cultura popular, da religiosidade e da Festa de Nossa Senhora do Rosário. Investiga-se como essa festividade se estabeleceu como o epicentro de manifestações culturais e devocionais de grande relevância, resistindo às transformações sociais e políticas ao longo das décadas e mantendo viva a identidade da comunidade.

O Capítulo 4 apresenta o Guia Didático, concebido como o produto educacional desta dissertação. Este material materializa a pesquisa ao eleger o monumento e a festividade estudados como eixos centrais para oferecer subsídios teóricos e metodológicos práticos ao trabalho pedagógico de professores da Educação Básica, detalhando suas propostas de aplicação.

Tanto a dissertação quanto o Guia destinam-se, especialmente, a docentes de História que atuam nos 6º anos do Ensino Fundamental, integrando-se ao conteúdo de “Introdução aos Estudos Históricos”. No entanto, sua aplicação pode ser estendida a outras etapas de ensino que busquem contextualizar a realidade local.

Reconhece-se, assim, a relevância de fomentar uma história que dialogue diretamente com a prática docente, disponibilizando materiais que atendam às demandas do cotidiano escolar e possibilitem metodologias inovadoras e transformadoras, sendo este, portanto, o principal desafio assumido neste trabalho.



Capítulo 1 – O Ensino de História, História Local e Educação Patrimonial

1.1 – Ensino de História

A História, enquanto campo de conhecimento, tem sido tradicionalmente compreendida como o estudo das ações humanas ao longo do tempo. Embora essa perspectiva clássica tenha consolidado a temporalidade como eixo fundamental para analisar permanências, rupturas e transformações sociais, seu uso isolado pode limitar a apreensão de fenômenos complexos ao desconsiderar outras dimensões da experiência humana. Torna-se imperativo, portanto, ampliar essa concepção clássica, incorporando o espaço como categoria constitutiva da realidade histórica. Longe de figurar como mero cenário passivo, o espaço é parte integrante das relações sociais, viabilizando uma compreensão articulada das práticas humanas em seus contextos locais, nos quais se cruzam sujeitos, territórios e memórias.

Ao discutir a epistemologia do fazer historiográfico, José D’Assunção Barros reforça essa necessidade de expansão conceitual, argumentando que a definição irreduzível da disciplina deve abarcar a indissociabilidade entre a ação humana, a cronologia e a espacialidade:

Definir a história como o estudo do homem no tempo foi, portanto, um passo decisivo para a expansão dos domínios historiográficos. Contudo, a definição de História, no seu aspecto mais irreduzível, deve incluir ainda uma outra coordenada para além do “homem” e do “tempo”. Na verdade, a História é o estudo do Homem no Tempo e no Espaço. As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constitui-se à em espaço social. (BARROS, 2006, p. 462)

Sob essa ótica, o espaço transmuta-se de plano de fundo em elemento ativo da produção do saber e do ensino de História. Na esfera pedagógica, essa virada conceitual valoriza as microrregiões em que os estudantes estão inseridos, permitindo que se reconheçam como agentes em constante interação com o meio. Desse modo, a inserção contínua da história do município, de suas tensões sociais e de suas heranças culturais — a exemplo do que se propõe para a realidade de Guimarães-MG — viabiliza a consolidação da consciência cidadã. Ao problematizar a realidade imediata, o estudo da realidade local atua como um catalisador da consciência histórica, convertendo-se em um exercício de agenciamento político.



A esse respeito, Lucini (2018) postula que o acesso às experiências de tempos e espaços pretéritos instrumentaliza os jovens para a formulação de novos projetos societários:

Para que a relação ensino de História e cidadania se efetive, a consciência cidadã pode definir um projeto de sociedade para o qual o conhecimento histórico assume importância fundamental, pois possibilita aos jovens conhecerem as experiências humanas vividas em outros tempos e outros espaços. (LUCINI, 2018, p.81)

A autora complementa essa premissa ao evidenciar que a função social da História reside justamente na capacidade de transmutar o saber cronológico em práxis transformadora, em consonância com as demandas dos próprios movimentos comunitários:

O ensino de História tem um papel fundamental na formação de um cidadão que compreenda o tempo em que vive. Talvez possamos aprender, com os movimentos sociais, a mobilizar a História para o desencadeamento de ações cidadãs. Uma história que não se limita à lógica expositiva e cronológica, que não se contrapõe à ação, mas a toma como elemento de formação. (LUCINI, 2018, p.82)

Dando continuidade a essa reflexão, a discussão sobre a transmutação do saber expositivo em práxis exige problematizar o que significa, de fato, aprender no ensino de História. O pesquisador Moreno (2021) questiona as concepções reducionistas de aprendizagem, destacando que o verdadeiro desenvolvimento intelectual não reside no acúmulo efêmero de informações, mas na capacidade de processar, relacionar e interpretar os processos históricos:

Mas aqui se coloca o problema de o que é aprender. Se aprender significa somente ‘saber coisas’, saber informações de maneira desarticulada, os esquemas, macetes, etc., podem ajudar a memorizar – ainda que de maneira extremamente efêmera – os conteúdos. Mas, se aprender significa ‘pensar sobre’, desenvolver a capacidade de relacionar, de comparar, analisar, em suma, de fazer interpretações próprias fundamentadas, o trabalho há de ser outro. O ensino de História deve construir conceitos, habilidades, procedimentos e uma leitura de processo histórico, com vistas a instalar possibilidades de interpretação da realidade. Esta perspectiva não dispensa o bom professor, que tem domínio de conteúdo, que sabe organizar e apresentar uma aula expositiva, mas complementa estas qualidades com o saber direcionar o trabalho para que o aluno também produza, reelabore, processe os conteúdos. Indubitavelmente o aprender deve ser prazeroso. Mas o prazer não é o inverso do esforço. A leitura de um livro pode ser difícil no início, mas o prazer pode estar em vencê-la, em perceber, ao final, o quanto ela lhe ajudou a aprimorar sua perspectiva sobre o mundo e sobre si mesmo. (MORENO, 2021, p. 38)

Essa concepção reforça a ideia de que aprender implica atribuir sentido ao conhecimento, mobilizando operações cognitivas complexas. Corroborando essa perspectiva, Oliveira e Caimi (2014) destacam que a apropriação conceitual exige o



protagonismo do estudante, distanciando-se da simples retenção factual e demandando a superação de currículos enciclopédicos:

A apropriação de noções e conceitos está no cerne da nova ciência da aprendizagem, indicando que aprender é entender, não bastando a memorização de fatos. Apropriar-se de noções e conceitos requer um papel ativo do sujeito aprendente, que busca dominar linguagens, estabelecer relações, compreender fenômenos e significados, extrair regularidades, produzir sentidos, transferir o conhecimento para outros contextos, criar novas soluções etc. De outra parte, requer da escola (em especial, do ensino da História) a superação dos currículos extensos. (OLIVEIRA, CAIMI, 2014, p. 91)

No mesmo sentido, estudos inseridos no campo das ciências da aprendizagem, como os desenvolvidos por Bransford, Brown e Cocking (2007), evidenciam que a aprendizagem com compreensão demanda tempo, profundidade analítica e condições adequadas de ensino, criticando os modelos curriculares superficiais:

A aprendizagem com entendimento é, frequentemente, mais difícil de ser realizada do que a simples memorização e leva mais tempo. Diversos currículos não conseguem apoiar esse tipo de aprendizagem porque apresentam muitos fatos desconexos num tempo muito curto – ou seja, problemas com “um quilômetro de extensão e poucos centímetros de profundidade”. Mutas vezes, os testes reforçam a memorização em vez da compreensão. O ambiente centrado no conhecimento fornece a profundidade necessária de estudo, avaliando a compreensão do estudante e não a memória factual. Incorpora o ensino das estratégias metacognitivas que facilitam a aprendizagem futura. (BRANSFORD, BROWN, COCKING, 2007, p.44)

Para que essa aprendizagem profunda e significativa se materialize, a mediação docente precisa romper com o modelo puramente transmissivo, adotando uma postura essencialmente investigativa. Essa dimensão política e emancipada do fazer pedagógico é defendida por Selva Guimarães Fonseca, que posiciona o saber escolar como um ato de resistência e de conscientização diante das fraturas sociais:

Ensinar e aprender História demanda de nós, professores de História, a reflexão sobre o papel formativo do ensino de História. Devemos pensar sobre a possibilidade educativa da História, ou seja, a História como saber disciplinar que tem um papel fundamental na formação da consciência histórica do homem, sujeito de uma sociedade marcada por diferenças e desigualdades múltiplas. Requer assumir o ofício de professor de História como uma forma de luta política e cultural. As relações entre ensino e aprendizagem podem ser, a um só tempo (por que não?), um convite e um desafio para alunos e professores cruzarem ou mesmo subvertem as fronteiras impostas entre as diferentes culturas e grupos sociais, entre a teoria e a prática, a política e o cotidiano, a história e a vida. (GUIMARÃES, 2012, p. 70)

Essa subversão metodológica desloca o eixo do ensino para a construção compartilhada do saber, integrando a realidade dos estudantes ao processo investigativo.



Sobre a relevância de ancorar o conhecimento histórico em experiências concretas e dialógicas, Gomes, Trindade e Ecoten asseveram:

Sabemos que o ensino de História percebido a partir da prática, onde as situações concretas de aprendizagem envolvem diretamente o aluno, vem a somar aprendizagens de forma positiva. Afinal, é preciso que os atores engajados nesse movimento que é a História, professor e aluno, compreendam a importância do ensino de História em sala de aula. Para uma aprendizagem significativa, é necessário que professor e aluno caminhem juntos nessa busca constante em ressignificar o saber. Existem diferentes meios de se apresentar a História, mas é preciso interpretá-los. (GOMES, TRINDADE, ECOTEN, 2016. p.39)

A necessidade de ressignificar o saber por meio da prática exige uma reconfiguração identitária do próprio educador. Ao transformar a sala de aula em um espaço de interpretação conjunta e não de verdades absolutas, o docente deixa de ser o detentor exclusivo do conhecimento e assume o papel de mediador cultural. Essa transição no fazer pedagógico alinha-se às demandas contemporâneas da educação, conforme preconizam Arantes, Afune e Manesco (2024, p. 39):

Atualmente, passamos a um papel do professor não mais apenas de transmissor do conhecimento, mas um mediador, que conecta diferentes sujeitos históricos imbuídos de experiências de vida a serem compartilhadas ao longo do processo de ensino e aprendizagem. Essa noção de sujeito histórico atuante na sociedade é uma das propostas dos novos marcos legais brasileiros para a educação básica no país, e isso deve direcionar a prática do professor em sala de aula. (ARANTES; AFUNE; MANESCO, 2024, p. 39)

Essa reconfiguração identitária e normativa encontra respaldo direto nas orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O documento oficial estipula que a busca por essa autonomia investigativa e pelo reconhecimento dos múltiplos sujeitos exige o domínio da própria epistemologia da disciplina no Ensino Fundamental:

Um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania. A busca de autonomia também exige reconhecimento das bases da epistemologia da História, a saber: a natureza compartilhada do sujeito e do objeto de conhecimento, o conceito de tempo histórico em seus diferentes ritmos e durações, a concepção de documento como suporte das relações sociais, as várias linguagens por meio das quais o ser humano se apropria do mundo. Enfim, percepções capazes de responder aos desafios da prática historiadora presente dentro e fora da sala de aula. (BNCC, 2018, p. 400).

Contudo, apesar das aproximações textuais, é necessário problematizar alguns pressupostos desse documento oficial. Ao afirmar que a ação individual pode oscilar entre a “preservação ou transformação de hábitos”, conforme o tempo e o lugar, a BNCC



apresenta uma visão conciliadora, que reduz o potencial crítico do conhecimento histórico. Com isso, corre-se o risco de estimular uma postura de simples adaptação às circunstâncias, deixando em segundo plano o papel da História na crítica às desigualdades sociais, às estruturas de opressão e às narrativas dominantes.

O ensino de História não deve se limitar à catalogação das conformações sociais de outrora; deve, sim, promover um estranhamento em relação ao presente, incitando os discentes a desnaturalizar o senso comum, as ideologias dominantes e as desigualdades herdadas, compreendendo o passado como um campo aberto de disputas e alternativas.

O alcance desse ideal reflexivo e transformador, todavia, esbarra em desafios crônicos da cultura escolar contemporânea. Existe um abismo considerável entre o que determinam as diretrizes legais e o que ocorre, de fato, no chão da escola. A prática pedagógica ordinária ainda se vê presa a uma abordagem linear e eurocêntrica, centralizada nos grandes feitos de elites políticas tradicionais. Ao negligenciar as dinâmicas socioculturais e a história do cotidiano, o ensino reduz-se a uma lista exaustiva de eventos isolados. O resultado dessa saturação factual são currículos enciclopédicos, porém superficiais, que priorizam a memorização estéril em vez da compreensão conceitual. Ao analisar essa distorção, Christian Laville denuncia a persistência de modelos voltados à domesticação e ao engessamento das consciências:

[...] enquanto na maioria dos países se diz que o objetivo do ensino da história é desenvolver nos alunos as capacidades de que o cidadão precisa para participar da sociedade de maneira autônoma e refletida, o ensino da história, ainda é, muitas vezes, reduzido a uma narrativa fechada, destinada a moldar as consciências e a ditar as obrigações e os comportamentos para a nação. (LAVILLE, 1999, p. 135).

Essa reprodução de modelos tradicionais e excludentes também é constatada na realidade dos estágios supervisionados e na formação docente. Oliveira e Caimi (2014) evidenciam que o cotidiano das instituições escolares permanece atrelado a abordagens mnemônicas que desvalorizam o repertório de saberes e as experiências prévias dos próprios educandos:

Ao transitar pelas escolas acompanhando estágios da graduação, verifica-se um significativo distanciamento entre essas proposições legais e as práticas que ali se efetivam, muitas das quais voltadas predominantemente à aquisição cumulativa de informações, com características já bem conhecidas: ordenação mecânica de fatos em causas e consequências; cronologia linear, eurocêntrica, priorizando a curta duração; destaque aos feitos de governantes, homens, brancos, numa visão que privilegia a vida pública em detrimento da história sociocultural e cotidiana das sociedades humanas; conteúdos apresentados aos alunos como pacotes-verdades, desconsiderando suas experiências cotidianas e



práticas sociais e, ainda, desvalorizando seu repertório de saberes e conhecimentos prévios. (OLIVEIRA, CAIMI, 2014, p. 96)

Para romper com essa lógica reprodutivista e estática, a didática da História precisa ser compreendida em sua natureza essencialmente dinâmica. Ao refletir sobre a historicidade do próprio ato de ensinar, Leandro Karnal (2003) argumenta que a prática pedagógica está submetida a um duplo movimento de transformação permanente: a renovação do conhecimento historiográfico e a constante mudança no perfil dos sujeitos que habitam a escola. Segundo o autor:

Ora, sendo o “fazer histórico” mutável no tempo, seu exercício pedagógico também o é. Eu diria que ensinar História é uma atividade submetida a duas transformações permanentes: do objeto em si e da ação pedagógica. O objeto em si (o “fazer histórico”) é transformado pelas mudanças sociais, pelas novas descobertas arqueológicas, pelo debate metodológico, pelo surgimento de novas documentações e por muitos outros motivos. A ação pedagógica muda porque mudam seus agentes: mudam os professores, mudam os alunos, mudam as convenções de administração escolar e mudam os anseios dos pais. Ainda que a percepção sobre as mudanças na escola sejam mais lentas do que as de outras instituições da sociedade, ela certamente muda, e, eventualmente, até para melhor. (KARNAL, 2003, p.5)

Essa dupla mutabilidade posta por Karnal exige do professor um exercício constante de reflexão sobre suas metodologias, didática e planejamento, evitando o anacronismo metodológico. Diante disso, reafirma-se a necessidade de conceber o ensino de História como um campo fundado na investigação científica escolar. Para tanto, a categoria do "problema" assume papel estruturante na organização curricular, deslocando a disciplina da descrição linear de fatos para a constituição de indagações que interpretam a realidade social. No âmbito didático, essa transição pressupõe converter os conteúdos em situações-problema capazes de mobilizar o raciocínio crítico e autônomo dos discentes.

Aprender História, portanto, significa investigar como as diferentes sociedades enfrentaram dilemas em tempos e espaços específicos. Longe do acúmulo exaustivo de dados desconexos, o ofício do historiador e a cognição escolar confluem na análise dos significados da experiência humana. Esse exercício tensiona dimensões do passado que dialogam diretamente com o presente, transformando narrativas e memórias locais em ferramentas de leitura social e de constituição de identidades coletivas.

Por conseguinte, essa apropriação pressupõe mediações pedagógicas que convertam os estudantes em autênticos protagonistas de seu processo formativo. Ao articularem criticamente as temporalidades, os sujeitos tornam-se aptos a decifrar a



complexidade do mundo contemporâneo e a projetar horizontes marcados pela consciência cidadã e pela intervenção na cidade.

Nessa direção, o pensamento histórico envolve operações cognitivas basilares: a comparação e a contextualização. Enquanto a primeira analisa diferentes vivências ao longo dos séculos - favorecendo a alteridade e a valorização da diversidade cultural -, a segunda situa os acontecimentos em suas coordenadas espaço-temporais específicas, blindando a análise contra leituras anacrônicas ou descontextualizadas.

Essa perspectiva encontra respaldo na BNCC, que enfatiza a centralidade dos procedimentos analíticos e da investigação de vestígios materiais e imateriais em sala de aula. Segundo o documento oficial, a formulação de perguntas e o escrutínio crítico dos objetos são fundamentais para deslocar o aluno da passividade factual:

Os processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto estimulam o pensamento. De que material é feito o objeto em questão? Como é produzido? Para que serve? Quem o consome? Seu significado se alterou no tempo e no espaço? Como cada indivíduo descreve o mesmo objeto? Os procedimentos de análise utilizados são sempre semelhantes ou não? Por quê? Essas perguntas auxiliam a identificação de uma questão ou objeto a ser estudado. Diferentes formas de percepção e interação com um mesmo objeto podem favorecer uma melhor compreensão da história, das mudanças ocorridas no tempo, no espaço e, especialmente, nas relações sociais. O pilão, por exemplo, serviu para preparar a comida e, posteriormente, transformou-se em objeto de decoração. Que significados o pilão carrega? Que sociedade o produziu? Quem o utiliza? Qual era a sua utilidade na cozinha? Que novos significados lhe são atribuídos? Por quê? (BNCC, 2018, p. 399).

A partir dessa orientação procedimental, o componente de História articula-se às competências gerais da Educação Básica e à área de Ciências Humanas para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de sete competências específicas durante o Ensino Fundamental. Tais diretrizes demandam habilidades complexas que vão desde o domínio conceitual até o uso ético das mídias digitais:

- 1 – Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
- 2 – Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
- 3 – Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
- 4 – Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto históricos, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.



5 – Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.

6 – Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.

7 – Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais. (BNCC, 2018, p.403)

O amálgama dessas competências evidencia que o aprendizado histórico escolar deve capacitar o educando para a leitura das dinâmicas societárias, habilitando-o a agir conscientemente no presente. Para tanto, a BNCC estabelece que, nos anos finais do Ensino Fundamental, o processo de ensino-aprendizagem deve se ancorar em três procedimentos básicos:

1 - Pela identificação dos eventos considerados importantes na história do Ocidente (África, Europa e América, especialmente o Brasil), ordenando-os de forma cronológica e localizando-os no espaço geográfico;

2 - Pelo desenvolvimento das condições necessárias para que os alunos selecionem, compreendem e reflitam sobre os significados da produção, circulação e utilização de documentos (materiais ou imateriais), elaborando críticas sobre formas já consolidadas de registro e de memória, por meio de uma ou várias linguagens;

3 - Pelo reconhecimento e pela interpretação de diferentes versões de um mesmo fenômeno, reconhecendo as hipóteses e avaliando os argumentos apresentados com vistas ao desenvolvimento de habilidades necessárias para a elaboração de proposições próprias. (BRASIL, 2018, p. 416)

Sob esse prisma, a cronologia perde o caráter de ordenação linear compulsória e assume a função de ferramenta heurística, apta a desmistificar os sentidos que cada época atribuiu aos seus marcos temporais. É precisamente nessa intersecção, onde os objetos de conhecimento se convertem em habilidades reflexivas voltadas à intervenção social, que se aloca a proposta de intervenção desta dissertação. Desse modo, o produto educacional aqui proposto alinha-se às prescrições da BNCC para o 6º ano do Ensino Fundamental, conforme mapeado na tabela abaixo:

Unidade Temática	Objetos de Conhecimento
História: tempo, espaço e formas de registro.	A questão do tempo, sincronias e diacronias: reflexões sobre o sentido das cronologias.
	Formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico.
Habilidades	



(EF06HI01) Identificar diferentes formas de compreensão da noção de tempo e de periodização dos processos históricos (continuidades e rupturas).

(EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas.

No arranjo didático dessas habilidades, o tratamento da temporalidade exige atividades que impulsionem os estudantes a decodificar linhas do tempo e escalonar fenômenos em níveis locais, regionais e globais. Essa engenharia pedagógica corrobora a percepção de que a História é um construto social vivo, incitando o aluno a tencionar o ontem e o hoje.

Em Minas Gerais, esse desenho curricular ganha contornos específicos por meio do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG). O documento estadual reforça a primazia metodológica das fontes históricas na alfabetização científica dos estudantes, sublinhando que as narrativas do passado estão estritamente ligadas aos suportes materiais e imateriais preservados. No âmbito do Plano de Curso do 6º Ano estabelecido pelo CRMG, a correlação entre as competências nacionais e as demandas regionais desenha-se da seguinte maneira:

PLANO DE CURSO



COMPONENTE CURRICULAR: História **ANO DE ESCOLARIDADE:** 6º Ano – Ensino Fundamental

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências Humanas

ANO LETIVO: 2025

1º BIMESTRE			
UNIDADE TEMÁTICA	HABILIDADE	OBJETO DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS RELACIONADOS
História: tempo, espaço	(EF06HI02X) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas, assim como as especificidades e singularidades das transformações históricas nas respectivas comunidades.	Formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico	As fontes históricas e as suas interpretações. A História e outras áreas do conhecimento.
ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS			
Nesta habilidade os estudantes precisam compreender que a construção da narrativa histórica está relacionada às fontes e às formas de registro que as sociedades, em diferentes épocas, realizaram e que cada sociedade possui uma forma de registrar sua história. É necessário que			



eles conheçam e identifiquem diferentes fontes históricas como documentos escritos, depoimentos orais, fotografias, objetos, edificações, etc. O trabalho com pesquisa é essencial para a coleta de informações de determinado fato ou povo, além de permitir que as narrativas históricas e as abordagens sejam confrontadas levando a compreensão de que o saber histórico não é estanque, mas sofre alterações e reavaliações.

Essa abordagem compartilhada entre o plano de educação em Minas Gerais e as diretrizes federais reposiciona as fontes no epicentro da engrenagem escolar. Trata-se, nas palavras da própria BNCC, de converter o vestígio em um autêntico espaço de experimentação cognitiva:

Para se pensar o ensino de História, é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documentos (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes. Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da História. (BNCC, 2018, p. 398).

Logo, o trato com o documento funciona como o alicerce da desnaturalização do conhecimento. Ao esmiuçar a proveniência, as intencionalidades e os silenciamentos de cada vestígio, os discentes transcendem a visão da História como um bloco factual estático e pronto, assimilando-a como um feixe de interpretações dinâmicas tecidas em arenas de disputa. Essas representações do passado, longe de estarem restritas ao arquivo, ganham sentido à medida que tensionam as demandas do tempo presente, fornecendo os subsídios necessários para a cristalização das identidades individuais e coletivas na comunidade.

Em suma, o ensino de História consolida-se como uma ágora de reflexão crítica e de produção de subjetividades. Ao saudar a pluralidade de agentes e experiências, e ao substituir a memorização passiva pela investigação rigorosa das fontes locais e nacionais, a disciplina cumpre sua vocação emancipatória. Nesse ecossistema, o professor consolida sua atuação como mediador e arquiteto pedagógico, forjando os andaimes cognitivos necessários para que os estudantes compreendam as dobras do tempo e se assumam como sujeitos críticos e propositivos, plenamente conscientes de sua intervenção na história.



1.2 - História Local

A partir das discussões desenvolvidas acerca dos pressupostos do ensino de História, torna-se imperativo refletir sobre como tais diretrizes se materializam no cotidiano escolar. Nesse cenário, a incorporação da História Local apresenta-se como uma estratégia pedagógica fecunda, uma vez que favorece a articulação entre os conteúdos programáticos e as experiências vividas pelos estudantes.

Longe de configurar-se como um mero recorte geográfico ou temático, o espaço local constitui-se aqui como um campo de investigação capaz de potencializar o pensamento histórico. Ao deslocar o eixo pedagógico de uma transmissão de conteúdos puramente generalizantes para a problematização da realidade concreta, os discentes são estimulados a se reconhecerem como sujeitos inseridos em processos históricos mais amplos.

Essa abordagem encontra respaldo nas orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatiza a necessidade de vincular o conhecimento histórico às vivências da comunidade. O trabalho com o contexto municipal - no caso deste estudo, o município de Guimarães - fortalece a postura investigativa dos alunos por meio do manuseio de fontes diversas, tais como documentos escritos, registros fotográficos, relatos orais e o patrimônio edificado. Ao lidar com esses vestígios, os estudantes compreendem a História como uma construção social e multifacetada, o que expande a capacidade de análise crítica quanto às permanências e rupturas temporais.

Cumprе sublinhar que estudar a trajetória de uma comunidade não significa isolá-la do restante do mundo. Pelo contrário, a história de uma localidade é um elo que conecta a singularidade do cotidiano a dinâmicas globais. Ao discutir a abordagem da história do lugar, Santos (2002) dialoga com as formulações de Novack para demonstrar que a reconstrução histórica local pressupõe a indissociabilidade entre as diferentes escalas da realidade social:

A reconstrução da história de um lugar ou de uma localidade implica partir do princípio de que a história está presente em todos os lugares, em todos os momentos. De que o lugar, seja quando, qual e onde for, integra-se historicamente a espaços e contextos mais amplos, a partir dos papéis e condições econômicas, políticas, sociais e culturais vividas no dia a dia por seus habitantes e por ele próprio, no município, no país e no mundo. Operar com essa abordagem da história, portanto, importa compreender que as realidades históricas de determinada localidade e de seus habitantes no tempo não se dão isoladamente no mundo, e sim como partes desiguais, mas vivas, ativas e inseparáveis dele. (NOVACK, 1973 apud SANTOS, 2002, p. 110-111)



Portanto, ao aproximar o saber escolar do espaço vivido, o ensino de História fomenta o protagonismo discente e a consciência crítica. Essa articulação entre o particular e o geral permite que os educandos percebam como os grandes acontecimentos nacionais ou mundiais reverberam diretamente em suas realidades imediatas.

Essa dinâmica de mútua influência entre o micro e o macrocosmo histórico também é defendida por Viana (2016). O autor salienta o potencial heurístico da História Local, argumentando que a observação das práticas mais próximas estimula um olhar inquisitivo sobre o mundo, iniciando-se na esfera privada e expandindo-se para as demais instâncias sociais:

Um dos princípios constitutivos da História Local é possibilitar um olhar indagador sobre o mundo do qual fazemos parte, no intuito de sabermos mais sobre o sentido das coisas. Tanto como conteúdo, quanto como recurso didático, a temática da dimensão local na construção do conhecimento histórico contribui para o desenvolvimento de uma postura investigativa que começa a ser construída no espaço familiar e vai-se ampliando aos poucos. O ponto de partida desse tipo de história são as próprias histórias que integram o nosso cotidiano. (VIANA, 2016, p.21)

A partir desse olhar voltado para o cotidiano, as relações de sociabilidade - estabelecidas na família, na escola e na vizinhança - passam a ser compreendidas como bases para a construção da identidade e da memória coletiva. Santos (2002) corrobora essa perspectiva ao apontar que os referenciais identitários se consolidam nos espaços partilhados do dia a dia, servindo como ancoradouro para que o aluno compreenda, de forma concreta, a historicidade das relações humanas:

Uma identidade que, ao mesmo tempo que nasce no cotidiano de suas vidas, está presente no local e na atividade em que trabalham, no lar e na família, na escola, na vizinhança e na rua onde residem. Está presente nos hábitos, nos costumes e nas relações que as pessoas mantêm entre si e como indivíduos, no lugar onde vivem. Tal perspectiva permite que os alunos de uma determinada escola compreendam, apalpando, diferentes aspectos da história do Brasil e de suas relações com o mundo, ao terem como referência o espaço e a história do lugar onde vivem. Leva-os a entender, no sentido inverso, que a história mundial, nacional e regional chega ao seu bairro, à sua rua, à sua sala de aula, articulada entre si e explicando muito do cotidiano dos que ali viveram no passado, ou o que eles próprios (os alunos) vivem na atualidade. (SANTOS, 2002, p.111)

Nesse processo de reconhecimento das origens e das heranças culturais, a memória assume um papel central. Enquanto a História opera como um campo científico de problematização e interpretação, a memória atua como um suporte dinâmico e seletivo das lembranças sociais. Viana (2016) destaca que o ato de lembrar e preservar o passado local fortalece os vínculos geracionais, gerando um sentimento de pertença essencial para a coesão de um grupo:



Elemento de importância crucial na compreensão do papel da história local para a constituição das identidades: individual e coletiva é a memória, já que ela permite o estabelecimento de vínculos entre as gerações. Assim, na tentativa de preservar a história das sociedades em que vivem os indivíduos se valem da memória social como suporte que sustenta o sentimento de pertença. É esse sentimento que serve de recurso para a percepção de uma comunidade local e o passado. Ao proporcionar esta identificação, a memória fundamenta a história de um lugar, instrumentalizando uma autoimagem que na maioria das vezes faz com que uma sociedade inteira se reconheça de um jeito e não de outro. (VIANA, 2016, p. 29)

Para que essa memória coletiva se perpetue e possa ser investigada, ela frequentemente se materializa em marcos espaciais. Circe Bittencourt (2008) introduz uma contribuição teórica indispensável ao discutir os "lugares de memória" no ensino de História. Segundo a autora, as paisagens construídas, os monumentos e os edifícios históricos funcionam como testemunhos materiais que convertem o espaço urbano em objeto de estudo:

A questão da memória impõe-se por ser base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os "lugares da memória", expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objeto de estudo. (BITTENCOURT, 2008, p. 169)

A relevância desses locais de preservação e das discussões sobre identidade acentua-se na contemporaneidade, dada a intensificação dos fluxos globais. Diante de uma aparente homogeneização cultural decorrente da globalização, o resgate do local emerge como uma forma de resistência e afirmação das diferenças.

Máximo (2022) problematiza esse cenário ao demonstrar que a busca pelas origens e a valorização da história local operam como mecanismos de ressignificação do presente em um mundo em rápida transformação:

Em meio à massificação dos costumes, da suposta homogeneização presente nos discursos de diminuição das fronteiras geográficas e culturais, que buscam ofuscar as desigualdades econômicas e sociais inerentes ao conceito de globalização, grupos sociais advogam a busca de suas origens, valendo-se da memória como uma forma de presentificação do passado. Essa preocupação em preservar resquícios de um passado que se apresenta como um fio condutor determinante para a compreensão de um presente, que, se processa numa velocidade muito rápida, também é identificada nas cidades que abrigam lugares de memórias que fazem parte da história local. (MÁXIMO, 2022, p.26)

Em suma, a conceituação do termo "local" supera os limites político-administrativos ou as fronteiras cartográficas do município; trata-se de um território vivido e dotado de afetividade. Reis (2024) aprofunda essa perspectiva ao definir o local como uma teia de sociabilidades e experiências compartilhadas, justificando sua eficácia



metodológica na prática docente por aproximar o conhecimento científico do universo empírico do estudante:

Apesar de também poder ser considerado como um espaço administrativo, delimitado por uma fronteira, ou governo, no qual um grupo de pessoas habita o mesmo território, o local é um espaço em que há uma trama de relações sociais e experiências que levam à concepção de pertencimento a um espaço coletivo. Um local de sociabilidade entre os indivíduos que se reconhecem como pertencentes àquele espaço. Muito mais do que uma unidade, o local remete a um lugar/espaço de sociabilidade onde os sujeitos se relacionam e interagem, onde vivem e convivem com suas histórias. Desta forma, o uso da História Local como uma metodologia no ensino de História possibilita ao professor trazer para a sala de aula aquilo que está mais próximo dos alunos: suas experiências e vivências. (REIS, 2024, p.18)

A partir dessa abordagem metodológica, infere-se que o espaço local não se encerra em limites geográficos fixos. Pelo contrário, as materialidades e imaterialidades que circundam o aluno possuem contornos multifacetados. Ao analisar a plasticidade desse conceito, Gonçalves (2007) adverte que o termo "local" pode assumir dimensões variadas conforme o objeto investigado, abarcando desde microrregiões afetivas até divisões político-administrativas:

Nas suas materialidades históricas, e exatamente pelas múltiplas variações que essas assumem, o que é reconhecido e identificado como pertencente ao âmbito local possui configurações diversificadas. A título de exemplificação, o local pode ser associado a uma aldeia, a uma cidade, a um bairro, a uma instituição - escolas, universidades, hospitais - e, como escolha por vezes recorrente a um espaço político administrativo, como distritos, freguesias, paróquias, municipalidades. (GONÇALVES, 2007, p. 177)

Nessa mesma direção, Viana (2016) ressalta a importância de compreender o município não como um ente isolado, mas como um espaço de sociabilidade cujos fenômenos particulares devem ser constantemente conectados a dinâmicas mais abrangentes. Para o autor, a valorização da história municipal reside justamente na capacidade de articular diferentes escalas de análise, vinculando a realidade imediata dos estudantes à história nacional:

Nessa tendência de dar importância às questões que tomam mais diretamente o local enquanto espaço de sociabilidade, ganha destaque a necessidade de conhecermos a história do nosso município ou estado e suas relações com a História nacional, vinculando a realidade local a um contexto histórico muito mais amplo. (VIANA, 2016, p. 13).

No contexto de Guimarães-MG, essa pluralidade de configurações e escalas evidencia que o estudo do entorno - englobando a malha urbana, as praças e os templos religiosos - funciona como um laboratório documental vivo. Essa redução da escala de observação para o nível micro não resulta em um isolamento temático; antes, permite



perscrutar nuances das experiências humanas que costumam ser silenciadas pelas narrativas macro-históricas.

Essa operação historiográfica exige validar os saberes gestados fora dos círculos acadêmicos tradicionais. Gidalte (2018) defende que a incorporação das memórias e vivências da comunidade escolar atua como um vetor de resistência e preservação patrimonial, conferindo aos estudantes a percepção de que eles também são produtores de cultura e agentes do tempo presente:

A valorização dos saberes dos estudantes, dos professores e da comunidade local são instrumentos para a preservação da memória e história locais, extremamente necessários para esse novo caminho trilhado pelos estudos históricos. A escolha de outros espaços de produção de conhecimento, alargando a visão de história e aproximando experiências vividas propiciam a emergência da diversidade cultural local, trazendo sentido à própria história, e por conseguinte, fazendo com que o aluno e toda a comunidade percebam que são sujeitos históricos do seu próprio tempo. (GIDALTE, 2018, p. 12-13).

Essa necessidade de partir das bagagens culturais dos discentes encontra amparo legal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Currículo Referência de Minas Gerais. No Ensino Fundamental, por exemplo, os documentos oficiais preconizam que a alfabetização histórica deve se iniciar pelo reconhecimento das esferas mais próximas - o "Eu", o "Outro" e o "Nós" -, expandindo-se gradativamente em direção às escalas regional e nacional.

Contudo, observa-se um hiato entre as prescrições normativas e as práticas curriculares à medida que o aluno avança nos níveis de ensino. Ocorre um progressivo distanciamento da dimensão local, imposto pela predominância de manuais didáticos padronizados que privilegiam visões homogeneizantes do processo histórico. Oliveira (2024) diagnostica esse entrave ao apontar que a rigidez dos cronogramas e a falta de suportes pedagógicos específicos relegam a história local a inserções esporádicas no calendário escolar:

Nem sempre o professor tem a possibilidade de trabalhar a história local com o tempo e a disponibilidade adequada, seja devido as limitações do currículo, falta de material didático adequado ou a extensa grade de conteúdos que devem ser abordados no decorrer do ano letivo. Assim é praticamente certo que o trabalho com a história local será abordado (quase que de forma obrigatória) em épocas de efemérides, uma vez que se deve “lembrar” a identidade e a história de determinada região, sujeito ou grupo. (OLIVEIRA, 2024, p.34)

Essa apropriação pontual da História Local, comumente restrita a comemorações cívicas - como o aniversário do município -, esvazia o potencial analítico da disciplina ao transformá-la em uma narrativa factual e linear. Para superar o caráter meramente ilustrativo das efemérides, faz-se necessário tratar o cotidiano como categoria de análise



sociopolítica. Circe Bittencourt (2008) argumenta que a conexão entre as memórias individuais e as coletivas não deve servir como pretexto anedótico, mas sim como base para a compreensão das estruturas sociais de determinada época:

A associação entre cotidiano e história de vida dos alunos possibilita contextualizar essa vivência em uma vida em sociedade e articular a história individual a uma história coletiva. Uma articulação dessa natureza requer concepção de cotidiano que não se apresente como mera motivação para o estudo do passado, selecionando as experiências amorosas de reis e rainhas ou o dia-a-dia de pessoas comuns ou famosas pautados por meras descrições curiosas e desligadas do contexto social da existência desses indivíduos. (BITTENCOURT, 2008, p.165).

Ao analisar como os indivíduos nomeiam, identificam e territorializam suas experiências, Gonçalves (2007) argumenta que a história construída a partir de um lugar específico confere inteligibilidade à ação humana no mundo:

A nós interessa, no entanto, destacar uma concepção de história local que a entenda como conhecimento histórico produtor de uma consciência acerca das relações entre as ações de sujeitos individuais e/ou coletivos em um lugar, dimensionando em sua ordem de grandeza como uma unidade. O estabelecimento desses lugares/unidades, por seu turno, se materializa na ação dos homens no mundo, ou seja, no curso de suas experiências históricas, nas quais se inserem os atos de nomear, lerem-se identificar e localizar, os lugares onde se vive. (GONÇALVES, 2007, p. 178).

Conclui-se, portanto, que a incorporação da História Local de Guimarães constitui um eixo estruturante para este estudo. Ao converter as trajetórias locais, os monumentos e as manifestações populares em objetos de questionamento, a prática educativa estreita os laços entre a escola e a comunidade. Esse movimento não apenas salvaguarda a memória coletiva contra os apagamentos da globalização, mas também habilita os estudantes como sujeitos críticos e conscientes de sua inserção na história de seu tempo.



1.3: Educação Patrimonial

No contexto desta dissertação, a Educação Patrimonial ganha concretude ao ser aplicada ao município de Guimarães-MG, compreendido aqui não como um mero recorte cartográfico, mas como um território dinâmico de produção de memórias, identidades e práticas socioculturais.

Ao converter os bens locais - tais como edificações, celebrações, espaços públicos e narrativas orais - em fontes documentais legítimas, ampliam-se as possibilidades de interpretação da realidade pelos estudantes. Articulada à História Local, essa vertente pedagógica desloca o ensino de uma dimensão puramente abstrata para uma práxis situada. Nela, os discentes são instigados a inventariar o espaço vivido, problematizando as permanências e as transformações materiais e simbólicas de sua comunidade.

Essa preocupação com a dimensão educativa do patrimônio possui historicidade no cenário brasileiro, remontando às primeiras décadas de atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Conforme sublinha Florêncio (2015), já na década de 1930, durante a vigência do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), observava-se uma inclinação para converter as instituições museológicas em espaços formativos.

Esse vetor consolidou-se a partir dos anos 1960, quando os debates em torno da educação popular passaram a defender que a salvaguarda dos bens culturais dependia da conscientização das comunidades sobre o valor histórico de suas próprias referências cotidianas.

A despeito desse percurso, o campo da preservação permaneceu por muito tempo atrelado a perspectivas conservadoras. Scifoni (2022) problematiza esse viés ao caracterizá-lo como um "modelo reificador". Segundo a autora, essa vertente tradicional baseia-se na premissa mecânica do "conhecer para preservar", limitando-se a difundir de forma vertical os bens chancelados pelo Estado e convertendo a ação educativa em mera reprodução de discursos oficiais:

Na educação patrimonial tradicional vigora amplamente essa mentalidade autorizada que está entranhada na forma do “conhecer para preservar”, uma ideia fora do tempo. O trabalho educativo torna-se, nessa perspectiva tradicional, mera divulgação do que foi eleito pelo Estado, reproduzindo discursos e a memória do poder, um espelho que é parcial, desigual e, portanto, distorcido da sociedade. Romper com a mentalidade autorizada é papel de uma nova pedagogia do patrimônio que se proponha a ser crítica. É um exercício diário de reflexão e questionamento sobre o que é patrimônio e o que é possível



falar sobre ele, tornando esse ato comunicativo um processo crítico, dialógico e, portanto, político. (SCIFONI, 2022, p.3)

Com o intuito de superar esse modelo centralizador, a partir de 2006 iniciou-se uma reestruturação nas diretrizes institucionais do IPHAN. Por meio de fóruns, seminários e oficinas, novos servidores do órgão formularam uma "nova pedagogia do patrimônio". Esse movimento culminou em três marcos normativos fundamentais: a publicação Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos (2014); a Portaria IPHAN nº 137/2016; e o Manual do Inventário Participativo (2016), este último concebido como ferramenta para fomentar a autonomia de grupos sociais na identificação de suas heranças culturais.

Essa virada de paradigma contrapôs-se diretamente ao antigo Guia Básico de Educação Patrimonial do final da década de 1990, cujo escopo limitava-se à exaltação do monumento consagrado por seus atributos estéticos ou arquitetônicos. Em contrapartida, a Portaria nº 137/2016 redefiniu o objeto da ação educativa, deslocando o foco para os bens inseridos nos lugares de vida das pessoas e estabelecendo o protagonismo social como diretriz metodológica, conforme se depreende de seu texto normativo:

[...] processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação (IPHAN, 2016^a, art. 2º).

Ao analisar as repercussões dessa mudança, Scifoni (2022) ressalta que instrumentos colaborativos, como o inventário participativo, operam uma subversão nos métodos tradicionais de salvaguarda. Para a pesquisadora, ao descentralizar a produção do saber e conferir agência aos sujeitos locais, essa metodologia traz para o cerne do debate histórico grupos sociais historicamente invisibilizados:

Ao contrário da visão tradicional, que trabalha apenas com o patrimônio cultural acautelado pelo Estado, essa nova pedagogia do patrimônio busca fomentar que, de maneira autônoma, os próprios grupos sociais realizem processos de reconhecimento de seus suportes de memória e identidade. Esse tem sido o caso do inventário participativo de referências culturais, uma ferramenta de ação educativa colaborativa, que estimula cidadania, pois pressupõe grupos sociais como sujeitos capazes de enunciar e anunciar aquilo que faz referência à sua ação, à sua memória e à sua identidade coletiva. O inventário subverte, assim, a forma tradicional de ver o patrimônio, trazendo, para o centro do debate sobre história, passado e memória, outras narrativas sobre a cultura e sobre sujeitos sociais subalternos invisibilizados. (SCIFONI, 2022, p.11)

Essa transição para uma prática dialógica e inclusiva exige, por conseguinte, uma postura diferenciada por parte do corpo docente. Maia (2024) pondera que a efetivação



de uma proposta crítica de Educação Patrimonial requer que o professor atue como um coordenador de investigações. Longe de exercer um controle autoritário sobre o conhecimento, cabe ao docente abrir canais para as vivências da comunidade, articulando saberes de forma interdisciplinar:

O projeto de uma ação em Educação Patrimonial pressupõe a postura investigativa do docente, porém, sem a rigidez autoritária de quem controla a formulação do conhecimento, se fazendo ouvido e dando lugar de voz, abrindo possibilidades de formulação e problematizações coerentes às potencialidades dos alunos, adequando linguagens, inovando quando possível e também utilizando recursos presentes na realidade escolar, buscando soluções de acesso às fontes e ao locais de pesquisa, dialogando com 42 outras disciplinas, explorando os saberes e as vivências da comunidade diante do patrimônio cultural. (MAIA, 2024, p.41-42)

Essa articulação encontra eco nas próprias matrizes do ensino de História no Brasil, cuja função social reside em dotar o estudante de ferramentas analíticas para compreender seu lugar no tempo.

Dessa forma, cumpre assinalar que os bens culturais não possuem valores intrínsecos ou imutáveis; eles dependem das redes de significados tecidas pelos sujeitos que os vivenciam no presente. Rovai (2013) sintetiza essa premissa ao postular que o estatuto de patrimônio emana das experiências coletivas e do acesso democratizado aos saberes compartilhados, cabendo à pesquisa histórica compreender o sentido que a própria comunidade atribui às suas produções:

A ideia de patrimônio implica não apenas a concepção de posse, mas os sentidos e valores constituídos pelas relações e experiências coletivas. Não cabe ao intelectual decidir, a priori, o que importa preservar para determinado grupo, mas entender o que é patrimônio para seus membros, quem são os sujeitos que partilham seus saberes e afazeres; e como se dão a circulação, a apropriação e o acesso das pessoas aquilo que elas mesmas produziram. (ROVAI, 2013, p.9).

Sob essa ótica, a articulação entre a vertente patrimonial e a História Local transforma o espaço público em um documento vivo. Ao historicizar as paisagens urbanas e rurais - como praças, escolas e templos -, o estudante aprende a ler os vestígios do passado na materialidade do presente. Esse exercício pedagógico rompe o distanciamento comum entre o corpo discente e o meio em que habita, permitindo que elementos outrora invisibilizados pelas narrativas oficiais passem a ser reconhecidos como suportes legítimos da memória comunitária.

Essa metodologia baseada na interação direta com os bens culturais ganhou contornos estruturados no Brasil a partir do final da década de 1990. Como marco fundamental desse processo, destaca-se a obra de Horta, Grunberg e Monteiro (1999).



Elaborado no âmbito das ações educativas do IPHAN, o Guia Básico de Educação Patrimonial propõe uma pedagogia centrada na experiência sensível, na qual o patrimônio atua como fonte primária para a produção contínua de saberes:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Com o avanço das discussões historiográficas, essa busca por um processo ativo de conhecimento tendeu a acolher dimensões para além da herança material ou edificada. A posterior conceituação de "referências culturais" pelo IPHAN incorporou as manifestações imateriais, os ofícios, as festas e os lugares afetivos à noção de patrimônio, entendendo-os como as verdadeiras raízes de vinculação identitária de uma comunidade:

Referências culturais são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares em que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura. (IPHAN, 2016, p.8).

No caso dos anos finais do Ensino Fundamental, essa aproximação atua como contraponto crítico às generalizações das narrativas nacionais e oficiais, que amiúde homogeneizam o passado e silenciam a pluralidade étnica, religiosa e laboral das pequenas localidades. Diante disso, os métodos da História Oral e da investigação patrimonial tornam-se essenciais. Florêncio (2015) reforça que os bens culturais funcionam como suportes dinâmicos para a construção do conhecimento coletivo apenas quando incorporam, de maneira dialógica, as reais demandas e vivências das populações envolvidas:

Dessa forma, os bens culturais são considerados como suporte vivo para a construção coletiva do conhecimento, que só pode ser levado a cabo, quando se considera e se incorpora as necessidades e expectativas das comunidades envolvidas por meio de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem que devem ser construídas dialogicamente a partir das especificidades locais. (FLORÊNCIO, 2015, p.23-24)



Por conseguinte, a apropriação consciente do espaço urbano e de suas referências culturais converge diretamente para a formação cidadã. Essa necessidade de educar a sensibilidade e o olhar para reconhecer a historicidade inscrita na própria malha urbana é discutida por Pesavento (2005), que atribui às instâncias formativas a tarefa de consolidar o sentimento de corresponsabilidade diante do patrimônio herdado:

Reconhecer uma história comum inscrita no espaço da cidade, entender como sua memória social, saber ver no traçado das ruas e nos prédios e praças lugares, dotados de sentido, endossar um pertencimento, reconhecendo territórios e temporalidades urbanas, é tarefa que deve ser assumida pelas instâncias pelas quais se socializa uma atitude desejada, indo da mídia ao ensino, do governo à iniciativa privada. Isto implicaria em criar responsabilidades, em educar o olhar e as sensibilidades para saber ver e reconhecer a cidade como um patrimônio herdado. (PESAVENTO, 2005, p.16)

Em suma, a Educação Patrimonial e a História Local, quando integradas de forma sistemática e crítica ao ensino de História, superam o mero reconhecimento passivo dos monumentos. Elas instrumentalizam os estudantes a compreenderem que o presente é fruto de processos complexos, permeados por disputas e escolhas sociais. Ao garantir o direito ao conhecimento das memórias e das referências de Guimarães-MG, a prática pedagógica propicia que os discentes se percebam não apenas como herdeiros do patrimônio, mas como sujeitos ativos e transformadores de seu próprio tempo e território.

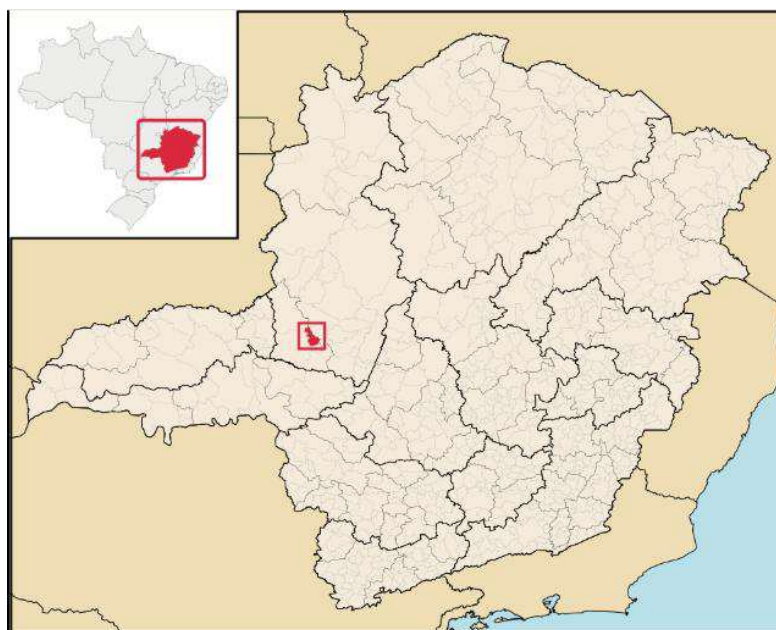


Capítulo 2: Guimarães e o Tombamento da Capela de Nossa Senhora do Rosário

2.1 – Conhecendo Guimarães

Guimarães faz parte da unidade federativa de Minas Gerais, mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e microrregião de Patos de Minas. A microrregião de Patos de Minas é formada pelas cidades de Patos de Minas, Guimarães, Lagoa Formosa, Carmo do Paranaíba, Tiros, Arapuá, Rio Paranaíba, Matutina, São Gotardo e Santa Rosa da Serra. Municípios vizinhos a cidade de Guimarães: Ao Sul - Cruzeiro da Fortaleza; a Oeste - Patrocínio; ao Norte - Coromandel; a Leste - Patos de Minas. Há também as comunidades rurais de Borges, Caixetas, Sapecado, Esteves, Papagaios, Marques, Cabiúna, Paraíso, Capoeirinha e Santa Fé. Situa-se aproximadamente 425 Km da capital, Belo Horizonte. Os habitantes são denominados de guimaranenses e em 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística recenseou a população em 8478 habitantes. Disponível em: <https://www.guimarania.mg.gov.br/a-cidade/localizacao> Acesso:12/07/2025.

Figura 1: Mapa da localização da cidade de Guimarães.



Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Guimar%C3%A2nia#/media/Ficheiro:MinasGerais_Municip_Guimarania.svg. Acesso em 23/03/2026 às 23:19.

Ainda conforme dados da Prefeitura Municipal de Guimarães, o município possui uma área territorial de aproximadamente 371 km². No entanto, mais do que suas características naturais, interessa compreender esse espaço geográfico como resultado das



dinâmicas sociais, econômicas e culturais que nele se desenvolveram ao longo do tempo.

No que tange à sua estrutura produtiva, de acordo com a Wikipédia, a economia local caracteriza-se por uma forte diversificação tanto no setor agrícola quanto na pecuária. Na produção vegetal, destacam-se os cultivos de commodities e culturas de subsistência, tais como soja, milho, sorgo e café, além da produção de fumo de corda, hortaliças e citros. Paralelamente, o setor de produção animal apresenta relevância regional por meio da cadeia do leite e derivados - como o queijo -, da bovinocultura de corte, suinocultura, apicultura (focada na extração de mel e própolis verde), além da criação e manejo de cavalos da raça Mangalarga Marchador e de muare.

De acordo com a vivência e observações feitas ao longo do tempo, observa-se no campo sociocultural do município, a presença de manifestações que expressam a historicidade das identidades locais, muitas delas vinculadas à tradição católica e ao universo rural. A partir dessa dinâmica, Guimarães se consolida como um território historicamente construído, no qual dimensões sociais, econômicas e culturais se entrelaçam para conferir sentido às vivências e às memórias de seus habitantes.

As celebrações em homenagem a São Sebastião, padroeiro do município, constituem momentos de mobilização comunitária, articulando práticas religiosas, como terços e missas e atividades de convivência social.

De modo semelhante, a realização da Expô-Guima, associada ao aniversário da cidade, evidencia a centralidade das atividades agropecuárias, ao mesmo tempo em que promove espaços de sociabilidade e reafirma identidades locais. As festividades dedicadas à Nossa Senhora de Fátima também se inserem nesse contexto, reunindo práticas religiosas e comunitárias.

Por sua vez, a Festa de Carros de Bois destaca-se como uma manifestação que remete diretamente às tradições do meio rural, mobilizando saberes, práticas e memórias ligadas ao trabalho no campo. Ao promover percursos coletivos com carros de bois, essa festa evidencia a permanência e a ressignificação de elementos culturais que integram a experiência histórica dos sujeitos locais.

Por fim, a tradicional Festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada nas duas últimas semanas do mês de outubro, é o evento que historicamente mais dinamiza a cidade. Sua importância transcende o calendário festivo, estando intimamente ligada ao próprio surgimento e à identidade do município de Guimarães.

Compreender o município na atualidade exige recuperar o sentido histórico e simbólico do espaço urbano como centro da experiência humana. Ao discutir o



magnetismo que os agrupamentos coletivos exercem ao longo do tempo, Pesavento (2007) ressalta:

As cidades fascinam. Realidade muito antiga, elas se encontram na origem daquilo que estabelecemos como os indícios do florescer de uma civilização: a agricultura, a roda, a escrita, os primeiros assentamentos urbanos. Nessa aurora do tempo, milênios atrás, ela lá estavam, demarcando um trabalho, em formato quadrado ou circular; definindo um espaço construído e organizado, logo tornado icônico do urbano – torres, muralhas, edifícios públicos, praças, mercados, templos; a exhibir sociabilidades complexas e inusitadas na aglomeração populacional que abrigavam; a ostentar a presença de um poder regulador da vida e de outro ordenador do além, na transcendência do divino. (Pesavento, 2007, p. 11).

Embora a autora recupere a gênese milenar das grandes aglomerações, os elementos que delimitam essa estrutura guardam profunda sinergia com a escala local de Guimarães. No cenário guimaranense, as formas icônicas mencionadas por Pesavento ganham contornos específicos: a praça central, a igreja matriz, o desenho das vias e o comércio local transcendem a herança de um mero traçado planejado. Eles constituem o palco onde se manifestam o "poder ordenador do além" e as dinâmicas da vida social.

Assim, o município, mesmo em suas dimensões interioranas, perpetua a vocação de abrigar sociabilidades complexas, costuradas entre as heranças rurais e a consolidação de sua identidade.

Abordar a história local implica, portanto, reconhecer e problematizar os pontos que concentram sentidos construídos pela comunidade. Tais referenciais manifestam-se nas práticas cotidianas - como o simples deslocamento diário - e na observação de edificações antigas que ainda resistem na paisagem. Esses elementos materiais atuam como importantes suportes de memória, na medida em que evidenciam permanências e continuidades históricas diante das transformações da cidade.

Entretanto, essa permanência convive com processos de transformação que incidem diretamente sobre o espaço urbano. A demolição de construções antigas, especialmente na área central, e sua substituição por edificações voltadas a atividades comerciais e de serviços, como instituições bancárias, galerias e estabelecimentos comerciais, evidenciam tensões entre a preservação da memória e as dinâmicas contemporâneas de urbanização. Nesse contexto, o espaço urbano revela-se como um campo de disputas simbólicas, no qual diferentes interesses e temporalidades se confrontam, produzindo reconfigurações que impactam a relação da comunidade com seu passado.

No município de Guimarães, um dos principais espaços destinados à preservação e à difusão de conhecimentos sobre a história local é a Casa da Cultura Ana Guimarães



Silva “Dona Anita”, localizada na Avenida Espírito Santo, nº 570, bloco III, em edifício que anteriormente abrigava uma escola primária. O local reúne um acervo diversificado, constituído por documentos, jornais, revistas, fotografias e objetos pessoais, em grande parte provenientes de doações da própria comunidade.

A partir de observação direta realizada no espaço, no que se refere à organização do acervo da Casa da Cultura Ana Guimarães Silva, observa-se que, apesar da diversidade e relevância dos materiais reunidos, ainda não há uma sistematização plenamente consolidada. Não se identificam, de forma estruturada, instrumentos como inventários completos, catalogação padronizada ou sistemas de classificação que permitam a rápida localização e contextualização dos itens.

Os documentos, fotografias e objetos encontram-se, em grande medida, organizados de forma parcial ou dependente de conhecimentos informais sobre sua disposição, o que dificulta o acesso, a pesquisa e o uso pedagógico do acervo. Essa condição caracteriza um cenário de fragmentação e desalinho na organização dos dados, no qual a ausência de procedimentos técnicos compromete a gestão e a circulação do conhecimento produzido a partir dos bens culturais.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de implementação de práticas sistemáticas de documentação, catalogação e conservação, de modo a garantir não apenas a preservação física dos materiais, mas também sua função social enquanto suporte para a construção e difusão da memória histórica local.





Fonte: <https://www.guimarania.mg.gov.br/a-cidade/casa-da-cultura-ana-guimaraes-silva-dona-anita?115> Acesso: 12/07/2025

A denominação Casa da Cultura Ana Guimarães Silva (“Dona Anita”) e o próprio nome do município de Guimarânia estão vinculados a processos históricos de ocupação, nomeação e construção de identidades locais.

No caso do município, o topônimo “Guimarânia” remete, muito provavelmente, à influência de famílias pioneiras da região - em especial aquelas ligadas ao sobrenome Guimarães, bastante recorrente na formação de núcleos urbanos no interior de Minas Gerais. A adoção do sufixo “-ânia” segue uma tradição comum no Brasil para designar pertencimento ou relação com determinado fundador, indicando uma territorialidade associada a esses sujeitos históricos. Assim, o nome do lugar sintetiza simbolicamente a presença e a relevância desse grupo na constituição do povoamento inicial.

Essa construção toponímica permite problematizar a própria origem da denominação local, evidenciando como a constituição da cidade esteve intrinsecamente ligada às práticas sociais, às relações de poder e às iniciativas coletivas que marcaram sua trajetória histórica.

Já a Casa da Cultura Ana Guimarães Silva (“Dona Anita”) carrega, em sua denominação, uma homenagem a uma personagem significativa para a comunidade. A nomeação de espaços públicos com nomes de moradores locais - especialmente aqueles reconhecidos por sua atuação social, educacional ou cultural - constitui uma prática recorrente, que contribui para a construção e a preservação da memória coletiva. Nesse



sentido, o nome “Dona Anita” não apenas identifica o espaço, mas também inscreve na paisagem urbana uma memória socialmente valorizada.

Desse modo, tanto o nome do município quanto o da instituição cultural evidenciam como os processos de nomeação são também formas de produzir memória e identidade, articulando sujeitos, espaços e narrativas históricas no âmbito local.

No que se refere à Casa da Cultura Ana Guimarães Silva (“Dona Anita”), a compreensão de sua denominação passa, necessariamente, pela trajetória da personagem que a nomeia. Nesse sentido, a escritora Anatildes Francisca Nunes, em sua obra *História de Guimarães*: o que o povo conta e os documentos registram, oferece importantes elementos para a reconstrução dessa memória. Ao apresentar a biografia de Ana Guimarães Silva, Nunes (2012) evidencia sua inserção em uma família numerosa e socialmente reconhecida, bem como sua atuação no campo educacional e cultural do município:

Ana Guimarães Silva, a patrona da Casa da Cultura, era filha do Senhor José Pedro da Silva e Maria Delfina de São José. Foi criada em meio a 14 irmãos: Luzia, Pedro, José, Sebastião, Gaspar, Belchior, Baltazar, Guido, Antônio, Sezostres, Éfrem, Luzia, Ana (Anita), Maria Tereza, Rita e Angelina. Adotou como filhas: Maria das Graças Guimarães e Madalena do Vale. Todos a chamavam carinhosamente de Dona Anita. Pertencia a uma família de cristãos autênticos conforme as normas da Igreja Católica Apostólica Romana. Era autodidata, iluminada por Deus e movida pela fé. Desde jovem revelou seus talentos para teatro, artes plásticas, grande admiradora da beleza da natureza e possuidora do dom inato de educar. No início de sua carreira como professora leiga, prestou concurso público juntamente com as normalistas de seu tempo, sendo muito bem classificada. Foi eficiente Secretária Municipal de Educação por um longo período. Carregou durante longos anos o fardo pesado de uma doença, mas isso não a impediu de concretizar seus nobres ideais. Detentora de um corpo frágil, uma modesta e grande criatura que tudo fazia com amor e dedicação. Deixou inúmeras telas pintadas, poesias, peças teatrais, e, sobretudo, saudade no coração daqueles que com ela conviveram. Tê-la como patrona da Casa da Cultura é justa homenagem, incentivo para nossas crianças e jovens e orgulho para quem a conheceu. (NUNES, 2012, p.162)

Ao preservar a trajetória de figuras como Dona Anita, a Casa da Cultura faz mais do que prestar uma homenagem individual: ela guarda a própria memória e a identidade do lugar. A história de vida de Anita, muito ligada à educação e à religiosidade da cidade, funciona como um convite para olhar para o passado e compreender como nasceu a comunidade que ela ajudou a construir. Assim, valorizar essas lembranças no presente nos leva naturalmente a buscar as origens históricas do município.

Nesse sentido, a mesma autora contribui ao articular registros documentais e narrativas orais, evidenciando o caráter processual e coletivo da constituição do espaço urbano guimaranense. Segundo Nunes (2012):



Como todo princípio de cidade resulta de um aglomerado de gente, Guimarães era, em 1.925, um arraial em torno de um cruzeiro denominado “Povoado de Serra Negra da Boca da Mata”. Na segunda metade do século XVII, muitos bandeirantes passaram por essa região, atraídos pela descoberta das minas de ouro em Paracatu. No trajeto, prendiam e escravizavam índios para obter mão de obra. Conforme consta em registros históricos, o bandeirante Lourenço Castanho Taques percorreu os sertões de Minas Gerais na sua ida de Araxá a Paracatu em busca de ouro. Consta também que o bandeirante Bartolomeu Bueno “O Anhanguera”, e vários outros passaram por essa região do Alto Paranaíba, dando origem aos municípios mais antigos, inclusive Patos de Minas que é o nosso município de origem. Inicialmente, o povoado era chamado de Serra Negra da Boca da Mata, referindo-se à paisagem local. O limite do horizonte eram serras cobertas de densa vegetação nativa de cor escura e a boca da mata indicava o início de extensas florestas onde abriam estradas e espaços para moradias. Atraídos pela beleza topográfica de serras, colinas, planícies, campos e matas, pelas terras férteis e clima ameno, assim como pela existência de rio e córrego, algumas famílias aqui se radicaram. Para tornar ainda mais bela essa paisagem bucólica, erigiram uma cruz bem alta de madeira (aroeira), símbolo da fé do povo, em torno da qual nasceu o povoado de “Serra Negra da Boca da Mata”, que mais tarde passou a denominar-se “Vila Guimarães”, logo depois “Vila Guimarães” e por último, “Guimarães”. (NUNES, 2012, p.15)

A obra de Anatildes Francisca Nunes constitui uma referência para a compreensão da formação histórica de Guimarães, por articular registros documentais e narrativas orais. Ao afirmar que “como todo princípio de cidade resulta de um aglomerado de gente” (NUNES, 2012, p. 15), a autora chama a atenção para o caráter coletivo e processual da constituição dos núcleos urbanos. Sob essa ótica, os primeiros topônimos associados ao povoado, como “Serra Negra da Boca da Mata”, ultrapassam a mera descrição geográfica; eles condensam dimensões simbólicas que remetem às formas de apropriação e significação do espaço pelos sujeitos que o habitaram.

A expressão “Boca da Mata”, por exemplo, aponta para uma zona de transição entre áreas abertas e formações vegetais densas, sugerindo o avanço antrópico sobre territórios florestais - possivelmente vinculados ao bioma da Mata Atlântica ou às formações conhecidas regionalmente como “Mata da Corda”. Tal denominação evoca, portanto, as práticas de abertura de picadas e a expansão das frentes de ocupação, revelando uma estreita relação entre linguagem, território e experiência histórica.

De modo semelhante, o termo “Serra Negra” suscita questionamentos que extrapolam a simples caracterização da paisagem. A referência à cor pode estar associada à opacidade da vegetação nativa, à coloração do solo e das formações rochosas, ou mesmo a matrizes simbólicas de nomeação. Nesse caso, a designação “negra” deixa de ser um dado meramente físico-natural para se revelar como uma construção cultural, passível de ressignificações ao longo do tempo.



Esses elementos indicam que a toponímia local atua como um importante vestígio da memória, funcionando como marcas linguísticas que preservam percepções ambientais e dinâmicas de povoamento. Desse modo, a problematização desses nomes amplia a compreensão sobre a gênese do município, ao evidenciar que o espaço não é um cenário estático, mas o resultado dinâmico das interações entre sujeitos, natureza e cultura. Assim, ao tensionar e aprofundar as pistas legadas pela obra de Nunes, consolida-se um campo fecundo de investigação no qual os nomes dos lugares assumem o estatuto de fontes históricas, capazes de desvelar nuances fundamentais da história local.

A autora também chama atenção para a pluralidade de narrativas acerca da origem do povoado, revelando divergências quanto às datas e aos marcos fundacionais. Ao mobilizar depoimentos e registros distintos, Nunes explicita que a constituição do arraial esteve associada a práticas religiosas coletivas, doações de terras e iniciativas de moradores locais. Nesse sentido, destaca-se que:

Segundo uma carta de J. Graciano, em 22 de outubro de 1923, foi rezado aqui diante de uma cruz pequena o primeiro terço por iniciativa do Sr. Jacinto José Peres, vulgo ‘Jacinto Bento’. Logo a seguir o progressista e devoto Francisco Pires de Camargos doou um terreno para a construção da capela e casas circunvizinhas. Já Oscar Pereira Nunes (1915-2007) afirmou que o início das rezas coletivas se deu em 1922; e D. Palmira Alves Cordeiro (nascida em 1918) conta que a festa de inauguração da igreja do Rosário foi em 1928. Segundo o Sr. Geraldo Barbosa (ex-gerente do Banco do Brasil de Guimarães), seu avô Jacinto Barbosa da Silveira foi o 1º comerciante da praça e grande incentivador das reuniões ao pé da cruz. Em 1922, antes de construir a capela, Sr. Jacinto convidou o padre para celebrar missa e o “Veio Malaquias” com seus congadeiros para abrihantarem as reuniões. Daí por diante, foi ganhando caráter de festa que se tornou tradição. Segundo dados fornecidos pela prefeitura, a inauguração da capela de N. Sra. do Rosário se deu no dia 26 de setembro de 1926. (NUNES, 2012, p.19)

Ainda conforme Nunes (2012), o processo de consolidação do povoado esteve diretamente relacionado à atuação de famílias influentes, entre as quais se destacam os irmãos Pedro Francisco e Francisco Pedro Guimarães. Inseridos em uma família de fazendeiros, esses sujeitos teriam desempenhado papel relevante na organização do espaço, por meio da doação de terras, incentivo à construção de moradias e apoio a iniciativas educacionais. Como registra a autora:

Segundo narrativas dos primeiros desbravadores, os irmãos gêmeos Pedro Francisco e Francisco Pedro Guimarães, de família tradicional de influentes fazendeiros, possuíam boas habilidades administrativa, empreendedora, política e queriam ver esse território desenvolver e progredir. Ajudavam sempre nas melhorias para o povoado. Inicialmente, o Pedro Francisco Guimarães que era vereador na época, comprou do Sr. Limiro Bento um terreno consideravelmente grande. Esse espaço foi doado para a prefeitura de Patos de Minas e distribuído em lotes gratuitos para aqueles que se interessassem em construir. Doavam ainda



madeira e outros materiais para ajudar nas construções. O Arraial de Serra Negra da Boca da Mata crescia rapidamente. Em um paiol, que havia sido desativado, criaram uma escola para as crianças. A primeira professora foi D. Ana Lemos Ferraz, que recebia seu salário dos irmãos gêmeos Pedro e Francisco Guimarães. Dona Ana ministrava as aulas em uma classe multisseriada. Com o tempo, os alunos foram aumentando tanto que em pouco tempo havia turmas espalhadas em outros espaços pelo povoado. (NUNES, 2012, p.21)

A narrativa sobre a formação de Guimarães, tal como sistematizada por Anatildes Francisca Nunes, confere centralidade à atuação dos irmãos Guimarães, representados como pioneiros fundamentais pertencentes a uma família tradicional da região. Essa perspectiva idealizada, contudo, demanda uma problematização quanto à naturalização desse pioneirismo. Ao analisar esse discurso, observa-se que a centralidade conferida à linhagem Guimarães vincula-se diretamente à posterior expansão comercial e agropecuária da empresa familiar "Guimarães Irmãos" no Cerrado mineiro, cuja memória acabou por sedimentar a identidade histórica local em torno de seus fundadores.

Nesse contexto, sua intervenção no território esteve associada não apenas ao povoamento desinteressado, mas a estratégias explícitas de ocupação, especulação e valorização econômica do solo. Essa constatação historiciza e relativiza o mito do “pioneirismo” absoluto desses sujeitos, deslocando-os da condição de fundadores originários para a de agentes inseridos em uma marcha mais ampla de reorganização capitalista do espaço. Tal distinção intelectual é crucial, pois desvela como a arquitetura de certas narrativas históricas opera na hipervalorização de elites específicas em detrimento de grupos subalternos cuja agência é deliberadamente invisibilizada.

Em contraposição a essa narrativa centrada nos fundadores, ganham relevância outros atores históricos essenciais para a constituição do arraial, como os primeiros posseiros, trabalhadores rurais, benzedores e congadeiros. A relevância desses sujeitos manifesta-se, por exemplo, no depoimento da moradora e dona de casa Palmira Alves Cordeiro ao descrever o surgimento de Guimarães, a construção da Capela e o início da Festa de Nossa Senhora do Rosário como será visto mais à frente, no tópico 3.2 sobre A Festa de Nossa Senhora do Rosário, nas páginas 79 e 80. Portadores de vínculos profundos com o território, esses grupos capitanearam as formas primordiais de sociabilidade local por meio de rezas coletivas e festejos em torno do cruzeiro.

Da mesma forma, a própria dinâmica de estruturação do patrimônio religioso indica que a ereção da capela primitiva e a organização do espaço comunitário contaram com a colaboração de múltiplos agentes sociais. Esse esforço coletivo contrapõe-se à tese de que o núcleo urbano decorreu da iniciativa exclusiva de um único clã familiar.



A despeito dessa pluralidade original, a recorrente associação entre a família Guimarães e o controle das estruturas políticas locais tendeu a ser naturalizada nas crônicas do município. Todavia, essa hegemonia não deve ser lida como um desdobramento espontâneo de sua proeminência econômica, mas como o resultado de processos históricos de disputa, cooptação e legitimação simbólica. A presença reiterada de membros desse grupo familiar em registros oficiais e em galerias fotográficas de canais institucionais - como o portal da Prefeitura Municipal - ilustra essa dinâmica de perpetuação.

Longe de funcionarem como um espelho neutro do passado, esses acervos e espaços institucionais constituem produções situadas que operam um nítido enquadramento da memória. Ao converter a trajetória dessa elite no próprio fio condutor da história pública de Guimarães, opera-se uma fusão entre o poder político e o simbólico. A repetida exibição dessas figuras em solenidades e documentos atua como uma verdadeira liturgia de consagração política no tempo presente, chancelando-as como herdeiras legítimas do comando local.

Essa hipervisibilidade oficial provoca indagações epistemológicas fundamentais: quais sujeitos e corpos são admitidos nas molduras dos registros oficiais e quais permanecem confinados ao esquecimento? A análise crítica dessas escolhas revela como certas manifestações culturais são institucionalizadas, enquanto outras expressões comunitárias acabam marginalizadas pelas narrativas dominantes. Desconstruir tais discursos evidencia que a trajetória do município se constitui por múltiplos caminhos, frequentemente marcados por assimetrias sociais e disputas por reconhecimento.

Assim, recusa-se qualquer determinismo que naturalize a governança das elites, propondo, em contrapartida, uma investigação sistemática das condições históricas que viabilizaram a perpetuação e a legitimação desses grupos na liderança municipal.

A análise da formação histórica de Guimarães demanda atenção às práticas religiosas que contribuíram para a constituição de sociabilidades locais, entre as quais se destaca a devoção a Nossa Senhora do Rosário. Mais do que uma expressão de fé individual, essa devoção deve ser compreendida como prática coletiva, historicamente situada, que articula memória, identidade e pertencimento.

No cenário histórico de Minas Gerais, a devoção a Nossa Senhora do Rosário estabeleceu, em diversas localidades, uma forte vinculação com as irmandades leigas e com manifestações culturais de matriz afro-brasileira, a exemplo dos congados. Historicamente, essas associações no contexto mineiro reuniram populações negras -



escravizadas e libertas - em torno de práticas religiosas, festivas e comunitárias. Tais arranjos desempenharam um papel fundamental na construção de redes de solidariedade, na preservação de tradições e na elaboração de formas próprias de vivenciar a religiosidade católica, frequentemente em diálogo com as especificidades culturais da região.

Nesse sentido, a presença de práticas devocionais ligadas ao Rosário no processo de formação do arraial conhecido como “Serra Negra da Boca da Mata” indica a participação de sujeitos que, muitas vezes, permanecem à margem das narrativas oficiais. As rezas coletivas, as festas religiosas e a própria construção da capela não devem ser compreendidas apenas como eventos pontuais, mas como expressões de uma dinâmica social mais ampla, na qual diferentes grupos contribuíram para a constituição do espaço comunitário.

A problematização dessa devoção permite, portanto, deslocar o foco de uma história centrada em figuras consideradas “fundadoras” para uma abordagem que reconhece a pluralidade de sujeitos envolvidos no processo histórico. Ao questionar quem eram os devotos de Nossa Senhora do Rosário, abre-se a possibilidade de investigar trajetórias, práticas culturais e formas de organização social que não se encontram plenamente registradas nos documentos oficiais, mas que se mantêm vivas na memória coletiva.

Além disso, a análise dessas práticas religiosas contribui para compreender o papel da religiosidade na organização do espaço e na construção de identidades locais. A capela, enquanto espaço material, e as festas, enquanto práticas simbólicas, configuram-se como lugares de memória, nos quais se entrelaçam experiências individuais e coletivas, passado e presente.

Do ponto de vista do ensino de História, a abordagem da devoção a Nossa Senhora do Rosário apresenta significativo potencial pedagógico, ao possibilitar a valorização de saberes locais e a problematização de processos históricos mais amplos, como a presença negra, a religiosidade popular e as formas de resistência cultural. Dessa forma, o estudo dessas práticas contribui para a construção de uma narrativa mais inclusiva, que reconhece e valoriza a diversidade de sujeitos que participaram da formação de Guimarães.

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento, referência nos estudos sobre cidade, cultura e sensibilidades, contribui de maneira significativa para a compreensão do espaço urbano para além de sua materialidade. Ao discutir a cidade como fenômeno histórico e



cultural, a autora desloca o olhar de uma perspectiva estritamente física para uma abordagem que privilegia as relações sociais, as práticas cotidianas e os significados atribuídos pelos sujeitos ao espaço vivido. Nessa direção, afirma que:

Mas a cidade, na sua compreensão, é também sociabilidade, ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de domínio e transformação de um espaço natural no tempo. A cidade é concentração populacional, tem um pulsar de vida e cumpre plenamente o sentido da noção do 'habitar', e essas características a tornam indissociavelmente ligada ao sentido do humano: cidade, lugar do homem; cidade, obra coletiva que é impensável no individual; cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais. É por isso que, ao lado das imagens icônicas da materialidade urbana, há toda uma outra linha de representação que exhibe a cidade através da sua população, com suas ruas movimentadas, o povo a habitá-la, a mostrar sua presença e também a sua diversidade, em imagens ora ternas, ora terríveis de contemplar... Mas a cidade é, ainda, sensibilidade. Cidades são, por excelência, um fenômeno cultural, ou seja, integradas a esse princípio de atribuição de significados ao mundo. Cidades pressupõem a construção de um *ethos*, o que implica a atribuição de valores para aquilo que se convencionou chamar de urbano. (Pesavento, 2007, p. 14)

A partir dessa perspectiva, a cidade deve ser compreendida não apenas como espaço físico, mas como lugar de sociabilidade e experiência humana, constituído pela ação coletiva de diferentes grupos sociais ao longo do tempo. Trata-se, portanto, de uma construção histórica marcada por práticas, conflitos, permanências e transformações, que se materializam tanto nas formas urbanas quanto nas vivências cotidianas de seus habitantes.

Em vista disso, o estudo da cidade e de sua história local não se restringe à análise de edificações e monumentos, mas se amplia para abarcar dimensões como a sensibilidade, o cotidiano e o *ethos* urbano, elementos que conferem sentido às experiências dos sujeitos no espaço. Tal abordagem permite reconhecer a cidade como um campo de produção de significados, no qual se entrelaçam memória, identidade e cultura.

No caso de Guimarães, essa perspectiva possibilita deslocar o foco de uma descrição centrada apenas em aspectos estruturais ou institucionais para a análise das práticas sociais que configuram a vida urbana, como as manifestações religiosas, as festas, os espaços de encontro e as formas de apropriação do território pelos diferentes grupos que o habitam. Desse modo, a cidade passa a ser entendida como um espaço vivido, atravessado por múltiplas experiências e narrativas, nem sempre igualmente visibilizadas.

Essa compreensão mostra-se fundamental para o Ensino de História e para a Educação Patrimonial, na medida em que amplia as possibilidades de leitura do espaço



urbano e favorece a valorização de diferentes sujeitos e práticas históricas. Ao reconhecer a cidade como uma construção coletiva e dinâmica, o ensino pode contribuir para a formação de sujeitos capazes de interpretar criticamente o lugar em que vivem, identificando nele marcas do passado e problematizando as relações sociais que o constituem no presente.



2.2 – O Tombamento da Capela de Nossa Senhora do Rosário

A Capela de Nossa Senhora do Rosário de Guimarães é um marco histórico e religioso dedicado à devoção mariana. O templo representa um importante patrimônio cultural e espiritual para a comunidade local, profundamente associado às tradições católicas mineiras. Situada na Praça Francisco Pires, área central do município, a edificação remonta às próprias origens da cidade, que se desenvolveu em torno de núcleos rurais e religiosos típicos do interior de Minas Gerais. Sua construção está diretamente ligada à antiga devoção ao Rosário, elemento marcante nas irmandades e festividades da região.

O edifício apresenta linhas arquitetônicas que remetem às construções religiosas das primeiras décadas do século XX na região, estruturado com uma fachada frontal, torre sineira integrada e um altar central. Seu interior abriga imagens sacras e elementos ornamentais, aspectos que refletem tanto a apropriação comunitária do espaço quanto o zelo na preservação do templo, conforme ilustrado abaixo:



Vista da fachada frontal da Capela de Nossa Senhora do Rosário.

Vista do altar da Capela.

Disponível em: <https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/guimarania/igreja-rosario>

Acesso em: 28/04/2026

Além de sua importância simbólica no traçado urbano, a capela constitui o centro de celebrações locais, especialmente durante a Festa de Nossa Senhora do Rosário, evento que mobiliza moradores e visitantes em missas, procissões e manifestações culturais.



Trata-se, portanto, de um ponto de referência histórica que integra as dimensões materiais e imateriais do patrimônio do município. Mantido pela paróquia local, o templo permanece ativo nas dinâmicas religiosas da comunidade, sendo sua preservação compreendida como marco da memória coletiva e da continuidade das práticas devocionais locais.

A centralidade da capela na formação do povoado aparece também nos relatos reunidos por Nunes (2012), que registram as primeiras formas de sociabilidade e organização comunitária na região. Segundo a autora, a origem do arraial esteve ligada a encontros mensais realizados por moradores às margens do rio Espírito Santo, onde se rezava o terço, promoviam-se leilões de prendas e fortaleciam-se os vínculos entre as famílias da localidade. Nesse contexto, a construção da cruz e, posteriormente, da capela em louvor a Nossa Senhora do Rosário simbolizou não apenas a fé dos habitantes, mas também o desejo de constituir um núcleo comunitário permanente. Nunes (2012) registra:

Segundo dados fornecidos pela prefeitura, a inauguração da capela de N. Sra. do Rosário se deu no dia 26 de setembro de 1926. Conforme relatos existentes, pode-se afirmar que o Arraial de Serra Negra da Boca da Mata teve seu início na década de 1920. Todo último domingo de cada mês os habitantes dessa localidade se reuniam à margem direita do rio Espírito Santo, próximo ao Córrego da Loca, à beira da estrada antiga que ligava Patos de Minas a Patrocínio. Era um encontro de família completamente informal. Discutiam seus problemas, negociavam, (muitas vezes em forma de trama ou barganha), rezavam o terço ao pé de uma pequena cruz e leiloavam prendas. Sentindo que aquelas reuniões eram uma bênção e que o amor de Deus circulava em seus corações, fizeram uma cruz de madeira (aroeira) bem alta para simbolizar os seus sentimentos de fé e amor, manter a união entre eles e tornar mais bela a paisagem. O senhor Francisco Pires de Camargos e Dona Mariana Cândida da Cunha eram participantes ativos, entusiasmados e proprietários daquelas terras. Desejosos de ver crescer ali um povoado, doaram no ano de 1925 dois hectares de terra para construir a capela em louvor a Nossa Senhora do Rosário, a praça e as casas circunvizinhas. A capela já passou por algumas reformas e jamais ficou esquecida. (NUNES, 2012, p. 19-20)

Para além das fontes documentais e dos registros oficiais, as narrativas de memória oferecem importantes subsídios para a compreensão do processo histórico de formação de Guimarães. Em outro relato registrado por Nunes (2012), elaborado a partir das lembranças de Oscar Pereira Nunes (1915–2008) - morador que acompanhou o crescimento do povoado desde a infância -, são descritas as práticas religiosas e as relações de sociabilidade que estruturavam a vida coletiva em torno da Praça do Rosário. O depoimento evidencia como os terços, os leilões e as festas religiosas contribuíram para a consolidação dos vínculos comunitários e para a organização do espaço urbano:



Texto redigido conforme relato de meu falecido esposo Oscar Pereira Nunes, nascido em 1915. Ele viu Guimarães crescer. Quando criança, vinha da fazenda Morro Feio, montado na garupa de cavalo, para a reza do terço ao pé da cruz, na Praça do Rosário. Atualmente, tal praça se chama Francisco Pires. Uma prancha de madeira colocada ao pé da cruz era ornamentada com um arco de bambu preso às extremidades, no qual eram colocadas flores artificiais multicoloridas. Sobre tal prancha ficavam os objetos que seriam apreçados no leilão, após o terço, com a finalidade de arrecadar dinheiro para construção da capela, em honra a Nossa Senhora do Rosário. Os terços eram frequentados pelos moradores da Mata, de Machados, dos Esteves, de Beira do Rio, de Capoeirinhas e de Borges. Os moradores de São João da Serra Negra nunca participavam do evento devido a uma antiga rivalidade que existia e cuja origem é hoje desconhecida. Pronta a capela, o primeiro vigário a celebrar missa e a organizar festas foi o padre baiano Francisco Curvelo, vigário de Santana. Antigos moradores disseram-me que ele tinha o dom da oratória. Onde quer que estivesse, prendia a atenção de todos, inclusive a dos incrédulos, com sua prédica. Como a capela era muito pequena, a missa era campal. Todos que por ali passavam paravam para ouvi-lo. Suas pregações cultivavam a fé e transmitiam paz. Ninguém se inquietava; ao ouvi-lo, ao contrário, se aquietavam. Os primeiros moradores construíram suas casas em volta da praça. Quando começou a se formar o primeiro logradouro, denominado Rua do Comércio, atual Rua Conselheiro Rufino, o povoado foi apelidado de Caçarola, devido a seu formato. (NUNES, 2012, p. 19-20)

Os relatos memorialísticos apresentados por Nunes encontram complemento nas fontes iconográficas. A fotografia da Capela de Nossa Senhora do Rosário registra não apenas uma das primeiras configurações do templo, mas também aspectos da vida social do povoado em constituição. A imagem evidencia a reunião de moradores em torno da capela, revelando formas de ocupação do espaço e relações de sociabilidade construídas naquele contexto.

Como se observa a seguir, a centralidade do templo na composição fotográfica reforça seu papel como referência religiosa e social para a comunidade. Ao mesmo tempo, os indivíduos retratados demonstram que o patrimônio não se restringe à edificação, mas se vincula às experiências, práticas e memórias daqueles que participaram da construção histórica do município:





Fonte: <https://www.guimarania.mg.gov.br/a-cidade/historia?60> . Acesso: 21/08/2025.

Para compreender como essa relevância social foi transposta para o âmbito institucional, torna-se indispensável analisar o *Dossiê de Tombamento da Capela de Nossa Senhora do Rosário* (2005). O documento técnico reconstrói o processo de consolidação urbana do entorno do templo, demonstrando como o arranjo espacial primitivo determinou a expansão do município:

Com o tempo foram levantados recursos por meio de um leilão, e a pequenina Capela recebeu pintura e melhores acabamentos. Casas foram erguidas nas imediações da Capela e, com isso, se consolidou um largo no pequeno povoado. Com a urbanização da cidade, tal largo viria a se tornar a atual Praça Francisco Pires, nome dado em homenagem àquele que doou terras e incentivou a construção da primitiva Capela do Rosário. Em 1938, o povoamento iniciado a partir da Capela do Rosário foi elevado à categoria de distrito, recebendo o nome de Guimarães, em homenagem à família dos políticos mais influentes da região. (GUIMARÂNIA, 2005, p.7-8)

A evolução da malha urbana de Guimarães caminhou pari passo com as transformações arquitetônicas sofridas pela própria edificação. O Dossiê detalha as características construtivas da capela original e as subsequentes modificações estruturais que descaracterizaram seu partido primitivo em prol de uma modernização estética e funcional:

A Capela primitiva, cuja edificação foi concluída em 1926, possuía uma estrutura autoportante em tijolos maciços. Seu partido era o tradicional das pequenas capelas mineiras: planta retangular sem divisões internas, cobertura em telhado de duas águas, fachada frontal com frontão triangular e porta única, com verga em arco abatido. A torre sineira era singela, separada do corpo da



edificação; não passava de um poste lateral com um pequeno sino em bronze. Em volta da Capela, espalhava-se um largo gramado, em torno do qual assentavam-se as casas dos primeiros moradores da cidade. A reforma religiosa que, na prática, resultou em sua reconstrução, respeitou alguns elementos arquitetônicos originais: o partido, o caimento do telhado, as dimensões e a escala da igreja original. A maior mudança, entretanto, foi a mudança da torre sineira, que incorporada lateralmente ao corpo da edificação. O antigo cruzeiro em madeira foi substituído por um cruzeiro de concreto, com linhas retas de inspiração modernista. Seguindo a onda de modernizações que tomou conta da cidade, a Capela de Nossa Senhora do Rosário passou por reformas na década de 1940. A capela primitiva foi bastante modificada. Entre as alterações havidas, destaca-se a alteração da fachada frontal, com a inclusão de uma torre sineira no corpo da edificação e a substituição dos vãos em arco abatido por vãos em arcos ogivais. Entretanto, as dimensões, a escala, a proporção e a volumetria da antiga capela foram respeitadas na reforma. Foram colocadas portas e janelas com esquadrias de madeira. Na década de 1990, a Capela passou por nova reforma, tendo recebido piso cerâmico e novas esquadrias, dessa vez metálicas, do tipo veneziana. (GUIMARÃIA, 2005, p. 7-8)



Capela do Rosário Reformada na década de 40.
Fonte: Casa da Cultura de Guimarães

Ao inventariar os aspectos internos do monumento, o laudo técnico do Dossiê reforça a simplicidade do partido arquitetônico adotado, contrastando a singeleza material da estrutura com a densidade do patrimônio imaterial e simbólico que ela resguarda:

Ao adentrarmos na edificação, temos a verdadeira noção da simplicidade do partido arquitetônico. Composta por um salão que abriga a nave-capela-altar, vemos logo da entrada o acesso à sacristia, que se dá por uma abertura descentralizada, à esquerda do altar. Internamente, a edificação é revestida com reboco de cimento e pintada em creme. O forro no salão principal é composto por uma laje plana pintada de branco e de PVC branco na sacristia. O piso é de cerâmica marrom 20x30 cm. Internamente, as esquadrias não apresentam qualquer detalhe arquitetônico, reservados ao exterior. O acesso à torre sineira se dá por um alçapão, alcançado por uma escada móvel. O altar abriga as imagens sacras de Nossa Senhora do Rosário, de Santa Luzia e um Crucifixo. Lateralmente, vemos um pequeno altar com uma imagem de Nossa Senhora e o



menino Jesus. Vemos claramente que ocorreram muitas modificações daquela capela primitiva, assim como do seu entorno. Mas, ainda assim, é de extrema necessidade que se preserve sua configuração, pois sua importância para toda a população da cidade permanece viva e muito forte. Não se trata apenas da matéria em si, mas de todo o significado cultural intrínseco: a fundação do povoado, os pioneiros, as festas e celebrações, marcas que ficam impressas na história e na representação cultural. (GUIMARÂNIA, 2005, p. 17-18)

Dessa forma, o Dossiê ratifica que a fundação do povoado ocorreu como consequência direta da edificação da primitiva Capela do Rosário, de modo que o templo acompanhou os períodos de formação, crescimento e evolução da antiga Vila Guimarães durante o Período Republicano até a emancipação política do município.

Para salvaguardar não apenas a materialidade do templo, mas o arranjo espacial que originou a cidade, o corpo técnico deliberou critérios rigorosos para a demarcação das áreas de proteção. Conforme aponta o documento, estabeleceu-se uma indissociabilidade entre o monumento e a praça pública:

O Perímetro de Tombamento da Capela de Nossa Senhora do Rosário engloba e coloca sob salvaguarda do poder público municipal uma área de 0,37 hectares, incluindo no Perímetro de Tombamento a edificação da Capela e também a Praça Francisco Pires, com seu Cruzeiro, paisagismo, jardins, arborização, passeios, meio-fios e iluminação pública. O Perímetro de Tombamento pretende salvaguardar não somente a edificação da Capela, mas também os elementos integrados e o agenciamento externo supracitados. Entende-se que a Praça e a Capela formam um conjunto integrado. Privilegiou-se a escolha de marcos de fácil identificação para a localização dos pontos referenciais e foram priorizados os eixos de vias públicas para a definição do perímetro, evitando passar as linhas limítrofes dentro de lotes e de áreas privadas. Já os critérios para definição do Perímetro de Entorno da Capela de Nossa Senhora do Rosário em Guimarães, são, prioritariamente, critérios históricos, urbanísticos e de visibilidade. O Perímetro de Entorno engloba uma área de 6,62 hectares, incluindo totalmente a Praça Francisco Pires e parcialmente a Avenida Espírito Santo e as Ruas Caetés, Guaranis, Guimarães e Conselheiro Rufino. (GUIMARÂNIA, 2005, p. 22)

Nessa mesma linha, as fotografias contemporâneas presentes no laudo técnico de tombamento (2005) também devem ser interpretadas como fontes. Ao destacar o “bom estado de conservação” da estrutura, tais registros expressam uma leitura institucional focada estritamente na integridade física do edifício. No entanto, a ausência de elementos humanos nessas imagens contrasta com os registros antigos e evidencia uma mudança no olhar: de um espaço vivo e socialmente ocupado para um objeto patrimonializado.

Essa transição reflete-se na própria atuação do poder público que, ao introduzir as políticas de patrimonialização em nível municipal, institucionalizou um valor já atribuído socialmente, mas o fez a partir de critérios específicos, privilegiando a materialidade e a historicidade da edificação. Por isso, é fundamental destacar que, no caso de Guimarães, o reconhecimento oficial recai estritamente sobre a capela (bem material), e não sobre a



Festa de Nossa Senhora do Rosário. Embora a celebração possua forte valor simbólico e cultural para a comunidade, ela não foi registrada como patrimônio imaterial - distinção essencial para evitar imprecisões conceituais e pedagógicas. Assim, a capela consolida-se como um ponto de ancoragem da memória coletiva, servindo de suporte para que diferentes gerações projetem, reconstruam e disputem suas próprias narrativas.

O processo de salvaguarda legal consolidou-se em 12 de abril de 2005 sob o Decreto N° 656/2005 do Governo Municipal de Guimarães, Gestão 2005-2008, dispôs sobre o tombamento, e respectiva inscrição no livro de Tombo, da Capela de Nossa Senhora do Rosário. O Prefeito Municipal de Guimarães, usando de suas atribuições e em conformidade com o Artigo 216 da Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal n°855 de 28 de março de 2005, decretou:

Art. 1° - Fica homologado e aprovado o Tombamento proposto pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Guimarães, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, situada neste Município de Guimarães/MG, nos termos da ata de reunião do citado Conselho, realizada em 11 de abril de 2005 e que faz parte integrante do presente Decreto.

Art.2° - O Tombamento que hora se aprova e homologa será inscrito no Livro de Tombo, a que se refere o Artigo 4° da Lei Municipal n° 855/2005.

Art. 3° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no “Placard” da Prefeitura Municipal. Guimarães, 12 de abril de 2005. João Paulo Vieira Spínola (Prefeito Municipal).

O reconhecimento da Capela de Nossa Senhora do Rosário como marco fundador de Guimarães não se evidencia apenas nos documentos históricos e jurídicos, mas também em sua visualidade técnica contemporânea. Nesse sentido, as imagens integrantes do laudo técnico do perímetro funcionam como fontes relevantes para rastrear o estado físico atual do objeto tombado, conforme demonstram os registros apresentados a seguir.



Município de Guimarães
Laudo técnico de bem imóvel tombado pelo
município
Capela do Rosário

Laudo da Capela de Nossa Senhora do Rosário

AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
TOMBADOS PELO MUNICÍPIO

MUNICÍPIO: Guimarães		DISTRITO: Bede	
NOME DO BEM TOMBADO: Capela de Nossa Senhora do Rosário			
ENDEREÇO DO BEM CULTURAL: Praça do Rosário, sem número			
Nº DECRETO / ANO: 656/2005	Nº INSCRIÇÃO LIVRO DO TOMBO / ANO: 01/2005	PROCESSO ACEITO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DO EXERCÍCIO: 2007	
NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: Anna Clara Ramoa Novais		FORMAÇÃO PROFISSIONAL: Arquitetura	RG OU CAU OU CREA: CAU A271688-7
CHEFE DO SETOR DA PREFEITURA RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PATRIMÔNIO CULTURAL: Tony dos Reis Rodrigues		DATA REALIZAÇÃO LAUDO: 08/11/2024	
HÁ OBRA DE RESTAURAÇÃO EM ANDAMENTO? SIM		NÃO	X
HÁ PROJETO APROVADO POR LEI DE INCENTIVO À CULTURA? SIM		NÃO	X
EM CASO POSITIVO: LEI		LEI ESTADUAL	OUTRA



Capela do Rosário - Guimarães - 2024. Foto: Arquivo da Prefeitura Municipal de Guimarães



Município de Guimarães
Laudo técnico de bem imóvel tombado pelo
município
Capela do Rosário

ESTRUTURA	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	REGULAR	RUIM, NECESSITANDO INTERVENÇÃO
PILARES DE CONCRETO	100%		
ESTRUTURA METÁLICA			
OUTROS			
DANOS VERIFICADOS	Nenhum dano estrutural foi identificado. A estrutura está em excelente estado de conservação.		



Capela de Nossa Senhora do Rosário: sem danos estruturais. Foto: Tony Rodrigues, 06/11/2024

Município de Guimarães
Laudo técnico de bem imóvel tombado pelo
município
Capela do Rosário



Capela de Nossa Senhora do Rosário: estrutura em bom estado de conservação. Foto: Tony Rodrigues, 06/11/2024



Capela de Nossa Senhora do Rosário: estrutura sem danos. Foto: Tony Rodrigues, 06/11/2024

Município de Guimarães
Laudo técnico de bem imóvel tombado pelo
município
Capela do Rosário

COBERTURA	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	REGULAR	RUIM, NECESSITANDO INTERVENÇÃO
ESTRUTURA DO TELHADO (MADEIRA, LAJE, PERFIL METÁLICO)	100%		
TELHADO (CAPA E BICA, TELHA FRANCESA, FIBROCIMENTO, ARDÓSIA, METÁLICO)	100%		
CALHAS / RUFOS / CONDUTORES	100%		
COROAMENTO (PLATIBANDA, FRONTAL, CIMALHA)			
OUTROS			
DANOS VERIFICADOS	A cobertura foi restaurada em 2015. Não possui danos.		



Capela de Nossa Senhora do Rosário: cobertura em perfeito estado de conservação. Foto: Tony Rodrigues, 06/11/2024

Município de Guimarães
Laudo técnico de bem imóvel tombado pelo
município
Capela do Rosário

ALVENARIAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	REGULAR	RUIM, NECESSITANDO INTERVENÇÃO
TUJOLO	100%		
ADOBRE			
TAJPA DE PILÃO			
PAU-A-PIQUE			
PEDRA			
OUTROS (CONCRETO, MADEIRA)			
ELEMENTOS ARTÍSTICOS APLICADOS			
DANOS VERIFICADOS	Não foram encontrados danos nas alvenarias.		



Capela de Nossa Senhora do Rosário: Alvenarias sem danos. Foto: Tony Rodrigues, 06/11/2024



Município de Guimarânia
Laudo técnico de bem imóvel tombado pelo
município
Capela do Rosário

REVESTIMENTO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	REGULAR	RUIM, NECESSITANDO INTERVENÇÃO
REBOCO	90%	10%	
CAIAÇÃO			
PINTURA (A ÓLEO, A BASE DE ÁGUA)	90%	10%	
CERÂMICA			
DANOS VERIFICADOS	O reboco apresenta áreas de esfolamento e fissuras superficiais e pontuais. A pintura apresenta manchas escuras causadas por umidade.		



Capela de Nossa Senhora do Rosário: manchas de umidade. Foto: Tony Rodrigues, 06/11/2024

Município de Guimarânia
Laudo técnico de bem imóvel tombado pelo
município
Capela do Rosário

FORROS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	REGULAR	RUIM, NECESSITANDO INTERVENÇÃO
ESTEIRA			
MADEIRA			
GESSO	100%		
LAJE	90%	10%	
OUTROS (PVC)			
ELEMENTOS ARTÍSTICOS APLICADOS			
DANOS VERIFICADOS	O forro de gesso está sem danos. A laje apresenta uma mancha significativa de umidade.		



Capela de Nossa Senhora do Rosário: laje com bom estado geral de conservação. Foto: Tony Rodrigues, 06/11/2024

Município de Guimarânia
Laudo técnico de bem imóvel tombado pelo
município
Capela do Rosário



Capela de Nossa Senhora do Rosário: entorno. Foto: Tony Rodrigues, 06/11/2024

CONCLUSÃO

BEM CULTURAL	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	REGULAR	RUIM, NECESSITANDO INTERVENÇÃO
Capela do Rosário	95%	5%	

Município de Guimarânia
Laudo técnico de bem imóvel tombado pelo
município
Capela do Rosário



Capela de Nossa Senhora do Rosário: cruz da torre. Foto: Tony Rodrigues, 06/11/2024

AGENCIAMENTO EXTERNO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	REGULAR	RUIM, NECESSITANDO INTERVENÇÃO
JARDIM	100%		
QUINTAL			
CRUZEIRO	100%		
DANOS VERIFICADOS	Sem danos		



Município de Guimarães
Laudo técnico de bem imóvel tombado pelo
município
Capela do Rosário



Capela de Nossa Senhora do Rosário. Foto: Tony Rodrigues, 06/11/2024

CONCLUSÃO: A Capela Nossa Senhora do Rosário está em bom estado geral de conservação, sem danos na cobertura, estrutura, alvenarias, vãos, vedações, pisos ou elementos externos integrados. Apesar de a cobertura não apresentar problemas, a laje possui uma grande mancha escura. A pintura apresenta manchas pontuais de umidade, e o reboco exibe estufamento e pequenas fissuras superficiais. As patologias identificadas não comprometem a integridade física ou estética da edificação.

Recomenda-se investigar a origem da mancha de umidade na laje e realizar os reparos necessários para evitar problemas mais graves.



Município de Guimarães
Laudo técnico de bem imóvel tombado pelo
município
Capela do Rosário

FICHA TÉCNICA

EQUIPE TÉCNICA
Responsável pela revisão e correção dos laudos técnicos
 Anna Clara Ramos Novaes Arquiteta e Urbanista CAU: A2716887
Responsável técnico pela elaboração dos laudos
 Tony dos Reis Rodrigues Chefe do Setor de Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Guimarães
Este trabalho foi elaborado em Guimarães no período de agosto a dezembro de 2024 (Exercício 2026).



Município de Guimarães
Laudo técnico de bem imóvel tombado pelo
município
Capela do Rosário

RRT



CAU/BR

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

RRT 15021912

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome Civil/Social: ANNA CLARA RAMOS NOVAES

CPF: 125.800.XXX-07

Título Profissional: Arquitet(a) e Urbanista

Nº do Registro: 00A2710007

2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: 01502191200CT001

Modelidade: RRT-SMPLS.

Data de Cadastro: 28/11/2024

Forma de Registro: INICIAL

Data de Registro: 28/11/2024

Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor do RRT

Valor do RRT: R\$129,61

Balote nº 21206446

Pago em: 28/11/2024

3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE

3.1 Serviço 001

Contratante: RCD Ramos Cultura e Desenvolvimento

CPF/CNPJ: 07.400.XXX/0001-26

Tipo: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Data de Início: 31/10/2024

Valor do Serviço/Mensal: R\$1.000,00

Data de Previsão de Término: 31/12/2024

3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

Polo: Brasil

CEP: 32310010

Tipo Logradouro: AVENIDA

Nº: 265

Logradouro: Marechal Castelo Branco

Complemento:

Bairro: JK

Cidade/UF: Contagem/MG

3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: ATIVIDADES ESPECIAIS EM ARQUITETURA E URBANISMO

Quantidade: 100,00

Atividade: 5.7 - LAUDO TÉCNICO

Unidade: metro quadrado

3.1.3 Tipologia

Tipologia: Público

3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

SALVAGUARDA E PROTEÇÃO LAUDOS TÉCNICOS DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS BENS MATERIAIS PROTEGIDOS NA ESFERA MUNICIPAL

3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as condições abertas ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 12146, de 06 de julho de 2015.



CAU/BR

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

RRT 15021912

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

Nº do RRT

Contratante

Forma de Registro

Data de Registro

015021912100CT001

RCD Ramos Cultura e Desenvolvimento

INICIAL

28/11/2024

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas nesta RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista ANNA CLARA RAMOS NOVAES, registro CAU nº 00A2710007, na data e hora: 2024-11-28 14:09:57, com o uso de login e de senha. O CPF/CNPJ está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (LGPD).

As fotografias presentes no laudo técnico da Capela de Nossa Senhora do Rosário constituem importantes fontes documentais para a compreensão da trajetória do bem

patrimonial. Mais do que ilustrações, essas imagens registram as condições materiais da edificação em um momento específico de sua história, permitindo identificar permanências, transformações e intervenções acumuladas ao longo do tempo. Ao documentar fachadas, estruturas, elementos construtivos e espaços internos, o laudo produz um diagnóstico visual que evidencia o estado de conservação da capela e orienta futuras ações de preservação.

Sob essa perspectiva, os registros fotográficos revelam que a Capela de Nossa Senhora do Rosário não permaneceu inalterada desde sua construção. A presença de elementos construtivos contemporâneos, como estruturas de concreto e adaptações arquitetônicas realizadas ao longo dos anos, demonstra que o edifício passou por sucessivas intervenções destinadas a garantir sua utilização e conservação. As imagens evidenciam que o patrimônio não deve ser compreendido como uma herança estática, mas como um espaço continuamente apropriado, reformado e ressignificado pela comunidade.

A documentação imagética também fornece indícios importantes sobre o estado de conservação do imóvel. Ao registrar a integridade dos elementos estruturais, a preservação dos espaços e a ausência de danos significativos apontados pelo próprio laudo, os registros visuais reforçam o diagnóstico técnico de que a capela se encontra em boas condições de conservação. Ao mesmo tempo, revelam os resultados das ações de manutenção e proteção realizadas após o tombamento municipal, evidenciando o papel das políticas públicas de preservação na salvaguarda do bem cultural.

Além disso, as imagens permitem refletir sobre as disputas e negociações inerentes ao processo de patrimonialização. Cada intervenção observada na edificação expressa escolhas acerca do que deveria ser preservado, adaptado ou substituído. Nesse sentido, os registros fotográficos evidenciam a tensão permanente entre a conservação das características históricas da capela e as demandas contemporâneas de uso, segurança e funcionalidade. Assim, o conjunto imagético do laudo não apenas documenta a materialidade do patrimônio, mas também revela os diferentes agentes, interesses e valores envolvidos na sua preservação.



Capítulo 3: Cultura Popular, Religiosidade e a Festa de Nossa Senhora do Rosário

3.1 - Cultura Popular e Religiosidade

A cultura popular e a religiosidade constituem dimensões profundamente interligadas em Guimarães, formando um tecido social e simbólico no qual as práticas cotidianas e os sistemas de crenças se retroalimentam. Nesse cenário, a Festa de Nossa Senhora do Rosário configura-se como um espaço privilegiado para a observação dessas dinâmicas, na medida em que articula devoção, sociabilidade e tradições culturais vinculadas, sobretudo, às populações negras e às camadas populares.

No interior dessa celebração, os ternos de Congado - com destaque para o Moçambique, cuja centralidade e função de liderança ritual são evidenciadas tanto pelos relatos dos festeiros quanto pelos registros do patrimônio local (Dossiê de Tombamento, 2005) - atuam como verdadeiras estruturas organizadoras e mantenedoras do festejo. Longe de se reduzirem a elementos acessórios ou meramente folclóricos, esses grupos garantem a continuidade do ritual e produzem sentidos para uma devoção que se projeta como resistência cultural. Essa postura constrói-se historicamente frente a processos seculares de marginalização social e racial, opondo-se às tentativas de controle institucional e ao apagamento das raízes banto e da identidade afro-brasileira.

Para compreender a densidade dessas manifestações, faz-se necessário adotar uma concepção ampliada de cultura que abandone visões elitistas e estáticas. Sob a égide da História Cultural, a cultura popular é entendida como um campo dinâmico de produção, ressignificação e disputa de sentidos, manifestado nos mais diversos gestos da vida social. Essa perspectiva teórica exige que o historiador penetre na realidade investigada para decifrar os códigos partilhados pelos sujeitos em suas rotinas de trabalho, lazer e fé, conforme pressupõe Machado (2002):

Se cultura é um modo específico de ver, sentir e representar o mundo no qual se vive, para estudar as formas de representações culturais é preciso, antes de qualquer coisa, penetrar pelo interior de uma determinada realidade social, desvendar como essas representações foram constituídas e se apresentam a público - o que pode estar presente nos gestos, na linguagem, nos referenciais de mundo, nas práticas cotidianas de trabalho, de lazer e religiosidade. (MACHADO, 2002, apud RESENDE, 2006, p. 15).

A partir desse entendimento, a cultura popular define-se pela constante recriação de um universo simbólico por meio de saberes práticos e referenciais de memória que



resistem ao enquadramento nos calendários oficiais e à plena transformação em mercadoria. Por possuírem uma lógica interna e modos de existência próprios, tais manifestações operam em uma temporalidade específica, pautada no ritmo cíclico da repetição ritualística e da transmissão intergeracional.

Historicamente, contudo, esse universo tendeu a ser subestimado pelo racionalismo científico ou apropriado pelas classes hegemônicas para fins de controle social e exploração comercial. Contra esse descaso analítico que desqualifica o fazer das classes populares, Cruz (2020) adverte sobre a necessidade de reconhecer a legitimidade e a onipresença desses saberes no cotidiano, desafiando preconceitos acadêmicos:

Estudar a cultura popular é estar aberto a todas as possibilidades, se desvencilhando dos conceitos e preconceitos, privilegiando códigos e significados simbólicos partilhados entre sujeitos sociais de um tempo histórico e de um espaço geográfico. Isto tudo porque embora se possa ter um modo de vida refinado, civilizado e racionalizado, muitas práticas culturais populares permeiam o nosso cotidiano: comidas, superstições, ditados, remédios caseiros, entre outras. A atitude de descaso para com as coisas populares está associada a relacionar o fazer das classes populares a um fazer desprovido de saber. (GRILLO, 2007 *apud* CRUZ, 2020, p. 67).

Por conseguinte, o estudo da Festa do Rosário em Guimarães não pode ignorar que a religiosidade popular se constitui em um terreno de constantes tensões e negociações com a Igreja Católica institucional. Embora dialogue com a doutrina romana, o catolicismo popular goza de uma autonomia relativa; o povo apropria-se dos símbolos oficiais e os ressignifica, criando um espaço onde a liturgia é mediada pela sensibilidade e pela experiência concreta. Trata-se de um fenômeno que ilustra uma dinâmica de trocas e reapropriações contínuas, na qual as manifestações tradicionais incorporam elementos da modernidade e das novas relações sociais sem que isso destrua sua essência comunitária.

Nesse jogo de forças, a religiosidade popular distancia-se dos limites doutrinários rígidos e do mistério institucional para se afirmar como uma prática imaginativa, sensível e marcadamente devocional. Essa postura não deve ser lida como passividade ou alienação, mas como uma via para organizar o caos e responder às injustiças do mundo material. Ao analisar as astúcias utilizadas pelas classes subalternizadas para subverter as normas impostas por aqueles que detêm o poder institucional, Certeau (1998) teoriza sobre as chamadas "táticas" do cotidiano - estratégias sutis e tenazes que fraturam o espaço dominado:

Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não



ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e representações estabelecidas. Tem que “fazer com”. Nesses estratagemas de combatentes existe uma arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras de espaço opressor. (CERTEAU, 1998, p.79)

No universo da fé popular, essas táticas manifestam-se de forma contundente na crença no milagre e na intervenção divina. Para o oprimido, a obtenção da graça funciona como uma reparação simbólica das desigualdades sofridas no plano material, operando uma inversão utópica das relações de força que a historiografia oficial costuma ocultar. Sobre essa clivagem entre a teologia racionalizada e o fervor das massas, Chauí (2000) aponta o milagre como o elemento que humaniza a divindade e valida o grito daqueles que foram silenciados pelas estruturas sociais:

O milagre, pedra de toque das religiões populares e de estonteante simplicidade para a alma religiosa é, de jure, inaceitável pelas teologias e apenas de fato por elas tolerado, pois rompe a ordem predestinada do mundo por um esforço de imaginação. Arrimo da religião popular, o milagre é verdadeira profanação para as religiões purificadas ou internalizadas naquelas, Deus é vontade; nestas, razão, primeiro passo na dessacralização do real. O milagre, ao mesmo em que reafirma a onipotência da divindade a quem se apela (e que não teria o menor interesse se não fosse capaz de mudar suas antigas decisões), manifesta uma relação estritamente pessoal entre o poder supremo e o suplicante - único momento em que se tem certeza de que o grito abafado, explodiu e foi ouvido. (CHAUÍ, 2000, p. 55)

Essa matriz mística e exteriorizada possui profundas raízes no período colonial brasileiro, cujos desdobramentos ainda ecoam nas sociabilidades do interior mineiro. O ritual popular privilegia a celebração coletiva em detrimento da introspecção isolada, materializando pactos de solidariedade e ajuda mútua através dos cânticos, das danças, das bandeiras, dos adornos, das procissões e dos banquetes compartilhados. Historicamente, essa efusividade festiva surgiu como uma resposta ativa dos fiéis diante de uma liturgia oficial conduzida em latim e de forma distante pelo clero; ao reconfigurarem o culto, as camadas populares garantiram sua própria sobrevivência identitária e suas peculiaridades na maneira de professar suas crenças religiosas.

Em Guimarães, essa fusão entre o social e o transcendental é tão visceral que se torna impossível cindir a cultura popular da religiosidade no âmbito da Festa do Rosário. A fé transborda para os rituais domésticos e cotidianos, como o sinal da cruz ao deitar e ao levantar ou o benzer-se ao passar em frente aos templos, consolidando hábitos que atravessam gerações. Trata-se de uma devoção pragmática e sensorial, fundamentada na proximidade física com o sagrado. Ao investigarem essa dimensão corpórea da fé no território mineiro, Gomes e Pereira (1989) destacam que o poder divino é percebido como algo tangível e transmissível por contiguidade:



Faz parte do universo mítico mineiro a crença na transferência de poder através do objeto sagrado. Tocar o santo da Igreja, ungir-se com a água benta (ou ingeri-la), trazer consigo uma relíquia dos santos (um pedacinho da cruz de Cristo, cabelos de Santa Filomena, um dente de Santa Apolônia), conservar em patuás orações sagradas - todos esses procedimentos se baseiam na transformação por contigüidade. A força mágica do objeto sagrado passa para seu portador, que recebe os eflúvios da sacralização, ganhando uma impermeabilidade ao mal. (GOMES e PEREIRA, 1989, p. 238)

Essa crença na materialidade do sagrado é evidente em rituais como o beijar das fitas das imagens ou o uso da água benta como veículo de purificação. A sacralização de objetos transforma o ordinário em extraordinário, servindo como mediadora eficiente entre o terreno e o transcendente.

Portanto, a compreensão profunda das práticas culturais de uma comunidade exige que o pesquisador mergulhe na lógica interna de suas devoções, reconhecendo a legitimidade da fé que as sustenta. É precisamente nessa intersecção indissociável entre o simbólico e o vivido que se ancora o processo histórico e social da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Guimarães, cuja dinâmica passa a ser analisada nas próximas linhas.



3.2 - A Festa de Nossa Senhora do Rosário

Este tópico propõe-se a analisar a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Guimarães sob uma perspectiva que articula história local, cultura popular e religiosidade, apreendendo o festejo como uma prática social complexa, histórica e situada. Parte-se do pressuposto de que o evento transcende a mera manifestação de fé ou folclore, constituindo-se como um fenômeno histórico-cultural imbricado em relações de poder, disputas de memória, formas de sociabilidade e processos de construção identitária.

Para dar conta dessa complexidade, o percurso metodológico fundamenta-se na correlação de diferentes fontes e abordagens. De um lado, mobiliza-se uma robusta revisão bibliográfica, assentada em contribuições da historiografia e da antropologia dedicadas às festividades populares, à religiosidade luso-afro-brasileira e ao Congado. De outro, a análise ancora-se em fontes empíricas de natureza diversa, congregando registros escritos locais, observações de campo e depoimentos orais.

Nesse horizonte empírico, as narrativas de moradoras como Lázara Marques, Maria José Braga, Conceição Cardoso, Palmira Alves Cordeiro – resultantes de depoimentos realizados pela autora em 2003 e incorporados a este estudo como documentos históricos - assumem centralidade enquanto fontes de memória produtoras de sentido sobre o passado. Distantes de uma suposta neutralidade ou mera descrição, tais discursos revelam-se situados e atravessados por experiências, valores e disputas simbólicas. O tratamento desse material exige, portanto, um exercício de contextualização e problematização capaz de flagrar, nos relatos, tanto as permanências quanto as tensões que evidenciam diferentes versões sobre a gênese da celebração, a formação da cidade e o protagonismo dos sujeitos envolvidos.

Além disso, a análise considera a observação da festa em sua configuração contemporânea, entendida como o resultado de uma dinâmica marcada por continuidades e transformações. A descrição dos rituais e dos fluxos festivos é acompanhada por um esforço de historicização que busca identificar quando determinados elementos surgiram, de que modo se modificaram e quais significados assumem na atualidade.

Essa abordagem, inserida no campo da História Local, valoriza a territorialidade como espaço de produção de conhecimento e reconhece a relevância das experiências vividas pela comunidade. Ao confrontar as memórias orais com os discursos consolidados sobre a fundação do município, evita-se a simples reprodução de versões tradicionais. O



objetivo é colocar tais matrizes em diálogo, tensionar a historiografia oficial, problematizar hierarquias e reposicionar atores socialmente marginalizados. Assim, o festejo é examinado como um patrimônio cultural que amalgama identidade e pertencimento, demandando uma leitura que articule diferentes escalas: atlântica, colonial, regional e local.

Sob essa perspectiva ampliada, a devoção a Nossa Senhora do Rosário, frequentemente associada à tradição portuguesa, não deve ser vista como um fenômeno exclusivamente europeu posteriormente apropriado pela população negra no Brasil. Ao contrário, trata-se de um culto que já se constituía, no âmbito do Império Ultramarino, como resultado de contatos culturais anteriores à diáspora. Essa matriz luso-afro-brasileira permite relativizar a ideia de que os sujeitos escravizados apenas incorporaram uma devoção alheia; muitos já traziam referências associadas ao Rosário, ressignificando-as no contexto colonial. Portanto, a celebração não representa uma imposição passiva, mas sim a continuidade, a reelaboração e o protagonismo de africanos e seus descendentes.

Com a rápida difusão desse culto, a Igreja Católica viu-se compelida a integrar-se à manifestação. Esse envolvimento institucional permitiu que a festividade, já caracterizada pela sinergia de rezas, músicas e comidas, fosse formalizada e ampliada, atraindo um contingente maior de fiéis e perpetuando celebrações que superavam a liturgia estrita em prol da vivência coletiva. A dialética entre a norma e a apropriação no campo religioso fica evidente ao problematizarmos a historicidade da própria Oração a Nossa Senhora do Rosário.

No horizonte do catolicismo popular, observa-se que diversas preces amplamente difundidas não possuem uma gênese direta no contexto do cativeiro; pelo contrário, evidenciam marcas nítidas de uma sistematização e legitimação conduzidas pela própria hierarquia eclesial. Embora hoje estejam perfeitamente integradas às práticas e rezas das comunidades, a estrutura dessas orações sinaliza as tensões e os trânsitos entre o controle oficial da Igreja e o uso popular. Exemplo dessa formulação dogmática e regulamentada expressa-se no seguinte texto:

Nossa Senhora do Rosário dai a todos os cristãos, a graça de compreender a grandiosidade da devoção do Santo Rosário, na qual, à recitação da Ave Maria se junta a profunda meditação dos Santos mistérios da vida, morte e ressurreição de Jesus, vosso Filho e nosso Redentor. São Domingos, apóstolo do rosário, acompanhai-nos com a vossa bênção, na recitação do terço, para que por meio desta devoção à Maria, cheguemos mais depressa a Jesus, e como na batalha de Lepanto, Nossa Senhora do Rosário nos leve à vitória em todas as lutas da vida;



por seu Filho, Jesus Cristo, na unidade do Pai e do Espírito Santo. Assim Seja. Amém. (<http://www.oracoes.com.br>)

Essa formulação evidencia a centralidade da doutrina católica ao enfatizar os mistérios cristológicos, a mediação mariana e referências eurocêtricas específicas, como a Batalha de Lepanto. Tais elementos reforçam que a matriz devocional foi elaborada em estrito alinhamento com a tradição oficial da Igreja para, posteriormente, ser apropriada pelas práticas populares.

A partir dessa apropriação, a Festa do Rosário distancia-se de uma colagem mecânica de elementos africanos sobre o catolicismo, configurando-se como produto de uma construção histórica compartilhada na diáspora, onde matrizes culturais distintas se entrelaçam. A articulação entre fé e divertimento, profano e sagrado, constitui o traço concreto dessa herança híbrida, culminando em uma dualidade estrutural que forjou a convivência, nem sempre harmônica, entre universos plurais ao longo do período colonial.

Na contemporaneidade, essa polaridade manifesta-se de forma nítida. De um lado, situam-se os ritos estritamente vinculados ao sagrado institucional, como as preces, os louvores, as procissões e as obrigações votivas; de outro, pulsam as manifestações do campo profano, materializadas nas canções seculares, nas danças, no consumo de bebidas alcoólicas, na folia e nas interações sociais cotidianas. Mais do que esferas opostas e estanques, esses domínios se interpenetram, diluindo seus limites no próprio espaço festivo.

Para compreender a complexidade dessas zonas de contato, a antropóloga Rita de Cássia Amaral (1998) analisa os festejos populares como arenas propícias para a conexão entre as múltiplas dimensões da vida comunitária, argumentando que:

Ao se apresentarem como uma mediação privilegiada entre dimensões e estruturas várias, unindo o passado ao presente, o presente ao futuro, a vida e a morte, o sagrado e o profano, a fantasia e a realidade, o simbólico e o concreto, os mitos e a história, o local e o global, a natureza e a cultura entre muitas outras, as festas constituem um evento transcendente, um mundo ideal, sem tempo nem espaço, onde a imaginação tudo pode engendrar, transformar, refazer. (AMARAL, 1998, p. 07).

Essa totalidade experiencial e transcendente descrita pela autora materializa-se no município de Guimarães, especificamente no entorno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Ali, onde o devocional e o festivo coexistem, a reverência à Santa atua como o fundamento e o elemento catalisador para a mobilização, manutenção e renovação anual do ciclo ritual. A fé popular na benevolência mariana funciona como o combustível que



impulsiona os fiéis tanto à súplica por graças quanto ao cumprimento meticuloso de promessas por meio do festejo.

No plano histórico, o crescimento demográfico do antigo povoado de Guimarães promoveu uma expansão proporcional na escala do evento centralizado na praça. Atualmente, as celebrações estendem-se por dez dias no mês de outubro - iniciando-se em uma sexta-feira e culminando no terceiro domingo -, configurando-se como um importante polo de atração regional.

Embora a historiografia recorra frequentemente à dicotomia entre o sagrado e o profano como chave interpretativa para dar conta de tais eventos, no cenário guimaranense essa linha divisória deve ser tratada com cautela analítica. Se por um lado tal separação se mostra útil como ferramenta conceitual, por outro, ela não corresponde à experiência viva dos participantes, cujas dinâmicas indicam que as dimensões religiosa, social e recreativa apresentam-se de forma indissociável.

Essa maleabilidade dos sentidos festivos e a constante fricção entre a normatização oficial e a apropriação popular são amplamente discutidas pela historiadora Mary Del Priore (1994). Ao analisar as festividades desde o período colonial, a autora evidencia como os atores sociais subvertem, interpretam e ressignificam os momentos de folguedo no cotidiano, agindo diretamente nos limites impostos pelos rigores das autoridades eclesiásticas:

Contra todas as normas que a Igreja tenta impor para a regulamentação de uma “festa sem pecados”, as celebrações esboçam um trajeto feito de múltiplas funções. Se por um lado, observam-se as instituições tentando dar uma única função à festa, por outro, vamos perceber o povo dela se apropriando de maneira peculiar. A festa, seus espaços e suas atividades vão ter outra interpretação aos olhos da multidão, a cada momento possibilitando uma inversão na sua utilização. (PRIORI, 1994, p.105)

O cenário de Guimarães insere-se justamente nesse campo de negociação, no qual o ordenamento e o dogma eclesiásticos foram, ao longo do tempo, permeados pelas vivências do cotidiano. É nessa dinâmica dialética - marcada pela fusão de elementos distintos e pela capacidade de articular tradição e reinvenção, norma e prática, devoção e sociabilidade - que reside a força, a vitalidade e a continuidade das festividades do Rosário.

Sob esse aspecto, os festejos populares constituem um importante registro das estratégias de resistência da população escravizada. Diante da exclusão e da rejeição por parte do clero oficial, as comunidades negras elaboraram formas próprias de expressão e culto, nas quais danças, louvores e rituais assumiram papel central. Ao preservar e recriar



práticas de matriz africana no contexto colonial, esses indivíduos não apenas celebravam suas devoções, mas também construíam modos sutis de enfrentamento à opressão.

Na esfera local, essa historicidade ganha contornos específicos ao associar-se a uma poderosa narrativa de matriz mítica, na qual a imagem de Nossa Senhora do Rosário emergiu das águas e foi acolhida pela população escravizada, que a saudou com cantos, danças e tambores em clamor por proteção. O movimento cadenciado da efigie, guiada pelas ondas até as margens, simbolizou sua aceitação e pertencimento àqueles que a louvavam, estabelecendo-a como a protetora dos negros.

No cotidiano do município, esse universo simbólico materializa-se na atuação do Congado e das guardas (ou ternos) de Moçambique. Esses sujeitos performáticos realizam danças e cantos em louvor à padroeira, utilizando trajes e instrumentos característicos que delimitam um sistema ritual singular. Ao investigar o caráter polissêmico e a abrangência cultural dessas agremiações, Damásio (2023) conceitua a manifestação sob uma perspectiva de território identitário:

Congado é uma denominação genérica utilizada para designar o agrupamento de vários rituais que têm por princípio a devoção a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia. O congado e as festividades aos santos constituem-se em um território cultural que mistura uma diversidade de sentidos em que homens e mulheres de várias idades dançam, cantam, lutam, resistem, ensinam e aprendem. É um espaço de tensões, construções e desconstruções costurado pela tradição e pela fé. A manifestação cultural que ocorre em todo o território brasileiro tem suas diferenças ritualísticas e de mito fundador. Nesse sentido, muitos estudiosos tentam enquadrar o mito fundador sendo ou de origem europeia ou africana. Independente da origem, o que se tem de concreto é que no Brasil as congadas remetem à louvação à Nossa Senhora do Rosário, protetora dos escravos, às coroações de reis e rainhas africanas, às festividades (danças, cantos) e a alguns rituais católicos que foram “africanizados” em parte da África bantu. ((DAMÁSIO, 2023, p. 61)

Para além da definição macroestrutural, a autora detalha a morfologia interna do festejo, estabelecendo as distinções coreográficas, rítmicas e instrumentais que fragmentam e organizam as funções específicas desempenhadas pelos Congos e pelos Moçambiques:

As ritualísticas seguem da seguinte forma: a congada é a chegada, são os congos que reúnem a todos para que o moçambique conte a história. O congado tem uma batida mais alegre, provocando movimentos mais rápidos, mas os cantos podem ser alegres ou tristes, vem com vestimentas mais coloridas e festivas, é ele que vai abrindo os caminhos. Os instrumentos utilizados são: caixas, tamborim, reco-reco, pandeiro e sanfona. O moçambique vem contando a história de Nossa Senhora do Rosário, com um pisado mais lento, levando preso aos tornozelos as gungas que os barulhos remetem ao arrastar dos grilhões e correntes dos escravizados. O cantar é em alusão ao murmúrio que o escravizado fazia ao caminhar, mas que não remete ao choro e sim a uma oração. Toda a ritualística transcende tempo e espaço. Os instrumentos utilizados são: gungas, patangoma e xique-xique. (DAMÁSIO, 2023, p. 63)



Dessa forma, ao congregar expressões lúdicas, devocionais e comunitárias, o Congado firma-se como um patrimônio cultural imaterial de natureza viva. Mais do que uma representação do sagrado, esses grupos estabelecem espaços cruciais de encontro intergeracional, onde valores de solidariedade, respeito e coletividade são compartilhados simultaneamente por crianças, jovens e idosos. Reconhecer e salvaguardar a força dessas tradições na história de Guimarães significa, em última análise, validar a riqueza da ancestralidade negra que segue moldando de forma indelével a identidade cultural da região.

No contexto atual, contudo, o espaço da festividade constitui um cenário marcado pela convivência, nem sempre harmoniosa, entre a tradição e a modernidade. Essa dualidade manifesta-se no contraste entre a atuação das guardas, responsáveis pela preservação dos ritos históricos, e a incorporação de elementos contemporâneos de entretenimento, como parques de diversão, barracas comerciais e espetáculos musicais seculares que disputam a centralidade do espaço público urbano.

Longe de ser uma interação pacífica, a aproximação entre essas distintas lógicas gera divergências perceptíveis no âmbito local. As tensões concentram-se sobretudo entre os festeiros mais antigos e os líderes dos moçambiques, que relatam a perda progressiva de espaço e o consequente enfraquecimento de eixos considerados vitais à celebração. Esse embate, contudo, não deve ser generalizado para todas as festas do Rosário, mas compreendido como uma dinâmica própria do território guimaranense, marcada por disputas simbólicas e sonoras.

O principal foco de atrito reside, justamente, na paisagem acústica do evento. Apesar de acordos prévios estipularem que a aparelhagem eletrônica comercial só deve ser acionada após as apresentações rituais, a proximidade física entre as atrações faz com que o volume elevado dos carros de som interfira frequentemente na musicalidade das congadas. Mais do que um mero desconforto estético, esse fenômeno revela disputas por legitimidade e poder no interior do próprio território sagrado, colocando em risco a valorização da oralidade e da tradição percussiva diante dos apelos do comércio e do entretenimento de massa.

Por essa razão, a manutenção da festa exige constantes negociações. A busca por consensos em torno do uso do som eletrônico evidencia o esforço dos agentes locais para assegurar a coesão social e o equilíbrio de interesses. O respeito aos limites simbólicos e espaciais de cada segmento torna-se fundamental, uma vez que a própria vitalidade da



celebração reside na capacidade de articular essas forças interdependentes que, embora tensionadas, coexistem na constituição do evento.

Para apreender conceitualmente essa complexa dinâmica - em que a comunidade se divide entre a diversão pública e a obrigação devocional -, a análise antropológica oferece ferramentas fundamentais por meio da distinção teórica entre os conceitos de rito e cerimonial. Ao contrário do cerimonial, que se configura como uma expressão formal, convencional e de aplicação instrumental destinada a comunicar ou legitimar um evento social nas esferas política ou cultural, o rito opera em uma camada simbólica mais profunda, indissociável da coesão do grupo e da esfera sacra. Sob essa perspectiva, o fenômeno ritual ativa dinâmicas comunicativas muito específicas, conforme postula Valeri (1993):

Dessa forma podemos dizer que rito constitui um fenômeno aparentado com outros, tais como a festa e o jogo, durante os quais a sociedade, na sua totalidade ou em algumas das suas manifestações de destaque, se torna ator, pelo forte envolvimento que nela se produz. Todavia, ao contrário das festas e dos jogos, não se verifica no rito apenas comportamentos segundo certas regras, mas produzem-se e reproduzem-se formas bastante complexas de comunicação, complexas porque ligadas a signos, símbolos, imagens que é atribuído um significado ou um conjunto de significados. (VALERI, 1993, p.359).

Sob essa perspectiva, a experiência ritual extrapola a mera formalidade mecânica; ela atua como o veículo que confere inteligibilidade e identidade aos fiéis. Os atos, gestos e atitudes performadas em quadros sagrados não apenas distinguem o crente perante a divindade e os demais grupos sociais, mas, crucialmente, consolidam sua percepção de si. Ao engajar-se nessas ações, o indivíduo constrói ativamente sua subjetividade religiosa, reconhecendo-se como membro integrante de um sistema de crenças partilhado. Essa vivência alimenta a noção de pertencimento a uma comunidade simbólica alargada, a "família de Deus", articulando a missão terrena à esperança escatológica da recompensa celeste.

Como poderoso elemento de coesão grupal, essa eficácia simbólica corporifica-se nos componentes centrais da Festa de Nossa Senhora do Rosário, tais como as danças, os banquetes comunitários, as procissões, as preces e os ritos de coroação. No entanto, a festividade também se apresenta como arena de tensões históricas. A tentativa secular do clero em normatizar, fiscalizar e ressignificar as manifestações tradicionais interfere diretamente na continuidade dessas práticas. É fundamental reconhecer que muitos desses momentos, sobretudo os batuques e os cortejos coreografados, remetem às heranças de matriz africana, convertendo o espaço festivo em um território onde a liturgia católica e a ancestralidade negra fundem-se em um abraço sincrético desde o período colonial.



Outro aspecto estrutural do fenômeno ritual é a reiteração cadenciada de gestos, atos e palavras. Embora essa morfologia não seja imutável, suas transformações operam de maneira tipicamente lenta, garantindo aos participantes uma sensação psicossocial de continuidade e estabilidade. Essa dinâmica de mutação gradativa viabiliza uma reelaboração progressiva do próprio festejo, o que permite aos grupos subalternizados adaptarem suas práticas, resistirem às pressões institucionais e assegurarem a sobrevivência de sua cultura popular no tempo.

Diante disso, o estudo dessas performances demonstra-se decisivo para desvelar as estruturas profundas da própria organização social. Afastando-se de leituras reducionistas que enxergam as manifestações de fé como meros reflexos passivos das condições materiais, o antropólogo Victor Turner (1974) postula que os sistemas devocionais constituem instâncias produtoras de sentido, funcionando como lentes fundamentais para interpretar a realidade:

Nas ciências sociais, em geral, acredito, está se difundindo o reconhecimento de que as crenças e práticas religiosas são algo mais que as grotescas reflexões ou expressões de relacionamentos econômicos, políticos e sociais. Antes, estão chegando a ser consideradas como decisivos indícios para a compreensão do pensamento e do sentimento das pessoas sobre aquelas relações e sobre os ambientes naturais e sociais em que se operam. (TURNER, 1974, p.19)

Assim, os ritos que compõem a Festa do Rosário em Guimarães deixam de ser encarados como reproduções automatizadas do passado e passam a ser compreendidos como chaves de leitura indispensáveis para decifrar a resistência cultural e a sensibilidade do grupo que os atualiza a cada ano.

Um dos momentos culminantes desse complexo é a homenagem em agradecimento às benesses alcançadas. Essa manifestação é marcada por um esmero singular nos preparativos, refletindo a crença popular de que a grandiosidade da celebração terrena deve ser diretamente proporcional à magnitude da intervenção da Santa. A certeza de que Nossa Senhora atendeu a uma aflição consolida uma profunda relação de reciprocidade entre o devoto e o sagrado, estabelecendo uma conexão entre a fé e as contingências da vida concreta que se posiciona no cerne da religiosidade popular.

Nesse horizonte, a prece, seja ela individual ou coletiva, exteriorizada em súplica, canto ou performance corporal, pressupõe sempre um canal de contrapartida. A oração não se configura como um ato gratuito, mas como uma linguagem de negociação simbólica por meio da qual se solicita auxílio ou se retribui um favor concedido. Esse sentido de oferta confere à reza o estatuto de serviço devocional, amparado por uma lógica



de trocas em que o fiel realiza um investimento espiritual visando tanto a salvação da alma quanto a resolução de angústias pragmáticas e imediatas do cotidiano, muitas vezes dotadas de um caráter terapêutico de cura.

Nessa perspectiva, os testemunhos locais evidenciam a centralidade do sistema de promessas na engrenagem da festa. O fiel, ao evocar a intercessão divina, assume o compromisso ético de ressarcir-la mediante ações práticas e públicas, tais como o financiamento dos banquetes comunitários ou o exercício do cargo de festeiro. Esse mecanismo articula de forma indissociável o plano transcendental às demandas de sobrevivência e bem-estar social do grupo.

É precisamente nesse panorama de eficácia simbólica e devoção corporificada que se insere o depoimento de Lázara Marques, registrado em 2004. Longe de constituir um relato isolado de superação física, sua narrativa materializa a estrutura profunda dessa religiosidade, demonstrando como o voto e o seu subsequente cumprimento balizam a relação íntima e contratual entre a criatura e a divindade:

Fiz uma cirurgia de retirada de útero, onde ocorreu uma grande complicação, pois o médico seccionou os ureteres e furou minha bexiga. Houve ausência total de diurese, então dois dias depois fui submetida a outra cirurgia. Antes de ir para o bloco cirúrgico, fiz o pedido à Nossa Senhora do Rosário, que me ajudasse naquele momento de aflição, que eu iria pegar a coroa e fazer a festa. Ocorreu tudo bem. durante a cirurgia, mas peguei uma infecção hospitalar e o quadro se agravou mais ainda. Os médicos acharam que eu não sobreviveria. Eu e minha família, imploramos mais ainda por Nossa Senhora do Rosário e ela nos atendeu. Estou muito bem de saúde. Em gratidão a graça recebida fui festeira ofertando o almoço a um terno de Moçambique. (MARQUES, 2004, p.27)

A convergência dessas narrativas permite aprofundar a compreensão sobre o caráter terapêutico e resolutivo da devoção a Nossa Senhora do Rosário. Mesmo em contextos de elevada complexidade médica, nos quais o risco e a vulnerabilidade biológica se impõem, a crença na intervenção taumatúrgica atua como organizadora do caos psicológico, restabelecendo o vínculo de confiança entre o vivente e o plano transcendental.

Sob esse prisma, a eficácia prática da fé - isto é, sua capacidade de produzir efeitos psicossociais e estruturar a realidade dos sujeitos - manifesta-se com vigor em mais um relato, no qual a experiência da cura física vincula-se diretamente à execução do voto. O testemunho de Maria José Peres Braga (2004) reitera como a intercessão mariana é operada como categoria central no enfrentamento da enfermidade e na superação do sofrimento familiar, desdobrando-se em um denso circuito de sociabilidade e comensalidade:



A Bíblia nos fala que Jesus ao pé da cruz nos deu Maria como mãe dizendo ao discípulo João eis aí teu filho, isto quer dizer que ela se tornaria mãe de todos nós. E como toda mãe procura e preocupa com seus filhos, ela, a Mãe Santíssima não poderia ser diferente, à medida que seus filhos lhe pede alguma coisa em momentos difíceis da vida ela intercede por eles. E foi isto que aconteceu no momento em que Geovane (meu filho) ficou doente e teve que passar por uma cirurgia delicada para retirar um tumor na fronte. Recorremos a Maria, ela nos atendeu, pois ela tem acesso livre junto de Deus Pai. Foram momentos de muitos sofrimentos, mas a fé não nos faltou. Nós confiamos na interseção dela e o milagre aconteceu. Geovane está curado, está salvo de um mal tão grande. A promessa de fazer a festa de Nossa Senhora do Rosário foi feita pela Conceição (minha irmã) ao receber a notícia de que Geovane estava mal e teria que submeter a uma cirurgia diagnosticada pelos médicos de ser um tumor maligno. Mas Nossa Senhora trabalhou muito por nós junto a Deus e a seu filho Jesus. Fizemos a festa. No dia da festa os festeiros oferecem um almoço para um terno de moçambiqueiros, isto é um folclore que vem do tempo da escravidão, quando Nossa Senhora apareceu aos escravos de uma fazenda pedindo que eles rezassem. Aqui em Guimarães se repete também há 74 anos esta festa. A cada ano que passa aumenta mais a devoção a Nossa Senhora do Rosário. De manhã recebemos em nossa casa o terno de Moçambique da cidade de Patrocínio que tem como responsável o capitão Divino. Servimos a eles um café de manhã. As 10 h fomos levando a bandeira cuja estampa é de Nossa Senhora. Assistimos à Santa Missa, voltamos para casa cantando e dançando. Servimos almoço para todos que vieram aqui, mais de quinhentas pessoas. Foi maravilhoso. (BRAGA, 2004, p.27-28).

O relato de Braga expande a compreensão do festejo ao evidenciar que o voto, embora motivado por um drama familiar restrito, assume imediatamente um caráter coletivo e plurilocal. A cura do jovem Geovane mobiliza uma rede de solidariedade que ultrapassa as fronteiras de Guimarães, materializada no intercâmbio ritual com o terno de Moçambique da cidade vizinha de Patrocínio, sob a liderança do Capitão Divino. Esse trânsito de guardas e capitães ilustra a porosidade das fronteiras regionais da devoção e a força das alianças tecidas em torno do Rosário.

Ademais, a descrição minuciosa do dia festivo - que engloba o oferecimento do café da manhã, o cortejo com a insígnia da Santa, a frequência à missa e o monumental almoço servido a centenas de pessoas - confirma o vigor do banquete ritual como espaço de redistribuição e comunhão. Ao alimentar a "multidão", a família do devoto não apenas cumpre uma obrigação contratual com a divindade, mas atualiza uma herança mítica cuja origem a própria narradora reporta ao "tempo da escravidão". Assim, a comensalidade e a performance das guardas convertem o espaço doméstico em um prolongamento do sagrado, consolidando a festa como um potente dispositivo de fixação e partilha da memória coletiva local.

Essa centralidade da partilha de alimentos reflete não apenas a coesão do grupo contemporâneo, mas também uma herança enraizada nas práticas associadas ao catolicismo negro colonial. Ao resgatar a historicidade dessas celebrações, Albuquerque



e Filho (2006) destacam como a fartura e a devoção corpórea estruturavam o calendário das antigas associações religiosas:

As festas organizadas pelas irmandades em homenagem aos santos padroeiros eram grandiosas e costumavam reunir centenas de pessoas dentro e em volta das igrejas. As novenas e procissões aconteciam em meio a muita dança, batuques, fogos de artifício, comida e bebida. A organização das festas dos santos protetores ocupava os irmãos durante todo o ano. (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p.108)

Como se observa, o desenrolar do festejo - com suas homenagens, ritos e o complexo pagamento de promessas - exige uma dedicação contínua que ultrapassa os dias de celebração e implica uma reconfiguração da própria temporalidade social. Esse investimento ininterrupto de tempo, trabalho e recursos ao longo de todo o ano revela o compromisso dos devotos em oferecer o melhor a Nossa Senhora do Rosário, elevando o fazer festivo ao patamar de um autêntico sacrifício.

Essa suspensão parcial do cotidiano, característica dos grandes eventos rituais, é fundamental para compreender a festividade sob uma ótica integradora. A partir dessa perspectiva, depreende-se que o fenômeno cultural não opera em uma estrutura estática. Longe de ser um fóssil histórico, o ritual é dinâmico, e a mudança demonstra-se paradoxalmente vital para a própria perenidade da tradição. A conservação da Festa do Rosário em Guimarães não reside, portanto, na imutabilidade de suas formas estéticas, mas sim na sua capacidade de agência e renovação. A celebração perpetua-se a partir de transformações negociadas entre os sujeitos envolvidos, que resguardam o núcleo simbólico da devoção ao mesmo tempo em que reajustam os formatos práticos do evento às demandas contemporâneas, garantindo que o ato de comemorar permaneça como um espaço vivo de protagonismo social.

Essa dinâmica de agência e reconfiguração evidencia que o repasto ritual deixa de ser uma necessidade puramente biológica para se converter em um ato político e de união, cujas raízes remontam à experiência dos escravizados.

Historicamente assentado sobre essa lógica de doação, o comer coletivo na atualidade de Guimarães constitui um momento extraordinário de integração. Essa prática promove uma quebra temporária da rotina, na qual as privações e as labutas diárias cedem lugar à fartura compartilhada. Longe de se reduzir a uma ação assistencialista ou de mera caridade isolada, o almoço custeado pelos organizadores traduz uma linguagem complexa que entrelaça fé, agradecimento e prestígio social, estreitando os laços de solidariedade e reforçando o sentimento de pertença mútua entre os participantes.



Em virtude de sua estrutura e de seu alcance integrador, essa engrenagem alimentar insere-se perfeitamente nas dinâmicas da cultura popular, operando como um dispositivo de aliança territorial. Sobre o estatuto do banquete público enquanto princípio ordenador da vida local, Lucena (2004) postula:

A refeição servida na festa do Rosário passa a ser um complexo culinário organizado, entendendo o banquete enquanto manifestação principal da vida organizada do lugar. A festa do Rosário é a maneira mais conhecida para mobilizar a população da cidade. O alimento tem um valor simbólico, é oferecido aos visitantes, e a concordância entre a avaliação do hospedeiro e do hóspede significa a continuidade das relações harmoniosas. (LUCENA, 2004, p.202).

Desse modo, a aprovação coletiva do alimento sela um pacto ético de hospitalidade e respeito recíproco. Múltiplos sentidos sagrados e profanos são estabelecidos nessa partilha: se para o devoto o esmero e o esforço físico de preparar o alimento materializam a quitação de seu voto para agradecer a Nossa Senhora do Rosário, para quem o consome, a comida adquire uma eficácia vinculada à própria absorção da bênção. O banquete sagrado do Rosário consolida-se, portanto, como o principal veículo de articulação, acolhimento e mutualidade entre os moradores da cidade e os devotos que nela se congregam.

Nesse contexto, o almoço ritual desponta como uma das atribuições centrais dos festeiros, cujos papéis gerenciais consolidam a própria hierarquia e organização do evento. A escala do banquete atesta a magnitude desse compromisso, demandando uma logística expressiva: o preparo exige o manejo de grandes panelas e tachos capazes de acomodar cerca de 35 quilos de arroz por vez. A generosidade desse ato é traduzida pela quantidade substancial de insumos mobilizados individualmente, que chega a computar uma média de sessenta quilos de arroz, cento e vinte quilos de frango e cem quilos de carne bovina para a confecção de almôndegas. Soma-se a isso o fornecimento de dezenas de litros de refrigerantes e doces tradicionais (como os de leite, mamão e casca de cidra), acondicionados em grandes latas de vinte litros.

Todo esse aparato infraestrutural é viabilizado por uma densa rede de cozinheiros voluntários que, em um gesto de solidariedade comunitária, abrem mão de seus momentos de descanso para se dedicarem ao minucioso trabalho culinário. Sem qualquer expectativa de recompensa material, a força de trabalho é ofertada como dádiva diretamente à Santa, atualizando o princípio antropológico do dom e da retribuição simbólica. O fazer alimentar, com sua inventividade modesta e resultados efêmeros, configura um prazer estético e afetivo que circunscreve um espaço próprio de pertencimento. Essa



multiplicidade de gestos técnicos e corporais materializa, em última análise, a riqueza do tecido social que sustenta a festividade.

Torna-se necessário, contudo, transcender a descrição etnográfica da comensalidade para adentrar na conceituação política do ato festivo. Como fenômeno multifacetado, a celebração exige uma abordagem que contemple as diferentes agências dos sujeitos históricos envolvidos (devotos, membros do clero, irmandades e organizadores), cujos posicionamentos em relação aos rituais são frequentemente atravessados por tensões e negociações. Sob esse eixo analítico, entende-se que as manifestações populares operam muito além do entretenimento; elas exteriorizam os conflitos, os desejos e as táticas de sobrevivência de uma coletividade frente às imposições institucionais.

A festa, em sua essência coletiva, estabelece uma ruptura na temporalidade ordinária e na exaustiva jornada de trabalho cotidiana, franqueando o aflorar do lúdico e a liberação de sensibilidades historicamente contidas. Diferente das linguagens artísticas formais, as práticas culturais populares situam-se na interseção direta entre a representação e a experiência vivida, convertendo a comunidade de espectadores passivos em protagonistas de sua própria história.

É a partir dessa estrutura de engajamento e resistência que são definidas e legitimadas as funções rituais que guiam o cortejo. Dentre essas atribuições de liderança, destaca-se a centralidade política e sagrada conferida às patentes de Rei e Rainha Perpétua. No depoimento de Conceição Eugênio Marcelino Cardoso (2004), capitã e detentora dessa dignidade real em Guimarães, a genealogia do Reinado é resgatada como uma contraofensiva à segregação efervescente desde o período colonial:

Como uma das funções primeiro tem que voltar a essa origem. Quando o próprio negro erigiu a sua capela ou lapidou a sua gruta entre rochas ele plantou seu ritual de fé. Entretanto, o distanciamento do negro dessas igrejas tornaria os seus rituais de fé desconsiderados historicamente ao não ficarem nas folhas dos livros de tombos da igreja católica. Então o que podemos falar sobre esses reinados é que os padres por medo dos bispos pede que o rei e a rainha se escondam no meio da mata. Isso causou revolta ao congadeiros que saíram a cavalo atrás e assim quando os encontravam no meio da mata, eles os coroavam e os transformavam em Rei Perpétuo e Rainha Perpétua, isso eles mostravam que não iriam adorar um outro rei, pois já tinham o deles. Esse outro Rei, pois já tinham o deles. Esse outro rei, era o Rei de Portugal. Existe até hoje uma letra de música onde eles demonstravam isso:

Quando Rei branco chegô	O Rei Congo é nosso Rei
O Padrim mando sumi	O Rei Congo é nosso Rei
Nosso Rei nossa Rainha	Outro Rei queremos não
Pra Rei Branco nunca vê.	Outro Rei queremos não

Entretanto foi assim que surgiu a história do Rei Perpétuo e Rainha Perpétua. No entanto os segregados pelo racismo cristão, os escravos buscam na memória dos gritos velhos detentores das tradições históricas africanas uma forma de



preservar aspectos básicos do viver antepassado em comunidade tribal e impossibilitados de frequentar a igreja ariana brasileira, os negros aglomeram-se nos terrenos em volta das paróquias e criam ritos religiosos impregnados de dança, cantoria e festividade. Em seguida redimensionam alguns valores culturais, instituindo um reinado capaz de reverenciar os espíritos dos ancestrais. Os reis, rainhas, príncipes e súditos desfilam em cortejo pelas ruas empoeiradas das vilas. O senhorio preocupado com essa forte veneração, tenta influenciar na escolha do reinado. Um chefe que estivesse mais próximo da Sinhá, poderia servir de intermediário nas desavenças surgidas entre escravos rebeldes e feitores sanguinários. Na cidade de Guimarães se deu de uma forma, eles foram escolhidos através de coroamento ou através de faixas realizado aproximadamente desde de 1976, contando que sou a segunda Rainha Perpétua de Guimarães antes era Ana Lemos Ferras, tenho a função de ajudar na organização das festas juntamente com os festeiros que são pessoas participantes do Congado ou adeptos do mesmo. Eles ficam responsáveis pela organização dos festejos através de donativos e novenários antes da festa e servir lanches ou refeições para os termos e comunidade nos dias que acontecem o reinado congadeiro. A escolha dos festeiros se dá de diversas formas: são escolhidos através de coroamento, são pessoas que cumprem promessas por graças recebidas. Tenho também a função de organizar os ternos na cidade e participar das festas em outras comunidades representando o Reinado da Cidade. (CARDOSO, 2004, 30-31)

A Festa de Nossa Senhora do Rosário se caracteriza por uma estrutura ritual que estabelece uma ordem rigorosa em termos de temporalidades, condutas cerimoniais e agências de seus personagens. Ela atua como uma ponte simbólica estendida entre a rotina ordinária e a excepcionalidade do sagrado, produzindo um sistema codificado de inclusão e participação comunitária. O evento é marcado tanto por um núcleo de acontecimentos comuns ao catolicismo popular - como novenas, procissões e banquetes - quanto por especificidades da tradição local, a exemplo do levantamento de mastros, do hasteamento de bandeiras, das fogueiras e dos cantos de louvor.

A relevância dessa celebração transcende a esfera puramente devocional, uma vez que a própria formação do núcleo urbano de Guimarães está intrinsecamente ligada ao surgimento e ao desenvolvimento histórico do festejo. Nesse cenário, as guardas rituais não se configuram como meros componentes acessórios; as fontes e a memória coletiva indicam que o terno de Moçambique constitui o fundamento estruturante e originário da festividade no município.

Diante disso, o depoimento da moradora e dona de casa Palmira Alves Cordeiro, registrado em 2004, constitui uma fonte de excepcional valor historiográfico. Mais do que descrever a dinâmica das celebrações, sua narrativa oferece uma cartografia alternativa sobre a gênese local, revelando como a ocupação do espaço urbano, as doações de terras aos desfavorecidos e a construção da identidade identitária se entrelaçam indissociavelmente com o território sagrado do Rosário:



A Festa do Rusário e o nascimento de Guimarães têm tudo a ver. Chico Pire e Mariana doou o terreno para construir a capela do Rusário. Era um terreno grande e esse povo era muito bão. Chico Pire era baixinho, gente boa até. As terras aqui perto eram quase tudo dos Bento, que era um povo direito e bão. O Chico Pire doou umas terras para os pobres construir e a família dos Bento, com o Eduardo Bento, irmão do Limirio Bento (seu tataravô), seu filho Augusto Bento (seu bisavô) iniciaram as construções das casas e da base da capela. O reboco era feito com estrume de vaca e areia. Fazem então a primeira Festa de Nossa Senhora do Rosário, em 1928, eu era criança, tinha uns 8 ou 10 anos e lembro que vieram muitas pessoas. Nois morava numa roça aqui pertinho e saía cedinho de casa, vinha disarço porque não podia gastar os sapato, chegava no corgo e lavava os pé. Vinha com matula e se desse, esquentava, se não, comia do jeito que tava. Havia só um terno de Moçambique que é o dos Malaquias dançava o dia inteirinho e recebia lanches nas casas que passava cantano e dançano. Depois de um tempo, faz uma vendinha perto da capela do Rosário e as pessoas doava algum leilão para arrecadar um dinheirinho e no primeiro leilão, passa cal na capela. Divagarzinho vai construindo umas casa. O povo de Santana de Patos (que antes era Patos de Santana) implicava com Guimarães, que no início era Serra Negra da Boca da Mata. A boca da mata era um lugar escuro, assustador, onde é o cemitério hoje. Lá era só mata, divia te onça lá, nunca vi não, mas divia ter. A primeira professora foi Ana Lemos Ferraz, lá das bandas do Cruzeiro da Fortaleza, foi ela que educou meus fio. A terra da capela do Rosário era grande, mas tem gente que foi roubano ali perto e roubaram tamém as casas dos pobres que o Chico Pire tinha dado. A festa começava de madrugada, os petro vinha de Santana de Patos. Dona Mariana (mulher do Chico Pires) era muito ajeitada. Foi aumentano o distrito e aparece os Guimarães que era pro lado de Cruzeiro da Fortaleza e veio quere manda aqui. Queria colocar o nome em nossa cidade de Guimarães, mas o povo não aceitou e acabou ficano Guimarães. João Luciano fez um cemitério pequeno. O primeiro carro que o povo daqui viu foi um caminhãozinho do José Camilo do Bananeiro. A mata foi acabano, desmatano, naquela época não tinha valor, se fosse hoje dava cadeia. A festa de Nossa Senhora do Rusário cada ano reunia mais gente pois não tinha nada nessas banda aqui. Só tinha uma coroa para um casal da mesma casa, mas com o aumento da população foi aumentano as coroas. Assim, podia ser um homem de uma família e uma mulher de outra família. E aumentou tamém o terno do Cruzeiro da Fortaleza. De dois festeiros passou para quatro, havia poucos cavaleiros. Teve um tempo em que a festa quase acabou, o pessoal não queria as coroas. Eu pensei, vou levantar essa festa. Peguei as coroas, fizemo reunião e cada um pegou uma. Pidi ajuda pra organizar a cavalgada e o povo ajudava. Cada um dava uma coisa pro almoço. Dava frango, arrois, feijão. Nois dava conta de fazer a festa, mas o povo queria ajudar na comida tamém. Escolhi o terno do Malaquias, que era um pretinho bom de dança, era muito bonitinho e animado. Os festeiro tinha que busca e leva seu terno na cidade que ele morava. Amanheceno o dia, o pessoal do Malaquias chegava de branco, limpinho e vinha lá da Boca da Mata dançano e cantano. O Rangel fez uma estrada de Patos de Minas a Araxá que passava por Guimarães, abriu a estrada na enxada, não tinha máquina naquela época. Fiz uma capinha de Rainha, me emprestaram um cavalo e fui na cavalgada. Nesse ano (por volta de 1969 a 1972) veio uns 500 cavaleiros, além de muita gente. Os outro festeiro outro vinha na carroça, hoje é nos caminhão. Os cavaleiros enfeitava os cavalo, arrumava fitinhas de papel. Pedro Braga que era daqui e foi pra Goiás encantou com a Festa daquele ano e levou a notícia a Goiás. No outro ano veio muitos caminhão de gente de Goiás pra assistir a festa de Nossa Senhora do Rosário em Guimarães. O almoço era para os preto primeiro, ficava na porta da cozinha. Meus cozinheiros capricharam na comida, disputava pra ver quem ia deixar o arrois mais soltinho. Depois, o povo podia come, era uma beleza come com aquele povão. Tinha muito doce depois do almoço: doce de mamão, de leite, de casca, de mangava. Nesse ano que fiz, esqueci do suco. Passei a coroa para a Nilda Caixeta e nesse outro ano teve suco, ela lembrou. Naquela época o terço era cantado, não é igual hoje que só reza. O Véio Felipe e as suas duas fia cantava assim: “Deus vos



sarve, Maria rainha dos anjo. As filhas respondiam: “Deus vos sarve, tempo sagrário da Santíssima Trindade”. O Veio Felipe cantava: “Glória seja o Padre, Glória seja o Filho, Glória o Espírito Santo e seu amor também. As filhas respondiam: “Há um só Deus em pessoas treis, agora e sempre, amém”. Aí rezava os Padre Nosso e as Ave Maria, no glória, repetia. Antigamente era Padre Nosso, agora é Pai Nosso; a Ave Maria também mudou alguma coisa. Depois disso, passei muito tempo fora de Guimarães. A cada ano foi aumentando um festeiro até chegar nos doze de hoje. Hoje tem muita bagunça, antigamente não, era pra louvar Nossa Senhora do Rosário. Muita gente quer só farra e nem reza, mas muitos têm fé, fazem suas promessas e pagam, mantendo a festa viva. Mas a festa ainda é muito boa. (CORDEIRO, 2004, p.32-33).

O testemunho oral de Cordeiro confere materialidade lírica e histórica à transição entre o espaço rural e o urbano no antigo distrito de "Serra Negra da Boca da Mata". A poética dos pés descalços, lavados no córrego antes de adentrar o perímetro sagrado para poupar os calçados, ilustra o rigor corporal e a reverência que balizavam a experiência devocional na primeira metade do século XX. A narrativa também desvela as disputas geopolíticas e onomásticas que envolveram a emancipação simbólica do local frente às pressões de Santana de Patos e à tentativa de imposição do sobrenome da família Guimarães, culminando no hibridismo toponímico que batizou o município como Guimarães.

Ademais, a narrativa joga luz sobre as flutuações de prestígio e o risco de descontinuidade que ameaçaram o festejo na virada dos anos 1970, momento em que a agência feminina da depoente reestruturou o sistema de promessas e inaugurou as grandes cavalgadas regionais, expandindo o alcance do evento até o estado de Goiás. Sob o ponto de vista da comensalidade, a preferência expressa por "servir os pretos primeiro" na porta da cozinha resguarda, de maneira nítida, a primazia mítica e o direito ancestral das guardas sobre o banquete, subvertendo as lógicas de exclusão social por meio da prioridade ritualística.

Sob esse prisma analítico, este depoimento adquire relevância não apenas por sua riqueza etnográfica, mas por confrontar diretamente as versões oficiais consolidadas sobre a história local. Ao asseverar que a família Guimarães "aparece" tardiamente no distrito e "veio querer mandar aqui", a narradora opera um importante deslocamento político: retira esses atores da posição mítica de fundadores e os reposiciona como agentes exógenos de uma dominação posterior. Esse contraste desestabiliza as construções memorialísticas tradicionais que apresentam a elite agrária como a gênese legítima e ordenada do município.

Esse tensionamento metodológico exige uma inflexão conceitual fundamentada na história oral: não cabe ao pesquisador validar uma única versão como factual ou



"verdadeira", mas sim compreender o cenário como um campo de memórias em disputa. Enquanto a historiografia institucional tende a construir uma evolução urbana pacífica e linear - concentrada nos grupos detentores do poder econômico -, a memória dos estratos subalternizados desvela os conflitos, os apagamentos e as disputas simbólicas pela nomeação e apropriação do território. A voz de Cordeiro funciona, portanto, como um contraponto crítico que devolve o protagonismo histórico às classes populares e aos artífices negros do Rosário.

Com efeito, a análise integrada dessas fontes demonstra que as práticas constitutivas da celebração não compõem uma estrutura fossilizada ou atemporal. Embora a festividade projete uma imagem de perenidade voltada à reafirmação da identidade local, essa representação idealizada convive com transformações contínuas, renegociadas ao longo do século XX. O próprio fluxo de modificações mencionado - tais como o aumento progressivo do corpo de festeiros, a incorporação de novos ternos, as mutações litúrgicas da reza cantada para a rezada e, contemporaneamente, a introdução de sonorizações eletrônicas, parques e barracas comerciais - atesta a plasticidade do fenômeno. Longe de configurarem uma ruptura puramente profana ou a perda de uma "autenticidade" primordial, essas acomodações refletem a capacidade de reorganização interna do rito, que assimila os elementos da modernidade para preservar sua força simbólica e social.

Por fim, o registro da antiga estrutura do terço cantado pelo "Velho Felipe" documenta uma transição litúrgica crucial na religiosidade popular de Guimarães, revelando como as modificações nas preces institucionais são percebidas pelos detentores da tradição como perdas de uma densidade poética e sagrada. Evidencia-se, assim, que a presença histórica e fundacional do Terno de Moçambique dos Malaquias não operava como mero adorno espetacular, mas sim como a matriz percussiva e coreográfica sobre a qual a própria urbe se ergueu e se organizou. É a partir dessa linhagem originária que se estabelecem as bases do Terno de Moçambique de Seu Malaquias Belizário Campo:





<https://guimaranania.mg.gov.br/noticias/tbt-terno-do-seu-malaquias-belizarrio-campo>

Dados historiográficos veiculados pelos registros institucionais do município indicam que o pioneirismo da organização das festividades na localidade é formalmente atribuído a Malaquias Belizário Campo, cuja liderança capitaneou os festejos regionais até que a administração paroquial assumisse a coordenação do calendário religioso. Fundada em 1927 e apresentada publicamente no ano seguinte, a guarda ritual inaugurou as celebrações da Capela de Nossa Senhora do Rosário. Ao longo das décadas, o grupo passou por processos de institucionalização jurídica e sucessão de lideranças, culminando em seu registro oficial em cartório no ano de 1987, sob a primeira presidência de José Eustáquio de Paula - bisneto do fundador - e o comando do capitão Belchior Orozino da Silva, popularmente conhecido como "Bicudo". A cronologia dos capitães que salvaguardaram a regência do terno compreende o próprio Malaquias (1927–1950), sucedido por seu neto Alípio de Paula (1950–1985); seguidos por Lázaro Grigório e Mané Candim (1987–2005); Belchior Orozino da Silva (2005–2017); Paulo Luiz da Silva, o "Paulim Turiba" (2017–2021); Ernane Constâncio Rosa, o "Nande"; e, contemporaneamente, José Pedro de Paula.

A festividade, por conseguinte, não se edifica sobre oposições binárias ou exclusões rígidas, mas sim por meio de uma convivência estruturante entre o sagrado e o profano, o oficial e o popular, a permanência e a mudança. É precisamente essa



competência em integrar assimetrias e acomodar pluralidades de sentidos, sem anular o núcleo de sua devoção ancestral, que assegura a continuidade histórica e a força política da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Guimarães.

Para além de suas complexas costuras teóricas, os rituais materializam-se como uma modalidade de culto coletivo que suspende o tempo ordinário da comunidade. O ciclo possui uma ordenação cronológica rigorosa, estabelecendo seu ponto de partida na madrugada de uma sexta-feira. Pontualmente às 05h, a alvorada conduzida pelos ternos de Moçambique desperta a cidade com o som percussivo e o espocar de foguetes, iniciando um cortejo simbólico que percorre as vias urbanas até convergir na Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Às 17h do mesmo dia, os fiéis são convocados para uma expressiva carreata, integrando as comunidades urbana e rural na aclamação da padroeira. Na sequência, às 18h, inicia-se a recitação do terço e a abertura oficial da novena - período de imersão e preparação espiritual para o ápice dominical. Esse ciclo preparatório, chancelado e organizado em consonância com a Igreja Católica, desdobra-se em celebrações eucarísticas diárias com a participação ativa de pastorais locais. Na missa inaugural, consagrada ao tema "Maria, mãe de Jesus e nossa Mãe", fixa-se a matriz mariana que norteará os passos, cantos e danças dos dias subsequentes.

Essa intrincada teia de rituais iniciais revela que a festa opera sob uma lógica de gradação sagrada, onde o cotidiano da cidade é paulatinamente substituído pela atmosfera do extraordinário. A introdução da temática mariana na primeira noite não apenas legitima a devoção sob o ponto de vista institucional, mas também fornece o combustível simbólico que energiza os corpos dos dançadores para a exaustiva jornada que se avizinha. A reiteração diária das missas e novenas funciona como um espaço de negociação e complementariedade, no qual a liturgia oficial do altar e a catarse popular do adro não se anulam, mas coexistem e se retroalimentam.

À medida que os dias avançam, a geografia urbana de Guimarães transfigura-se completamente. O silêncio habitual cede espaço à polifonia dos diferentes ternos que começam a chegar e a circular pelas ruas, transformando o espaço público em um território de visibilidade e afirmação cultural. Cada batida de tambor e cada movimento coreográfico passam a rememorar a ancestralidade e a "peleja" descritas por José Pedro de Paula, convertendo a praça central no epicentro de uma memória coletiva que se recusa a ser esquecida. Assim, o rigor do cronograma religioso serve de moldura para a explosão



de uma identidade que, embora burocraticamente registrada no final do século XX, pulsa com a força espontânea de suas raízes centenárias.

Após o encerramento dos atos litúrgicos dessa jornada de abertura, o entorno sagrado abre espaço para uma sociabilidade profana e discreta. Nos dias subsequentes, as reflexões sobre "Maria, a virgem do silêncio" e "Maria, a escolhida" dividem harmonicamente a cena com a ocupação do salão paroquial e a montagem das primeiras barracas. No entanto, é no decorrer da semana seguinte que a festividade atinge sua plenitude comercial e lúdica. Sob as homilias que evocam o modelo de serviço e a proteção da Virgem do Rosário, a paisagem ganha a adesão de um parque de diversões itinerante que, suprimindo a carência de opções permanentes de lazer no município, atrai massivamente o público jovem.

Essa ocupação territorial consolida-se em direção ao fim da semana sob os temas de "Maria na vida de cada Cristão" e "Mãe da Igreja". Nesse momento, o comércio ambulante transborda para as vias paralelas à praça - como a Avenida Amazonas e as ruas Conselheiro Rufino e Caetés. O contingente de feirantes de municípios vizinhos estabelece um mercado temporário de vestuários, utilidades e artesanatos, configurando uma robusta economia informal que não apenas gera renda para os agentes regionais, mas reconfigura temporariamente o tecido socioeconômico de Guimarães.

Dessa forma, a metamorfose que se opera nas ruas e praças da cidade deixa de ser um mero apêndice econômico ou recreativo para se constituir como parte estruturante do próprio fenômeno festivo. A expansão das redes de comércio ambulante e o fluxo de visitantes regionais não profanam o solo sagrado da devoção; pelo contrário, expandem suas fronteiras e inserem Guimarães em uma geografia de trocas simbólicas e materiais que remonta, anacronicamente, ao próprio "encontro de comerciantes" e pouso tropeiro de suas origens históricas. A efervescência mercantil e o lúdico do parque de diversões atualizam a vocação de entreposto do território, agora dinamizado pela centralidade do Rosário.

Dessa forma, o ciclo preparatório das novenas e a gradual ocupação do espaço público preparam o terreno para a apoteose ritualística que caracteriza o desfecho da celebração. Longe de haver uma ruptura entre o recolhimento espiritual dos primeiros dias e o transbordamento das ruas na reta final, observa-se uma simbiose onde cada dimensão necessita da outra para validar-se. É a sólida estrutura litúrgica e econômica erguida ao longo da semana que confere sustentação identitária e infraestrutural para que,



nos dias de ápice, a ancestralidade percussiva do Velho Malaquias ocupe o centro do palco e reafirme o triunfo da memória sobre o tempo ordinário.

Na segunda sexta-feira do ciclo, dedicada a "Maria, modelo de oração", o adensamento demográfico atinge o ápice de sua transição. A circulação urbana prolonga-se por toda a madrugada, impulsionada pelo retorno de conterrâneos e migrantes radicados em outros centros que elegem esse período para o reencontro familiar e a imersão na festança comunitária.

O sábado inaugura as manifestações de maior impacto visual. Às 13h45, o Encontro de Cavaleiros em Homenagem a Nossa Senhora do Rosário agrupa mais de quinhentos participantes locais e regionais. Montando animais ornamentados para a ocasião, a comitiva parte da Praça Matriz em direção ao distrito de São João da Serra Negra por uma estrada vicinal de aproximadamente 8 quilômetros. Ao retornarem ao perímetro urbano, os cavaleiros percorrem as principais avenidas até receberem a bênção sacerdotal.

À noite, a centralidade litúrgica migra para o exterior da capela sob o tema "Maria, Rainha do Céu e da terra", onde a missa é celebrada em um palco monumental. Como sinal de respeito e delimitação do perímetro sagrado, os sistemas sonoros das áreas comerciais são temporariamente desligados. Após o ato, acende-se a fogueira nos fundos do templo e realiza-se o levantamento do mastro, coroado com a insígnia e a bandeira da Santa. Conduzido em procissão por devotos que cumprem promessas, o mastro avança sob a salvaguarda de um capitão especificamente designado, entre cantos tradicionais e ladainhas, até ser fixado em frente à igreja. Por volta das 22h, a intervenção policial interrompe o tráfego de veículos nas imediações, assegurando a ocupação total da praça por uma densa massa humana que celebra ao longo da madrugada.

O domingo configura-se como o ápice dramático e teológico do ciclo. O dia inicia-se às 05h com a alvorada dos ternos locais, seguida, às 06h, pela recepção e oferta de café da manhã a guardas congadeiras vindas de onze municípios vizinhos, que passam a saudar as residências da cidade. Às 10h, a Missa Festiva é celebrada ao ar livre na Praça Francisco Pires. Nem mesmo o rigor climático do Sol do meio-dia afasta os devotos, que utilizam sombrinhas para acompanhar o rito ao lado da imagem da padroeira, guarnecida por ministros, coroinhas e pela pastoral do canto. Após o encerramento, os moçambiqueiros e os festeiros deslocam-se para o monumental almoço ritual servido em espaços públicos e escolares.



Às 15h, iniciam-se as apresentações oficiais de todos os ternos congregados. Para esses sujeitos, a performance musical e coreográfica não se reduz ao espetáculo, mas constitui uma genuína modalidade de oração cantada e corporificada. A identidade étnico-religiosa desse canto manifesta-se explicitamente nas quadras tradicionais entoadas pelos moçambiqueiros em suas saudações, como aponta Ernane Constâncio Rosa (2004):

Nossa Senhora veio do Belém
Ela é mãe dos branco e dos preto tamém
A Nossa Senhora mora na capela
Ela é nossa mãe, nós é fio dela
Nossa Senhora é Africana
Ela é mãe de Deus e filha de Ana
Pra Nossa Senhora eu tiro o chapéu
Ela é nossa mãe mora no céu."
(ROSA, 2004, 37)

A sequência é marcada pela procissão de encerramento, na qual se observa uma expressiva quantidade de fiéis descalços, portando flores e terços em cumprimento de obrigações votivas.

Ao acompanhar a marcha processional, a dedicação do fiel ancora-se nas regras da reciprocidade devocional: a expectativa de graça e proteção por parte da Virgem do Rosário atua como a contrapartida simbólica para o desgaste físico sofrido. A imagem da padroeira, epicentro de toda a cosmologia festiva, é solenemente conduzida pelos festeiros ao longo do trajeto, selando o fechamento do espaço-tempo sagrado.

O momento de maior densidade litúrgica e comoção popular ocorre no retorno do cortejo à praça: a coroação de Nossa Senhora do Rosário pelos moçambiqueiros. Este ato transcende o caráter cerimonial, configurando-se como o clímax ritualístico que chancela e reafirma o vínculo histórico e místico da comunidade negra com a sua protetora. Ao entoarem o tradicional Hino a Nossa Senhora do Rosário, os moçambiqueiros consolidam simbolicamente sua identidade diaspórica e a posse ritual da imagem, coroando a Santa que, sob a perspectiva nativa, os protegeu desde o cativeiro. De acordo com a secretária Márcia Elizabeth Caixeta os versos são entoados e expressam essa entrega mística e afetiva:

Amor, amor, a Virgem meu amparo
Em cuja as mãos inteiro me entreguei
A vós a mãe de quem sou filho caro
Meu coração fiel conservarei

Oh minha mãe, Senhora do Rosário
Rainha sóis quero vos coroar
Hoje protesto, neste santuário
Até morrer vos hei de sempre amar} Bis.
(CAIXETA, 2004, p,39)



Esse ápice emocional traduz-se em uma catarse coletiva visível nos rostos dos devotos, manifestada por meio de lágrimas, gestos de contrição e olhares de profunda gratidão dirigidos ao altar. Trata-se de uma experiência que ultrapassa o plano da psicologia individual, envolvendo os corpos congregados em uma vivência de comunhão, pertencimento e catarse estética.

Nesse quadrante, a festa se realiza plenamente como um tempo ritual de suspensão e inversão do cotidiano. Imersos na sinestesia dos cantos, dos tambores e das danças, os fiéis experimentam um processo de purificação e renovação existencial no qual a fé se manifesta por meio da intensidade, do excesso e da efusão coletiva. Em contrapartida, o encerramento definitivo do ciclo festivo, no domingo à noite, é atravessado por um sentimento ambíguo e melancólico. Ao esgotamento físico decorrente de dias de vigília e esforço motor, soma-se a nostalgia da despedida, sintetizada na categoria nativa do “coração apertado”. O retorno compulsório à rigidez da vida ordinária e às jornadas de trabalho não anula, todavia, a potência da experiência vivida; ao contrário, projeta nos participantes a expectativa cíclica de reatualização do mito no ano vindouro.

Essa dinâmica processual evidencia a força de uma tradição que se sustenta não pela imobilidade, mas por um circuito contínuo de ruptura e retorno. Longe de constituir uma prática folclórica cristalizada, a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Guimarães revela-se uma manifestação histórico-cultural em constante mutação. A análise retrospectiva das fontes permitiu identificar inflexões significativas desde suas primeiras edições na década de 1920 - marcadas por uma infraestrutura modesta - até sua configuração contemporânea, caracterizada pela ampliação massiva do público, diversificação das atividades e expansão do perímetro urbano ocupado.

Como observado, a incorporação progressiva de novas demandas e aparatos de lazer gerou fricções no tecido social. No cenário recente, a introdução de sonorizações eletrônicas comerciais tensiona o espaço acústico da praça, colidindo frequentemente com as performances percussivas dos ternos de Moçambique. Longe de ser um detalhe menor, essa disputa pela paisagem sonora revela diferentes concepções de mundo e de sagrado, evidenciando que a festa é também um território político de disputa por legitimidade, onde a comunidade negocia permanentemente o que deve ser preservado como essencial frente às pressões da modernidade urbana.

Embora tais dinâmicas reflitam o contexto histórico e etnográfico específico de Guimarães, elas oferecem pistas teóricas valiosas para se pensar as festas populares como fenômenos totais, nos quais as dimensões religiosa, econômica e memorial se





Disponível: <https://www.instagram.com/smculturaguimaraniamg/reel/DOeUcJSkVQw/>
Acesso: 15 set. 2025

O convite da Festa de Nossa Senhora do Rosário de 2025 configura-se como uma relevante fonte visual e documental, cuja análise permite apreender não apenas aspectos organizacionais do evento, mas também os sentidos contemporâneos atribuídos à celebração em Guimarães. Longe de cumprir função meramente ilustrativa, o material revela dimensões significativas da articulação entre religiosidade, cultura e poder local.

Observa-se, inicialmente, que o convite apresenta a festa como uma prática que integra fé, tradição e participação coletiva, reforçando o argumento desenvolvido neste capítulo de que tais dimensões não se encontram dissociadas, mas profundamente imbricadas. A inclusão simultânea da programação litúrgica e das atividades festivas e culturais evidencia essa indissociabilidade, indicando a permanência, no presente, de uma lógica que articula o religioso e o social na configuração da celebração.

O documento também explicita a presença institucional na organização do evento, seja por meio da Igreja, seja pela atuação do poder público municipal. Esse aspecto é particularmente relevante, pois evidencia que, embora enraizada em práticas de origem popular e afro-brasileira, a festa é atravessada por processos de institucionalização. Em Guimarães, tal articulação revela a atuação conjunta de agentes religiosos, comunitários e políticos na construção e legitimação do festejo, reforçando seu estatuto de patrimônio cultural e seu papel na conformação da identidade local.



No plano simbólico, a linguagem e a estética mobilizadas, com o uso de imagens da santa, referências devocionais e elementos da tradição, constroem uma narrativa que valoriza a continuidade histórica e a dimensão coletiva da festa. Essa representação projeta uma ideia de coesão comunitária, na qual o evento aparece como expressão unificada da população.

Entretanto, quando confrontado com as fontes orais analisadas anteriormente, especialmente o depoimento de Palmira Alves Cordeiro, esse discurso revela limites importantes. Enquanto o convite institucional enfatiza continuidade e harmonia, as memórias dos sujeitos evidenciam tensões, disputas e transformações ao longo do tempo, inclusive no que se refere à formação da cidade e à participação de diferentes grupos sociais. Assim, o convite não apenas informa, mas também participa da construção de uma determinada memória sobre a festa, privilegiando certos sentidos em detrimento de outros.

Por fim, ao convocar a participação da comunidade e de visitantes, o material reafirma o caráter público e agregador da celebração, confirmando seu papel como um dos principais momentos de mobilização social em Guimarães. Dessa forma, analisado criticamente, o convite de 2025 deixa de ser um elemento descritivo e se afirma como fonte histórica relevante, capaz de revelar tanto as formas atuais de organização do festejo quanto os sentidos que se busca atribuir a ele no presente, em diálogo e, por vezes, em tensão, com as memórias e experiências dos sujeitos que o vivenciam.



Capítulo 4: O Guia Didático

A concepção deste Guia Didático, voltado à História Local de Guimarães-MG, nasce do compromisso de conferir maior densidade e significado ao ensino de História no ecossistema escolar. Longe de reduzir o estudo do município a efemérides ou datas comemorativas, como o aniversário da cidade, propõe-se um trabalho contínuo, sistemático e organicamente integrado aos conteúdos curriculares, conectando a micro-história local a processos macro-históricos. Sob essa perspectiva, as manifestações da cultura popular e da religiosidade - materializadas na Festa de Nossa Senhora do Rosário e na tradição viva dos grupos de Congado e Moçambique - deixam de ser meros elementos folclóricos e passam a ser compreendidas como vetores centrais de preservação, disputa e ressignificação de memórias coletivas ao longo do tempo.

Como produto educacional, este material ampara-se em um repertório documental heterogêneo. Mobilizou-se o arcabouço teórico das disciplinas do mestrado profissional, dados institucionais (Prefeitura de Guimarães e IBGE), o acervo documental da Casa da Cultura Ana Guimarães Silva, a monografia de licenciatura desta autora e a obra memorialista de Dona Anatildes. Embora este último registro seja indispensável para a salvaguarda da memória afetiva local, sua transposição didática exigiu um rigoroso exercício de operação historiográfica. Essa análise crítica fez-se necessária para evitar a reprodução acrítica de narrativas que privilegiam visões de grupos dominantes, garantindo, em contrapartida, uma abordagem plural, polifônica e inclusiva do passado guimaranense.

Ancorado nos pressupostos teóricos da Educação Patrimonial, da Didática da História e dos Estudos da Memória, o guia articula a História Local ao componente curricular para fomentar uma aprendizagem profundamente crítica e situada. A metodologia convida os estudantes - preferencialmente inseridos nas turmas de 6º ano do Ensino Fundamental, momento de transição e letramento histórico fundamental - a se aproximarem de seu universo sociocultural mediante o manuseio direto de múltiplas tipologias de fontes: documentos oficiais, registros iconográficos, depoimentos e produções memorialistas. Esse exercício pedagógico estimula o desenvolvimento de um olhar analítico e investigativo, essencial para desnaturalizar discursos consolidados. Afinal, conforme adverte Maia (2024, p. 30), a proximidade com o espaço vivido exerce um apelo particular que demanda contínua mediação docente:



A história local possui um magnetismo diante do público, pois hipoteticamente surge aí um cenário repleto de sobreposições de falas, de movimentos, de fontes que afirmam dados e ecoam informações sobre o que se passou naquele lugar antes do que se é agora. Esse fascínio fica enriquecido pelos memorialistas que atribuem grandiosidade aos feitos e às pessoas, enobrecendo os lugares como resistentes em nome da História. (MAIA, 2024, p.30)

Diante do desafio de transpor essa complexidade para o chão da sala de aula, a elaboração deste guia estruturou-se em etapas interdependentes: o mapeamento e a seleção de vestígios documentais, orais e patrimoniais de Guimarães; a sua devida teorização crítica; e a posterior transposição didática em conformidade com as habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Configurou-se, desse modo, um recurso metodológico que ultrapassa a mera compilação de informações, consolidando-se como um instrumento de apoio à práxis docente e de fomento ao protagonismo discente. Para tanto, a estrutura interna deste Guia Didático orienta-se por três princípios norteadores básicos:

1. A integração curricular, ao promover o diálogo com os conteúdos e competências previstos nos documentos oficiais e balizadores da educação nacional;
2. A valorização da História Local e do patrimônio cultural, ao aproximar os estudantes de sua realidade sociocultural imediata, estabelecendo pontes com contextos históricos mais amplos;
3. A formação de um olhar crítico, ao incentivar a análise comparativa de diferentes tipologias de fontes e o desenvolvimento de uma postura propriamente investigativa.

A arquitetura textual deste material organiza-se em seções interdependentes que tensionam, de forma recíproca, as fontes selecionadas, os eixos temáticos e as propostas didáticas. Cada proposição prática foi elaborada para impulsionar a investigação histórica e a crítica documental, capacitando o estudante a tecer nexos causais entre sua vivência imediata e as dinâmicas macro-históricas.

Para tanto, o percurso metodológico adota uma estratégia escalar progressiva que toma como ponto de partida a dimensão concreta e visível do patrimônio local para, sucessivamente, alcançar debates abstratos, complexos e globais. Dessa forma, desloca-se o olhar do objeto em si para as relações sociais, permitindo compreender a história local como um campo vivo de disputas, negociações e permanências. Para subsidiar a prática docente, foram selecionadas e transcritas fontes históricas locais que devem ser problematizadas em sala de aula, superando a mera ilustração e servindo como base para a investigação dos alunos.



Essa trajetória pedagógica se materializa em cinco eixos estruturais subsequentes: a Capela, a Festa, a Religiosidade, a Cidade e os Contextos Históricos, detalhados a seguir juntamente com suas respectivas propostas e fontes de mobilização.

Eixo temático 1: A Capela (O Concreto e a Materialidade)

- **Foco:** A materialidade do patrimônio, o espaço edificado como suporte de memória e o processo de institucionalização do patrimônio local.
- **Fonte Mobilizável (Trecho da Lei de Tombamento / Decreto Municipal):**
"Art. 1º - Fica homologado o tombamento definitivo do bem imóvel denominado Capela de Nossa Senhora do Rosário, situada no município de Guimarães - MG, considerando seu valor histórico, arquitetônico e de implantação urbana como marco fundacional do antigo povoado de Vila Guimarães..." (Dossiê de Tombamento, 2005).
- **Fotografias para Contraste:** Confrontar as fotos técnicas de Tony Rodrigues (2024), que atestam a integridade física e o bom estado de conservação da laje e da fachada, com registros iconográficos antigos do largo da capela (século XX) obtidos na Casa da Cultura Ana Guimarães Silva.

Eixo temático 2: A Festa (A Vivência e o Patrimônio Imaterial)

- **Foco:** O patrimônio imaterial, a apropriação do espaço físico pelas práticas rituais e as tensões entre a salvaguarda oficial (focada no prédio) e a dinâmica viva da comunidade.
- **Fonte Mobilizável (Convite Tradicional da Festa - Transcrição):**
"A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e os Festeiros de Guimarães convidam toda a comunidade e cidades vizinhas para a Tradicional Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Venham prestigiar a subida dos reinados e o lindo bailar dos nossos Ternos de Congado e Moçambique. Local: Largo da Capela do Rosário."

Eixo temático 3: A Religiosidade (As Identidades e Expressões Culturais)

- **Foco:** A cultura popular como espaço de resistência, solidariedade e preservação de matrizes culturais afro-diaspóricas no território mineiro.
- **Fonte Mobilizável (Canto Tradicional de Congado/Moçambique – Domínio Público):**



"Ô ai, ai, meu São Benedito... / A vossa coroa é de ouro e marfim / Quem marcou o passo do meu tambor / Foi o cativo que chegou ao fim. / Nós canta na porta da vossa Capela / Senhora do Rosário, olhai por mim." (Canto do cancionário popular tradicional do Congado mineiro, herança de tradição oral e domínio público).

Eixo temático 4: A Cidade (O Cotidiano e as Transformações Urbanas)

- **Foco:** O crescimento do município a partir do largo da capela, as transformações agrícolas, o advento da BR-365 e as alterações no ritmo de vida dos moradores.
- **Fonte Mobilizável (Fragmento da Literatura de Tradição Oral e Memória Coletiva):**

"A memória local resgata o tempo em que o entorno da Capela era marcado pela terra batida e pelas construções de adobe. Em dias de festividade, a comunidade rural convergia para o largo em cavalos e carros de boi. Embora a modernização urbana tenha trazido o asfalto e a dinâmica acelerada da BR-365, a batida do tambor do Congado opera como um elo atemporal, fazendo emergir no peito dos moradores a poeira e a ancestralidade daquele tempo pioneiro." (Registro de narrativa do patrimônio imaterial e da memória coletiva de Guimarães, domínio público).

Eixo temático 5: Os Contextos (A História Local em Diálogo Global)

- **Foco:** Conectar a fundação de Guimarães (ação de bandeirantes, expansão rural de 1926, emancipação em 1962) com a marcha para o oeste mineiro, o Período Republicano, a modernização conservadora do campo e os fluxos migratórios nacionais.
- **Fonte Mobilizável (Dados Estatísticos / Histórico do IBGE):** Análise comparativa entre o crescimento demográfico do Alto Paranaíba decorrente da expansão da cafeicultura e da abertura de eixos rodoviários (BR-365) com a evolução política do município.

O trabalho com este Guia Didático pressupõe o cumprimento das competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas adota uma postura reflexiva de insurgência pedagógica. O material atende diretamente habilidades específicas do Ensino Fundamental, fornecendo também conexões complementares para o Ensino Médio:

- **EF06HI01:** Identificar diferentes formas de compreensão do tempo e da periodização, dos marcos temporais e dos referenciais de espacialidade.



- **EF06HI07:** Identificar os aspectos essenciais da mitificação da matriz colonial americana e discutir o papel das culturas indígenas e afro-brasileiras.
- **EF06HI02:** Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas.
- **EF06HI07:** Identificar os aspectos essenciais da mitificação da matriz colonial americana e discutir o papel das culturas indígenas e afro-brasileiras.
- **EF09HI08:** Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da inserção dos negros no período republicano, analisando experiências de exclusão e formas de resistência.
- **EM13CHS102:** Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes afro-brasileiras e indígenas, avaliando criticamente os mecanismos de exclusão e de resistência.

A BNCC, por muitas vezes, adota uma abordagem linear e pacificadora da história e do patrimônio, focando em conceitos como "adequação", "preservação harmoniosa" e "identidade nacional unificada". Este Guia propõe formar para a transgressão, dessa forma, orienta-se o docente a utilizar as habilidades da BNCC como ponto de partida institucional, subvertendo-as por meio das seguintes posturas críticas:

1. **Evidenciar o Conflito, não a Harmonia:** Ao trabalhar a Capela do Rosário, evite apresentá-la apenas como um monumento estético estático. Questione: *Por que o poder público tombou o prédio material, mas a Festa do Congado (executada historicamente por corpos negros e periféricos) enfrentou históricas barreiras para obter reconhecimento equivalente?*
2. **Denunciar os Silenciamentos Narrativos:** Ao utilizar o livro memorialista de Dona Anatildes ou documentos oficiais da Prefeitura, ensine os estudantes a lerem as entrelinhas. Quem detinha a escrita? Quais classes sociais e sujeitos históricos foram marginalizados da narrativa oficial da fundação de Guimarães?
3. **A História como Prática de Liberdade:** O objetivo final não é a mera memorização da data de emancipação de Guimarães (1962), mas a compreensão de que as leis e as estruturas urbanas são construções humanas mutáveis. Se os sujeitos do passado transformaram o vilarejo, os estudantes de hoje possuem a prerrogativa de intervir criticamente sobre as desigualdades do presente.



A tabela a seguir consolida o percurso escalar progressivo proposto pelo Guia Didático, servindo como roteiro articulado para o planejamento docente ao longo do ano letivo com as turmas de 6º ano:

Eixo Temático	Atividade Proposta	Objetivo Pedagógico (Foco Crítico)	Produto Final Sugerido
1. A Capela <i>(Materialidade)</i>	A pedra e o papel: analisando o laudo e o decreto de tombamento.	Desmistificar o patrimônio institucionalizado, compreendendo os critérios de escolha e os filtros do poder público.	Relatório de Impacto Patrimonial elaborado pelos alunos.
2. A Festa <i>(Imaterialidade)</i>	O Tambor que Transgride a Pedra.	Debater o descompasso entre a preservação física e a salvaguarda de práticas rituais populares afro-brasileiras.	Carta de Reclamação Cultural / Manifesto ao Conselho de Cultura.
3. A Religiosidade <i>(Identidade/Cultura)</i>	Cantos de Resistência e Memória Afro-Diaspórica.	Reconhecer as manifestações do Congado e Moçambique como formas históricas de insurgência e preservação cultural.	Cancioneiro comentado ou Podcast com as lideranças dos Ternos de Guimarães.
4. A Cidade <i>(Cotidiano/Tempo)</i>	As frestas da memória: quem construiu Guimarães?	Confrontar a narrativa historiográfica tradicional com dados demográficos, registros censitários históricos e indicadores socioeconômicos oficiais do município.	Painel expositivo e infográfico "Vozes de Guimarães: a história a partir dos dados públicos".
5. Os Contextos <i>(Escala/Global)</i>	Da Vila Guimarães ao	Articular a fundação e a	Linha do tempo comparativa e



Eixo Temático	Atividade Proposta	Objetivo Pedagógico (Foco Crítico)	Produto Final Sugerido
	Mundo: as rotas da modernização.	emancipação do município com os eixos da cafeicultura, a rodovia BR-365 e os direitos civis na República.	analítica (Local x Nacional x Global).

A análise desenvolvida permite compreender que a Capela de Nossa Senhora do Rosário, em Guimarães, constitui um elemento central na organização do espaço urbano e na estruturação das práticas sociais e religiosas da comunidade. Contudo, sua importância não reside em uma suposta condição de memória congelada no tempo, mas em sua natureza de bem cultural material e suporte de memória, cuja significação é continuamente construída pelos sujeitos que a utilizam, narram e ressignificam.

Ao examinar o processo de tombamento, evidenciou-se que a patrimonialização institucional privilegia a materialidade do edifício, reconhecendo sua relevância histórica e arquitetônica. Por outro lado, essa mesma análise revelou os limites desse reconhecimento, uma vez que práticas rituais fundamentais para a comunidade, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário, permanecem fora do registro oficial como patrimônio imaterial. Tal descompasso evidencia a necessidade de problematizar os critérios de seleção do que é legitimado pelo poder público, abrindo espaço para reflexões críticas no campo do ensino de História.

Nesse sentido, a articulação com os referenciais teóricos torna-se fundamental. Se, por um lado, a capela representa a dimensão material do patrimônio, por outro, a Festa de Nossa Senhora do Rosário expressa sua dimensão simbólica, ritual e experiencial. Ambas não podem ser compreendidas de forma isolada: é na relação entre o espaço edificado e as práticas sociais que se constitui a densidade histórica da comunidade. A festa encontra na capela um ponto de ancoragem, ao mesmo tempo em que a ultrapassa, projetando-se para além de seus limites físicos.

A leitura das fontes reforça essa perspectiva. As fotografias antigas revelam a centralidade da capela como espaço de sociabilidade, enquanto os relatos dos moradores evidenciam que são as experiências vividas que atribuem sentido ao lugar. Assim,



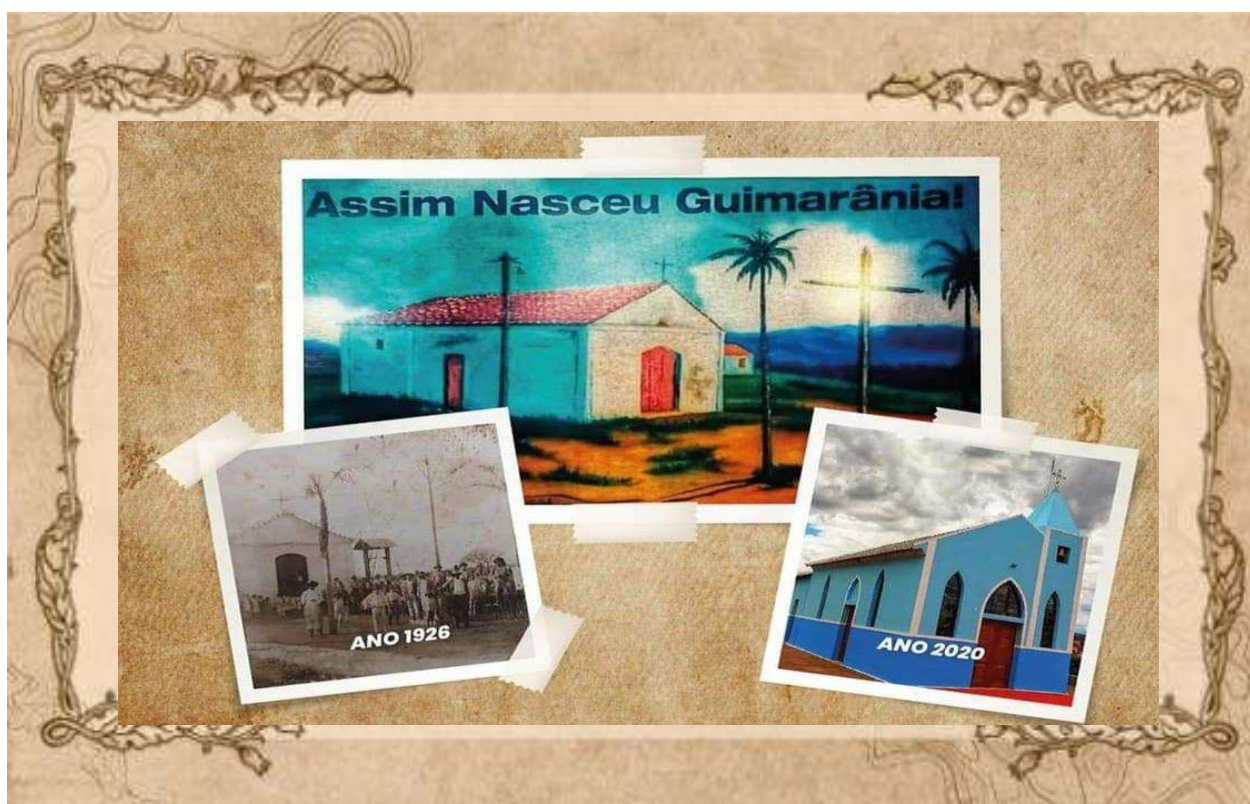
desloca-se o olhar do objeto em si para as relações que se estabelecem em torno dele, permitindo compreender a história local como um campo de disputas, negociações e permanências.

É justamente essa compreensão que fundamenta a proposta do Guia Didático aqui apresentado. Ao reorganizar seus eixos a partir do concreto (a capela) em direção às dimensões mais amplas (festa, religiosidade, memória e cidade), oferece-se ao professor um percurso metodológico que favorece a construção do conhecimento histórico de forma situada e escalar.

Em suma, reafirma-se que o ensino de História Local, quando articulado à Educação Patrimonial e direcionado pedagogicamente para os anos iniciais do Ensino Fundamental II (6º ano), possibilita não apenas o reconhecimento de bens materiais, mas a compreensão dos processos históricos conflituosos que os constituem. A Capela de Nossa Senhora do Rosário e a festa que a envolve deixam de ser meros objetos de contemplação passiva para se tornarem fontes de problematização pedagógica, capazes de contribuir para a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua inserção no tempo e aptos a dialogar com as múltiplas dimensões da memória e da identidade de Guimarães.



GUIA DIDÁTICO



Fonte: <https://minasgerais.com.br/pt/atracoes/guimarania/igreja-rosario>. Acesso: 31/08/2025



APRESENTAÇÃO

Prezado(a) professor(a), este Guia Didático propõe um exercício contínuo e sistemático de operação historiográfica integrado ao currículo do 6º ano do Ensino Fundamental, tomando como referencial a História Local de Guimarães-MG. Afastando-se de abordagens tradicionais baseadas em efemérides, o material mobiliza a Capela de Nossa Senhora do Rosário não como um monumento estático, mas como um suporte material de memória tensionado pelas dinâmicas sociais da comunidade. Ao articular o patrimônio edificado a manifestações imateriais — como a Festa do Rosário e os Ternos de Congado e Moçambique —, este guia visa converter o espaço vivido em um laboratório de investigação crítica. Nas seções seguintes, oferecem-se subsídios teóricos, fontes documentais e propostas práticas desenhadas para instrumentalizar a práxis docente e fomentar o protagonismo discente. O objetivo final é capacitar os estudantes a lerem os silêncios da história, conectando a micro-história local a processos macro-históricos e transformando a sala de aula em um espaço de insurgência pedagógica.

VAMOS INICIAR A JORNADA?

A História Local através do Patrimônio e da Memória em Guimarães-MG

Elaboração: Professora Juliana Magda Santos

Público-alvo: Professores da Educação Básica (Foco: 6º Ano do Ensino Fundamental)

Desejo a todos bons estudos e boas reflexões!



REPERTÓRIO DOCUMENTAL E BIBLIOGRAFIA

A fundamentação e a transposição didática deste Guia Didático amparam-se em um repertório documental heterogêneo e polifônico. Mobilizou-se o arcabouço teórico-metodológico das disciplinas do mestrado profissional, indicadores institucionais do IBGE e da Prefeitura Municipal de Guimarães, além do acervo documental e iconográfico da Casa da Cultura Ana Guimarães Silva. Complementam esse escopo a monografia de licenciatura desta autora e a obra memorialista de Dona Anatildes. Embora este último registro seja indispensável para a salvaguarda da memória afetiva local, sua mobilização exigiu um rigoroso exercício de crítica documental. Essa operação fez-se necessária para evitar a reprodução acrítica de narrativas que privilegiam visões de grupos dominantes, garantindo, em contrapartida, uma abordagem plural, polifônica e inclusiva do passado guimaranense.

OBJETIVOS PEDAGÓGICOS

- Compreender o conceito de tombamento e patrimonialização como atos políticos, analisando os critérios de escolha, filtros e tensões entre o poder público e as práticas da comunidade;
- Reconhecer a Capela de Nossa Senhora do Rosário como bem cultural material e ponto de ancoragem espacial e simbólico da memória coletiva de Guimarães;
- Valorizar as manifestações da cultura popular e da religiosidade, compreendendo os grupos de Congado e Moçambique como vetores históricos de resistência, solidariedade e preservação de matrizes afro-diaspóricas;
- Articular a História Local às dinâmicas da História Nacional e Global, conferindo protagonismo ao cotidiano, ao trabalho e aos sujeitos historicamente invisibilizados;
- Desenvolver o pensamento crítico e o olhar investigativo (o letramento histórico) nos estudantes do 6º ano, instrumentalizando-os para identificar intencionalidades e silenciamentos em diferentes tipologias de fontes.



O SENTIDO DO ENSINO DE HISTÓRIA

O Ensino de História pretende desenvolver o pensamento crítico e a consciência histórica, estimulando a capacidade de analisar e refletir sobre os acontecimentos de forma autônoma. Afastando-se da memorização linear, o componente curricular deve mobilizar múltiplas tipologias de fontes para favorecer a compreensão das transformações sociais, da construção identitária e das lutas por direitos. Defende-se que os estudantes desenvolvam um olhar marcadamente investigativo e analítico diante de seu universo sociocultural, tornando-se agentes conscientes de sua própria realidade, e não meros espectadores. Afinal, a História é uma ciência em constante movimento, continuamente construída e ressignificada pela agência de todos os sujeitos, o que permite o desenvolvimento de uma postura propriamente cidadã.

A CENTRALIDADE HISTORIOGRÁFICA DA HISTÓRIA LOCAL

O estudo da História Local focaliza o território próximo aos sujeitos, ultrapassando sua delimitação político-administrativa para abarcar os significados simbólicos, as memórias e as práticas culturais da comunidade. Esse espaço é dinamicamente marcado por tradições como a cultura popular, a religiosidade, o Congado e a Festa de Nossa Senhora do Rosário, que fortalecem a identidade coletiva e o sentimento de pertencimento. Investigar o cenário local permite que o estudante se perceba dentro da trama histórica, conectando suas vivências imediatas e experiências individuais a processos macro-históricos regionais, nacionais e globais. Compreende-se, assim, que a história não se restringe aos registros dos grandes centros, mas pulsa de forma conflituosa no chão em que o aluno pisa, valorizando dialeticamente o patrimônio material e o imaterial.



A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO PRÁTICA DE TRANSGRESSÃO

A Educação Patrimonial atua como o elo metodológico que integra o espaço vivido ao conhecimento histórico escolar, aproximando os estudantes de seu patrimônio cultural, material e imaterial. Por meio do estudo da Capela do Rosário, das festas tradicionais e dos Ternos de Congado, os alunos percebem que a história extrapola os muros da escola e que os bens culturais constituem um campo vivo de disputas. Essa abordagem subverte a lógica de harmonia dos documentos oficiais, incitando as turmas a questionarem o que é preservado, por quem, para quem e quais memórias foram silenciadas. Favorece-se, assim, o reconhecimento das vivências locais, o fortalecimento da identidade coletiva e a construção de uma aprendizagem crítica e contextualizada.

CULTURA POPULAR E RELIGIOSIDADE

A cultura popular e a religiosidade em território mineiro constituem práticas profundas de fé, identidade coletiva e preservação de matrizes afro-brasileiras, não podendo ser reduzidas ao folclore ou à contemplação passiva. Festas, rituais, danças e o toque dos tambores atuam como canais históricos de sociabilidade que mobilizam memórias, reforçam vínculos comunitários e perpetuam tradições entre as gerações. Nesse sentido, essa dinâmica não se limita ao espaço do sagrado, mas transborda para o cotidiano, revelando formas de pertencimento e resistência periférica diante de estruturas históricas de exclusão que persistem no tempo. Compreender essas manifestações permite aos estudantes decifrar as complexas forças sociais de sua comunidade.



O MARCO FUNDACIONAL MATERIAL: A CAPELA DO ROSÁRIO

A Capela de Nossa Senhora do Rosário constitui a referência física e simbólica para a compreensão da tessitura urbana e social de Guimarães-MG:

"Art. 1º - Fica homologado o tombamento definitivo do bem imóvel denominado Capela de Nossa Senhora do Rosário, situada no município de Guimarães - MG, considerando seu valor histórico, arquitetônico e de implantação urbana como marco fundacional do antigo povoado de Vila Guimarães..." (Dossiê de Tombamento, Município de Guimarães, 2005, p. 13-14).

A fundação do povoado ocorreu como consequência direta da edificação da primitiva Capela do Rosário, que funcionou como um forte polo agregador social. Em torno de seu amplo largo, foram erguidas as habitações dos primeiros moradores, conformando a Vila Guimarães, atual cidade de Guimarães. A capela acompanhou, portanto, todas as transformações rurícolas, a expansão de 1926 e a emancipação política em 1962.

REGISTROS DA MATERIALIDADE E PRESERVAÇÃO TÉCNICA

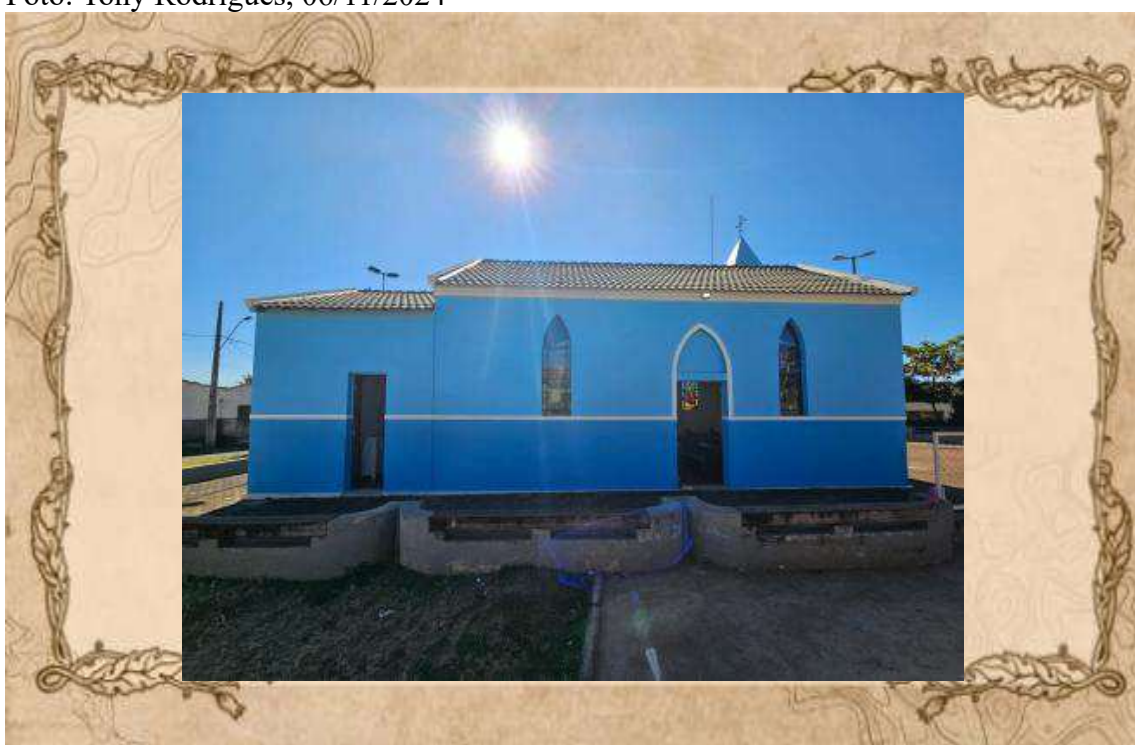
Para subsidiar as análises de contraste e variação temporal em sala de aula, o professor deve mobilizar o conjunto iconográfico técnico produzido por **Tony Rodrigues (06/11/2024)**, que integra o Laudo Técnico de Conservação do bem:

1. Vista da fachada frontal da Capela de Nossa Senhora do Rosário: Evidencia as linhas arquitetônicas e a implantação urbana no antigo largo.
2. Laudo Técnico da Cobertura: Demonstra a estrutura da laje em bom estado geral de conservação, atestando a integridade física do edifício.
3. Registro do Entorno Direto: Permite analisar as alterações no traçado e no ritmo do cotidiano urbano ao redor do patrimônio edificado.





Laudo Técnico: Vista da fachada frontal da Capela de Nossa Senhora do Rosário.
Foto: Tony Rodrigues, 06/11/2024

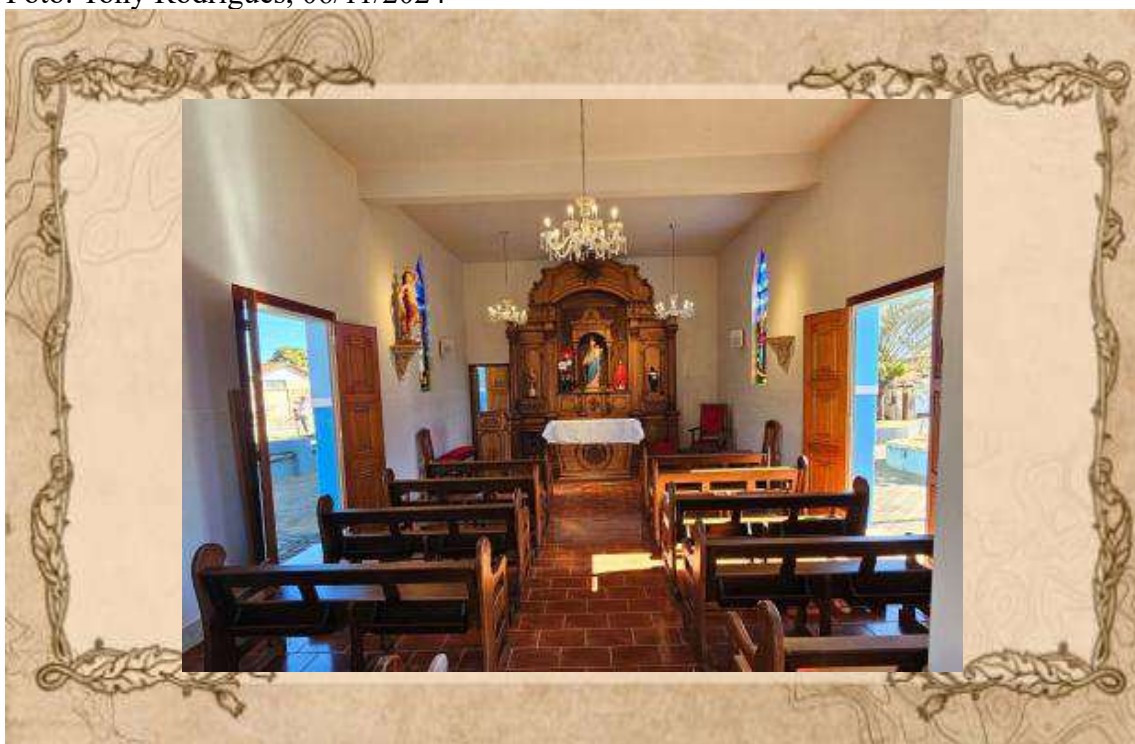


Laudo Técnico: Capela de Nossa Senhora do Rosário estrutura em bom estado de conservação. Foto: Tony Rodrigues, 06/11/2024.





Laudo Técnico: Capela de Nossa Senhora do Rosário, sem danos estruturais.
Foto: Tony Rodrigues, 06/11/2024

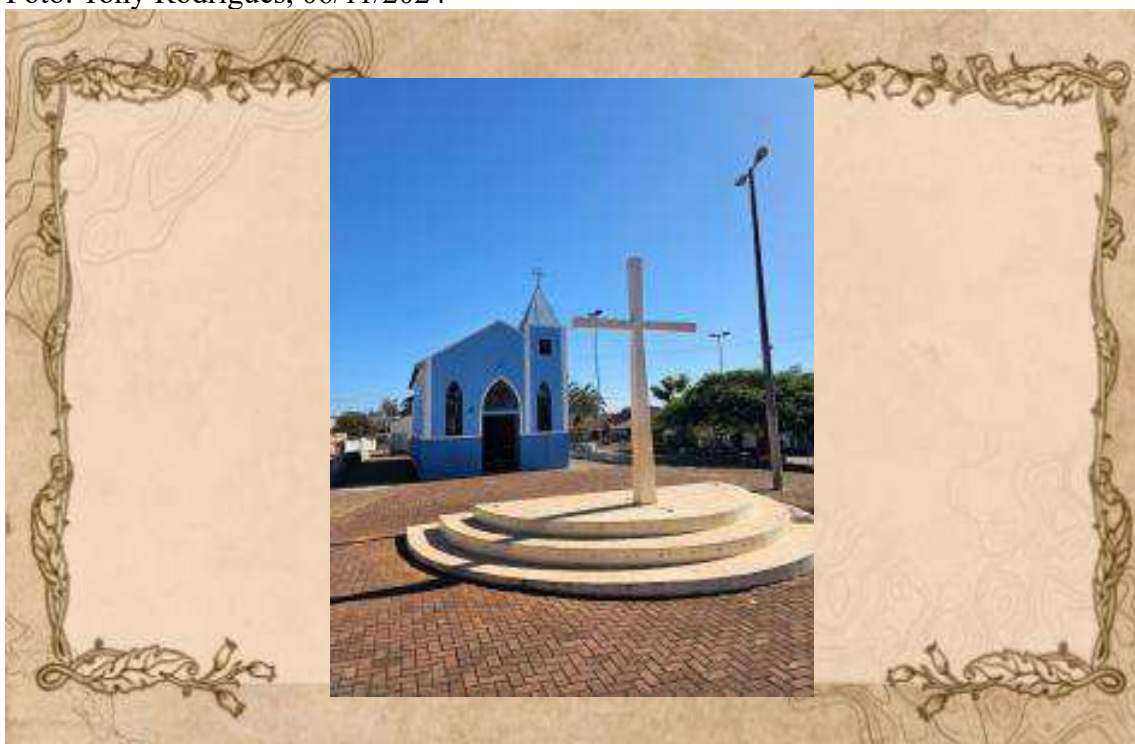


Laudo Técnico: Capela de Nossa Senhora do Rosário: laje com bom estado geral de conservação.
Foto: Tony Rodrigues, 06/11/2024





Laudo Técnico: Capela de Nossa Senhora do Rosário: Entorno.
Foto: Tony Rodrigues, 06/11/2024



Laudo Técnico: Capela de Nossa Senhora do Rosário. Foto.
Tony Rodrigues, 06/11/2024.



MAPA DO PERCURSO PEDAGÓGICO ESCALAR (6º ANO)

A tabela a seguir consolida a estratégia de progressão escalar do Guia Didático, organizando o planejamento docente a partir do patrimônio concreto em direção às problematizações políticas globais:

Eixo Temático	Proposta Prática Investigativa	Objetivo Pedagógico (Foco Crítico)	Produto Final
1 – A Capela (Materialidade)	A pedra e o papel: analisando o laudo e o decreto de tombamento municipal de 2005 em contraste com as fotos de Tony Rodrigues (2024).	Desmistificar o patrimônio institucionalizado, compreendendo os critérios de escolha, os filtros e os interesses do poder público na preservação física.	Relatório de Impacto Patrimonial elaborado pelos estudantes, apontando o estado do bem e o papel social do espaço.
2. A Festa (Imaterialidade)	O Tambor que Transgride a Pedra: análise do Convite Tradicional da Festa frente às barreiras institucionais de reconhecimento oficial do patrimônio imaterial.	Debater o descompasso entre a preservação do prédio físico (higienizado) e a salvaguarda das práticas rituais vivas e populares da comunidade negra.	Carta de Reclamação Cultural / Manifesto coletivo direcionado ao Conselho Municipal de Cultura de Guimarães.
3. A Religiosidade (Identidade e Cultura)	Cantos de Resistência e Memória Afro-Diaspórica: problematização das letras de cantos de Congado e Moçambique ("...foi o cativo que chegou ao fim").	Reconhecer as manifestações da religiosidade popular não como meros folclores, mas como formas históricas de insurgência, preservação identitária e luta civil.	Cancioneiro Comentado (físico) ou roteiro para gravação de um Podcast com as lideranças e Capitães de ternos locais.

Continuação abaixo.



MAPA DO PERCURSO PEDAGÓGICO ESCALAR (6º ANO)

A tabela a seguir consolida a estratégia de progressão escalar do Guia Didático, organizando o planejamento docente a partir do patrimônio concreto em direção às problematizações políticas globais:

Eixo Temático	Proposta Prática Investigativa	Objetivo Pedagógico (Foco Crítico)	Produto Final
4. A Cidade (<i>Cotidiano e Tempo</i>)	As frestas da memória: quem construiu Guimarães? Confronto entre a narrativa historiográfica tradicional com dados demográficos, registros censitários históricos e indicadores socioeconômicos oficiais do município.	Exercitar a operação historiográfica ao ler as entrelinhas dos discursos, identificando quem detinha a escrita oficial e quais sujeitos foram marginalizados da fundação urbana.	Painel Expositivo e Infográfico: <i>"Vozes de Guimarães: a história a partir dos dados públicos."</i>
5. Os Contextos (<i>Escalas e Global</i>)	Da Vila Guimarães ao Mundo: as rotas da modernização. Cruzamento de dados do IBGE, o advento da BR-365, a cafeicultura e a emancipação política de 1962.	Articular a história do município com as dinâmicas macro-históricas: a marcha para o oeste mineiro, a modernização conservadora do campo e os direitos republicanos.	Linha do Tempo Comparativa e Analítica integrando três escalas paralelas: História Local, História Nacional e História Global.



ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA A INSURGÊNCIA PEDAGÓGICA

Para orientar a transposição didática das propostas contidas neste guia, recomenda-se que o docente adote as seguintes posturas metodológicas em sala de aula, subvertendo a leitura linear e pacificadora da BNCC:

- **Evidenciar o Conflito, não a Harmonia:** Ao trabalhar os eixos da Capela e da Festa, evite apresentá-los como um cenário idílico de comunhão social. Provoque os estudantes com perguntas geradoras: *Por que o patrimônio físico foi tombado em 2005, mas as práticas rituais dos corpos negros periféricos demoraram a receber a mesma proteção legal?*
- **Denunciar os Silenciamentos Narrativos:** Ensine as turmas de 6º ano a interrogar as fontes escritas oficiais e as obras memorialistas. Incentive o letramento histórico questionando: *Quem produziu este documento? Qual era a classe social do autor? Quais sujeitos e grupos trabalhadores ficaram de fora dessa narrativa de fundação?*
- **Valorizar a Tradição Oral como Patrimônio e Fonte Histórica:** As narrativas de tradição oral, os cantos ancestrais e a memória coletiva salvaguardada pelas lideranças do Congado devem ser trabalhados não como "curiosidades folclóricas", mas como fontes históricas legítimas de matriz afro-diaspórica. Respalhada pelas diretrizes do Patrimônio Cultural Imaterial, essa herança de memória detém igual valor historiográfico e pedagógico frente aos documentos cartoriais e decretos oficiais na reconstrução da história local.
- **Integrar Disciplinarmente de Forma Crítica:** Articular as propostas com a Geografia (análise da BR-365, cartografia dos fluxos migratórios e crescimento do Alto Paranaíba), Artes (a estética visual e musical do Congado/Moçambique) e Língua Portuguesa (análise de discurso das leis de tombamento e transcrição de relatos orais).



Para guiar o trabalho do professor com as turmas de 6º ano, apresenta-se um modelo de proposta pedagógica detalhada passo a passo, aplicando diretamente os conceitos do capítulo de Introdução aos Estudos Históricos ao contexto de Guimarães.

Plano de Aula: Detetives do Tempo e os Silêncios da História

- **Público-alvo:** 6º Ano do Ensino Fundamental.
- **Tempo Estimado:** 3 aulas (50 minutos cada).
- **Eixo Temático:** Introdução aos Estudos Históricos (Sujeito Histórico, Tempo e Fontes).
- **Articulação Direta com a BNCC (Habilidades Específicas):**
 - **EF06HI01:** Identificar diferentes formas de compreensão do tempo e da periodização, dos marcos temporais e dos referenciais de espacialidade.
 - **EF06HI02:** Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas.

Recursos e Fontes Mobilizadas para a Aula

Fonte A (Cultura Material / Objeto do Cotidiano)

Um objeto antigo levado pelo professor ou uma fotografia de um elemento obsoleto (ex: uma fita cassete, um ferro de passar a carvão, ou uma caderneta escolar de décadas atrás).



Fonte B (Texto Escrito – Trecho de Certidão de Nascimento de Guimarães de 1930)

"Aos dez dias do mês de maio de mil novecentos e trinta, neste distrito de Vila Guimarães, nasceu uma criança do sexo masculino... filho legítimo de [Nome do Fazendeiro], proprietário de terras, e de [Nome da Mãe], prendas domésticas..."

Fonte C: Análise Historiográfica (O Averso do Documento):

"Durante as primeiras décadas do século XX no Brasil, o acesso ao registro civil e aos cartórios era restrito devido aos custos financeiros e ao isolamento geográfico das populações rurais. Para as comunidades periféricas, trabalhadores do campo e populações negras organizadas no entorno de irmandades religiosas, a vida cotidiana, o trabalho e a transmissão de saberes ocorriam majoritariamente à margem da documentação oficial do Estado, consolidando a oralidade e os laços comunitários como os verdadeiros registros de suas existências." (Síntese baseada nos estudos de demografia histórica e subregistro civil no Brasil rural).

Passo a Passo dos Encaminhamentos Metodológicos

Aula 1: O Historiador como detetive e o conceito de fonte.

1. O professor introduz a aula exibindo a **Fonte A** no centro da sala, disparando a problematização: *Se este objeto pudesse falar, o que ele nos contaria sobre quem o utilizava? Como nós, que não vivemos nesta época, conseguimos decifrar os seus mistérios?*
2. Promove-se a construção conceitual: a História não como o estudo estático do passado morto, mas como a ciência dos homens no tempo (Marc Bloch).



Aula 2: Rompendo Silêncios — Quem entra na História? (A Transgressão)

1. O docente distribui cópias da **Fonte B** (documento oficial) e da **Fonte C** (relato da história oral).
2. Inicia-se a mediação crítica: os alunos devem notar que a Certidão de Nascimento oficial registrava majoritariamente indivíduos detentores de posses e direitos civis assegurados. Em contrapartida, o relato oral descortina um contingente populacional invisibilizado pelo Estado.
3. Organizados em grupos (quartetos), os alunos debatem com base nas questões orientadoras, desconstruindo a premissa de que a História se restringe ao registro oficial escrito. Introduz-se o conceito de **Sujeito Histórico**, demonstrando que a agência humana pertence a todos os estratos da sociedade.

Aula 3: Oficina de Produção — O Arquivo da Nossa Gente

1. Para consolidar o método de investigação histórica, os alunos recebem a tarefa de elaborar uma *Ficha de Resgate de Memória*.
2. Cada estudante realiza uma entrevista curta com um funcionário da escola (ex: merendeira, porteiro, auxiliar de serviços gerais) ou com um familiar idoso, utilizando a seguinte questão disparadora: *Qual é a sua lembrança mais antiga sobre o trabalho ou sobre a escola que nunca foi contada em um livro didático?*
3. O registro é transcrito em folha avulsa acompanhado de uma ilustração ou foto do entrevistado. As fichas são expostas na sala de aula no "**Varal dos Sujeitos Históricos de Guimarães**".



Questões Orientadoras para a Discussão dos Estudantes:

- Confrontando a certidão de 1930 (Fonte B) com o depoimento oral (Fonte C), todas as pessoas residentes em Guimarães naquele período eram incluídas nos documentos do governo? Justifique.
- Se um pesquisador do futuro dependesse exclusivamente dos arquivos oficiais de cartórios para reescrever a história contemporânea de nossa cidade, quais sujeitos teriam voz e quem seria silenciado?
- Com base nas atividades, por que a memória transmitida oralmente possui a mesma relevância historiográfica que os registros oficiais em papel?

Rubrica Avaliativa do Plano Modelo

Critério de Avaliação	Insuficiente (Apenas Adequação)	Bom (Pensamento Crítico Inicial)	Excelente (Pensamento Transgressor/Agente)
Compreensão de Fonte Histórica	Concebe a fonte histórica apenas como o livro didático ou o documento escrito governamental.	Diferencia tipos de fontes (orais, visuais, materiais) e entende que o passado deixa vestígios diversos.	Interroga as fontes com autonomia, apreendendo intencionalidades, pontos de vista e silenciamentos nos registros.
Noção de Sujeito Histórico	Restringe a agência histórica a figuras heroicas, elites econômicas ou governantes.	Compreende a inclusão de pessoas comuns na trama histórica, contudo de maneira passiva ou puramente ilustrativa.	Identifica-se - juntamente com familiares e grupos marginalizados - como agente histórico transformador do espaço urbano e social.
Produção do Resgate de Memória	Não realiza a coleta do depoimento ou transcreve dados genéricos, sem o devido rigor na escuta.	Registra o relato oral do entrevistado de forma nítida, cumprindo as diretrizes estruturais solicitadas.	Demonstra sensibilidade e rigor metodológico na escuta, validando a oralidade como patrimônio e justificando a relevância daquela memória esquecida.



DIRETRIZES PARA A AVALIAÇÃO PROCESSUAL E CRÍTICA

Em total consonância com a proposta pedagógica transgressora deste capítulo, a avaliação dos estudantes não se pautará na verificação de memorização de datas ou na passividade descritiva. Propõe-se um acompanhamento focado nas seguintes rubricas de desempenho:

- **Autonomia na Interrogação de Fontes:** Capacidade demonstrada pelo estudante de identificar intencionalidades, contradições, pontos de vista e silenciamentos ao confrontar diferentes registros (leis, fotos, entrevistas, textos memorialistas).
- **Apropriação da Noção de Sujeito Histórico:** Percepção, por parte do aluno, de que a agência histórica não pertence apenas às elites econômicas ou aos "heróis" oficiais da fundação do município, reconhecendo a si mesmo, seus familiares e grupos marginalizados como agentes transformadores do espaço urbano e social de Guimarães.
- **Rigor e Sensibilidade no Trato com a Memória:** Avaliação do envolvimento dos estudantes no processo de escuta ativa, coleta e transcrição das fontes orais, validando a memória e respeitando o patrimônio imaterial da comunidade como direito à cidadania.
- **Qualidade dos Produtos Históricos Finais:** Verificação do compromisso social, clareza histórica e profundidade analítica expressas nos produtos práticos elaborados (Relatórios de Impacto, Manifestos, Linhas do Tempo e Painéis de Vozes).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste capítulo demonstra que a Capela de Nossa Senhora do Rosário, em Guimarães-MG, ultrapassa a condição de monumento estático para consolidar-se como um suporte material de memórias coletivas continuamente disputadas pela comunidade. O exame de seu tombamento oficial revelou um descompasso institucional: enquanto a materialidade do edifício é protegida, as práticas rituais negras e periféricas que lhe dão vida — como a Festa do Rosário, o Congado e o Moçambique — permanecem à margem das políticas de salvaguarda imaterial, evidenciando os filtros e silenciamentos do poder público.

Frente a isso, o Guia Didático aqui apresentado foi estruturado como um instrumento de insurgência pedagógica para o 6º ano do Ensino Fundamental. Ao propor uma abordagem escalar que parte do concreto (a Capela) em direção às dinâmicas globais (a Festa, a Religiosidade, a Cidade e os Contextos), o material rompe com a visão tradicional que reduz a História Local a efemérides ou ao folclore pacificado.

O manuseio e o confronto crítico de múltiplas fontes - leis, fotografias técnicas, a escrita memorialista de Dona Anatildes e a história oral dos Capitães de Ternos - capacitam os estudantes a lerem as entrelinhas do discurso histórico. Mais do que compreender o passado do município, os discentes são estimulados a reconhecer o protagonismo das populações historicamente marginalizadas e a perceber que as estruturas sociais são mutáveis.

Em suma, o ensino de História Local articulado à Educação Patrimonial firma-se como prática de liberdade. A Capela e suas manifestações deixam de ser objetos de contemplação passiva para se tornarem fontes de problematização, indispensáveis para a formação de sujeitos conscientes de sua agência no tempo e aptos a intervir nas desigualdades do presente.



Considerações Finais

Esta dissertação nasceu do desejo de aproximar a história de Guimarães da vida dos estudantes, tornando o ensino de História uma experiência significativa e enraizada na realidade local. O Guia Didático, elaborado como produto desta pesquisa, foi concebido não apenas como um material de apoio, mas como uma ponte entre a teoria e a prática pedagógica, oferecendo aos professores subsídios para explorar as narrativas que moldaram o município. Mais do que um recurso instrucional, o Guia constitui uma proposta pedagógica voltada à articulação entre o ensino de História, a memória, o patrimônio e a identidade, fomentando a formação de um pensamento crítico e reflexivo nos estudantes. Ao reconhecerem a pluralidade de experiências que compõem o município, os alunos são incentivados a perceber sua comunidade como parte integrante de processos históricos mais amplos.

A inserção da História Local no ensino contribui para que os estudantes se percebam como sujeitos históricos, conscientes de que suas vivências, memórias e tradições participam da construção do passado e do presente. Nesse sentido, a valorização da Educação Patrimonial permite estabelecer relações entre os bens culturais - materiais e imateriais - e a identidade coletiva. O estudo do tombamento da Capela do Rosário, por exemplo, demonstrou ir além da mera celebração de sua preservação arquitetônica: o monumento e seu entorno revelaram-se instâncias vivas de disputa pela memória urbana. Conforme evidenciado pela análise iconográfica e documental do Laudo Técnico do município, a materialidade da Capela - marcada por sutis fissuras, estufamentos de reboco e manchas de umidade em seus revestimentos - bem como o sufocamento de seu antigo largo pela malha urbana contemporânea, funcionam como denúncias visuais de um palimpsesto urbano. Compreender essas patologias físicas e transformações espaciais permitiu problematizar em pesquisa o hiato existente entre a proteção legal instituída pelo decreto de tombamento e a urgência de uma salvaguarda prática e contínua.

Desse modo, trabalhar esse patrimônio em sala de aula significa aproximar os estudantes das dinâmicas sociais, culturais e espirituais que marcaram e continuam a marcar o município, simbolizando também o reconhecimento da memória de grupos que, historicamente, estiveram à frente da Festa de Nossa Senhora do Rosário, manifestação em que religiosidade e cultura popular se entrelaçam na resistência identitária local. Ainda que o processo de pesquisa tenha enfrentado obstáculos, como a escassez e a fragmentação das fontes documentais, o tempo reduzido para a investigação e as limitações impostas pela rotina de trabalho em dois turnos, a jornada mostrou-se



profundamente significativa. Esta dissertação não apenas ampliou minha formação acadêmica, mas também fortaleceu meu vínculo com a história da comunidade em que atuo como docente, reafirmando a importância da indissociabilidade entre teoria e prática pedagógica.

Acredita-se que o ensino de História não deve restringir-se a conteúdos abstratos ou distantes da realidade dos alunos. Ao partir das experiências locais - festas, memórias, patrimônios, práticas de religiosidade e manifestações da cultura popular -, o professor tem a possibilidade de tornar o aprendizado mais significativo, favorecendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e afetivas. Assim, o ensino de História consolida-se como uma prática formadora de sujeitos críticos, capazes de compreender seu papel no presente e de intervir na sociedade de forma consciente e cidadã.

Conclui-se que, apesar dos limites e desafios, esta pesquisa acerca da História Local de Guimarães representa um passo firme para a construção de uma educação histórica comprometida com a diversidade, com a valorização cultural e com a cidadania. O material aqui elaborado pretende contribuir para que o ensino de História seja cada vez mais conectado ao lugar vivido, promovendo o reconhecimento das memórias coletivas e individuais, estimulando a vigilância crítica sobre a preservação do patrimônio material e valorizando as práticas culturais imateriais que tecem a identidade do município.



Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320 p. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/uma-historia-do-negro-no-brasil.pdf>. Acesso em: 05/05/2026

AMARAL, Rita de Cássia. Sentidos da festa à brasileira. *Travessia - Revista Do Migrante*, mai/ago, 1998, p.07. <https://doi.org/10.48213/travessia.i31.632>. Acesso: 11/09/2025.

ARANTES, Mariana Oliveira; AFIUNE, Pepita de Souza; MANESCO, Priscilla Campiolo. *Metodologia do Ensino de História*. Florianópolis. SC: Arqué, 2024. <https://www.passeidireto.com/arquivo/155668600/metodologia-do-ensino-de-historia>. Acesso: 17/03/2026.

BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 460-476, jul./dez. 2006. Disponível em: Acesso: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752006000200012>

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/88229312/bittencourto-circe-ensino-de-historia-f>. Acesso: 19/03/2026

BRAGA, Maria José Peres. In: SANTOS, Juliana Magda. *Festa de Nossa Senhora do Rosário: Guimarães (1998-2003)*. Trabalho desenvolvido na disciplina de Monografia, no curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNIPAM, sob orientação da Professora Eunice Aparecida Caixeta. Patos de Minas, dezembro 2024, p.27-28.

BRANSFORD, John; BROWN, Ann; COCKING, Rodney R. (Org.). *Como as pessoas aprendem: cérebro, mente, experiência e escola*. São Paulo: Senac, São Paulo, 2007. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/266976412/como-as-pessoas-aprendempdf?_gl=1*1b25vir*_up*MQ..*_ga*Njg1MDcyMjk5LjE3NzM4NDIzNjI.*_ga_Z4ZC50DED6*czE3NzM4NDIzNjAkzbEkZzEkdDE3NzM4NDIzNjAkajYwJGwwJGgw*_ga_8KZ8BV0P5W*czE3NzM4NDIzNjEkzbEkZzEkdDE3NzM4NDIzNjEkajYwJGwwJGgw

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes para a Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das ações por ele acauteladas. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 153, nº 82, p. 11-12, 2 maio 2016a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 10/09/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018, p. 400. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 jul. 2025.



CAIXETA, Márcia Elizabeth. In: SANTOS, Juliana Magda. Festa de Nossa Senhora do Rosário: Guimarães (1998-2003). Trabalho desenvolvido na disciplina de Monografia, no curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNIPAM, sob orientação da Professora Eunice Aparecida Caixeta. Patos de Minas, dezembro 2024, p.39.

CARDOSO, Conceição Eugênio Marcelino. In: SANTOS, Juliana Magda. Festa de Nossa Senhora do Rosário: Guimarães (1998-2003). Trabalho desenvolvido na disciplina de Monografia, no curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNIPAM, sob orientação da Professora Eunice Aparecida Caixeta. Patos de Minas, dezembro 2024, p.30-31.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 79. Disponível em: <https://gambiarre.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/09/michel-de-certeau-a-invencao-do-cotidiano.pdf> Acesso em: 26 abr. 2026.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/marilena-chau-i-cultura-e-democracia-pdf-free.html>. Acesso em: 26 abr. 2026.

CORDEIRO, Palmira Alves. In: SANTOS, Juliana Magda. Festa de Nossa Senhora do Rosário: Guimarães (1998-2003). Trabalho desenvolvido na disciplina de Monografia, no curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNIPAM, sob orientação da Professora Eunice Aparecida Caixeta. Patos de Minas, dezembro 2024, p.31-32.

CRUZ, Juscélia Letícia Ferreira. De ponta a ponta no barbante: o cordel — muito prazer, sala de aula! 2020. 282 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras – Profletras) – Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros, 2020, p.67.

DAMÁSIO, Eduarda Aguilar. Saberes afrodiaspóricos: conhecimento e resistência nos congados e moçambiques de Ibiá (MG). 2023. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2023.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). *Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial*. Fortaleza: Secultfor; Iphan, 2015. p. 23-24. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf). Acesso em 01/05/2026.

GIDALTE, Lara Ximenes. *Diálogos entre a História Local e o Ensino Fundamental – 2º segmento: propostas de inserção curricular em Casimiro de Abreu/RJ*. 2018. 91 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2021/04/LARA_XIMENES.pdf. Acesso em: 20/03/2026

GOMES, Carla R.A.S.; TRINDADE, Diulli A.; ECOTEN, Márcia C F. Metodologia do ensino de história. Porto Alegre: SAGAH, 2016. E-book. pág.39. ISBN 9788595020016.



LUCENA, Célia. Imagens e significados do banquete na Festa do Rosário. *História Oral*, v. 7, p. 199–215, 2004, p.202. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/download/82/73>. Acesso em: 26 abr. 2026.

LUCINI, M. Ensino de História e formação para a cidadania: Reflexões sobre a intencionalidade no ensino de História como elemento de formação histórica, política e cidadã. In: CERRI, L.F., ed. Os jovens e a História: Brasil e América do Sul [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2018, pp. 63-83. ISBN: 978-85-7798-248-6. <https://doi.org/10.7476/9788577982486.0004>

MAIA, Mauriceia Aparecida Ferreira. Educação patrimonial: debate de conceitos e interpretações – [recurso eletrônico]: E-book “Patrimônio cultural – identidade e memória” de Conselheiro Lafaiete – MG. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Desktop/Patrim%C3%B4nio%20-%20Leituras%20Mestrado/Educa%C3%A7%C3%A3oPatrimonialDebate.pdf> Acesso: 10/09/2025.

MARQUES, Lázara. In: SANTOS, Juliana Magda. Festa de Nossa Senhora do Rosário: Guimarães (1998-2003). Trabalho desenvolvido na disciplina de Monografia, no curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNIPAM, sob orientação da Professora Eunice Aparecida Caixeta. Patos de Minas, dezembro 2024, p.27.

MÁXIMO, Viviane da Silva Pereira. Acervo digital da E.E. Raul Soares [recurso eletrônico]: diálogos entre ensino de história, escola e memória. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/44994/1/AcervoDigitalEscola.pdf> Acesso:10/09/2025.

MORENO, Jean Carlos. Pensar a História Escolar: Desafios e Propostas. In: O ensino de história Local na sala de aula: fontes, objetos e metodologias / Organizador Jakson dos Santos Ribeiro. - Ponta Grossa – PR: Atena, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/585560/1/O%20Ensino%20de%20Hist%C3%B3ria%20Local%20na%20Sala%20de%20Aula%20Fontes%20Objetos%20e%20Metodologias.pdf>

NUNES, Anatildes Francisca. História de Guimarães: o que o povo conta e os documentos registram. Guimarães: Editora Gráfica Silveira, 2012. Disponível em: <https://guimarania.mg.gov.br/documentos-e-anexos/42-livro-historia-de-guimarania/file>. Acesso em:16/07/2025.

OLIVEIRA, Paula Marcele Ferreira. *A produção da história local em Itumbiara/GO: outras histórias* [recurso eletrônico]. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Desktop/Patrim%C3%B4nio%20-%20Leituras%20Mestrado/Produ%C3%A7%C3%A3oHist%C3%B3riaLocal%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf> . Acesso: 10/09/2025.



OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de; CAIMI, Flávia Eloisa. A história ensinada na escola: é possível pensar/agir a partir do todo? *Interações*, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 89-99, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122014000100009> Acesso: 26/08/2025, 09:50.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000100002> . Acesso: 24/03/2026.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. *Revista Brasileira de História*, v. 25, n. 49, p.09-17. Pelotas: Editora da UFPel, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarq/article/download/893/873> Acesso: 24/03/2006

PRIORE, Mary Del. Festas e Utopias no Brasil Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.105. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/983211580/Festas-e-Utopias-No-BrasilColonial?_gl=1*utsjck*_up*MQ..*_ga*MTYyODU3MDQyNS4xNzc3OTA1NDQy*_ga_Z4ZC50DED6*cze3Nzc5MDU0NDEkbzEkZzEkdDE3Nzc5MDU0NDEkajYwJGwwJGgw*_ga_8KZ8BV0P5W*cze3Nzc5MDU0NDEkbzEkZzEkdDE3Nzc5MDU0NDEkajYwJGwwJGgw. Acesso: 04/05/2026

REIS, Aline Abreu de Sousa. Memória e patrimônio de São Gonçalo: uma proposta pedagógica de construção de um acervo por alunos da Educação Básica. 2024. 107 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional – ProffHistória) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Aline%20Abreu%20de%20Sousa%20Reis%20-%202024%20-%20Completa.pdf> . Acesso: 10/09/2025

RESENDE, Carina Costa de. *Os espaços de sociabilidade no interior das Minas Gerais: Coromandel (1958–1985)*. 2006. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006, p.15. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19189/1/EspacosSociabilidadeInterior.pdf> . Acesso em: 02/05/2026

ROSA, Ernane Constâncio. In: SANTOS, Juliana Magda. Festa de Nossa Senhora do Rosário: Guimarães (1998-2003). Trabalho desenvolvido na disciplina de Monografia, no curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNIPAM, sob orientação da Professora Eunice Aparecida Caixeta. Patos de Minas, dezembro 2024, p.37.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Tradição oral e patrimônio imaterial: o papel da memória na luta por políticas públicas na Comunidade de Canárias, Maranhão*. Resgate, v. 21, n. 25/26, p. 7–16, jan./dez. 2013, p. 9. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/download/8645749/13048/18471> . Acesso: 04/05/2026 <https://doi.org/10.20396/resgate.v21i25/26.8645749>



SANTOS, J. J. M. dos.: História do Lugar: um método de ensino e pesquisa para as escolas de nível médio e fundamental. História, ciência e saúde— Manguinhos, Rio de Janeiro, v.9, n. 1, p. 105-124, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702002000100006> . Acesso em 26/08/2025

SCIFONI, Simone. **Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo?** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 43, e255310, p. [1-13], 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/es.255310> . Acesso em: 27 ago. 2025.

TURNER, Victor W. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974. 245 p. Disponível em: https://monoskop.org/images/9/98/Turner_Victor_O_processo_ritual_Estrutura_e_antriestrutura.pdf. Acesso em: 05/05/2026.

VALERI, Valerio. Rito. In: ROMANO, Ruggiero (org.). Enciclopédia Einaudi. Volume 30: Mito-Rito. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993. p. 325-364.

VIANA, José Ítalo Bezerra. História Local. Sobral, 2016. 1ª Edição. Inta Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/534863874/Historia-Local> Acesso em: 19/03/2026

